

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**VALOR-NOTÍCIA COMO HOLOFOTE JORNALÍSTICO
ANÁLISE DE DISCURSO E NOTICIABILIDADE**

JOHAN GABRIEL CAPUCHO VON BEHR



UnB

**BRASÍLIA
2026**

JOHAN GABRIEL CAPUCHO VON BEHR

Valor-Notícia como Holofote Jornalístico:
Análise de Discurso e Noticiabilidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Linha de pesquisa: Poder e Processos Comunicacionais

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Viviane Cristina Vieira

Brasília
2026

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Valor-Notícia como Holofote Jornalístico:
Análise de Discurso e Noticiabilidade**

Autor: Johan Gabriel Capucho von Behr
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Viviane Cristina Vieira

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Viviane Cristina Vieira - Presidenta (UnB-PPGCOM) (credenciamento específico)

Prof^ª. Dr^ª. Daniele de Oliveira - Membro efetiva externa (UFBA-PPGLinC)

Prof^ª. Dr^ª. Liliane Maria Macedo Machado - Membro efetiva interna (UnB-PPGCOM)

Prof^ª. Dr^ª. Cíntia da Silva Pacheco - Membro suplente (UnB-PPGL)

Às histórias nunca noticiadas e às vozes nunca ouvidas.

AGRADECIMENTOS

Dirijo minha gratidão a todos aqueles que tornaram possível a existência dessa pesquisa, direta e indiretamente. Pessoalmente, agradeço a alguns membros ilustres da minha família: aos meus pais, Andréa G. Capucho von Behr e Henrique E. G. M. Baron von Behr, pela educação fértil e frutífera de cada um, à sua maneira. Ao meu irmão, Derek H. C. von Behr, por sempre estar presente. À minha avó materna, Irene Guedes Capucho (*in memoriam*), por me fornecer raízes brasileiríssimas e adoçar minha infância de forma tão especial. À minha avó paterna, Therese de Römer (*in memoriam*), por exercitar minha criatividade e expandir minha visão de mundo com suas histórias e vivências, e ao meu avô paterno, Anatol M. Baron von Behr (*in memoriam*), por ser um exemplo de intelectual de outro nível.

Minha gratidão à minha ilustríssima amiga, Dr^a. Renata de Oliveira Miranda Gomes, que me auxiliou com sua visão de excelência e sua bagagem acadêmica ao longo de todo o processo, do ingresso à defesa. Ainda, à minha orientadora e mentora do universo da Análise de Discurso, Prof^a. Dr^a. Viviane Cristina Vieira, por me guiar no desbravar dessa área tão desafiadora e, ao mesmo tempo, tão apaixonante.

Finalmente, cumprindo minha promessa, gostaria de agradecer aos deuses e às entidades do conhecimento que auxiliaram espiritualmente na conclusão bem-sucedida da presente dissertação de Mestrado.

“Os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo.”¹

Ludwig Wittgenstein, 1922

“Os fatos que vemos dependem de onde estamos colocados e dos hábitos de nossos olhos.”²

Walter Lippmann, 1922

¹ “Die Grenzen meiner Sprache bedeuten die Grenzen meiner Welt”, em alemão original.

² “The facts we see depend on where we are placed and the habits of our eyes”, em inglês original.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a construção do conceito de “valor-notícia” como processo discursivo implicado na produção de sentidos e na organização da visibilidade pública. Parte-se da seguinte questão-problema: **como o conceito de valor-notícia pode ser construído teoricamente como processo discursivo?** A investigação justifica-se pela relevância do conceito de valor-notícia nos estudos do jornalismo e pela necessidade de deslocar sua compreensão de uma perspectiva predominantemente normativa, funcional ou operacional para um enquadramento discursivo crítico, capaz de evidenciar suas implicações ideológicas, socio-históricas e simbólicas na constituição do que se torna publicamente visível. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa que retoma, inicialmente, a trajetória histórica dos valores-notícia no campo dos estudos do jornalismo (Lippmann, 1922; Lasswell, 1948; Galtung e Ruge, 1965; Beltrán e Cardona, 1976; Golding e Elliott, 1978; Gans, 1979; Hallin, 1986; Wolf, 1987; Ericson, Baranek e Chan, 1987; Harcup e O’Neill, 2001, 2016; Traquina, 2005; Silva, 2005), desde suas formulações mais clássicas até revisões contemporâneas, articulando esse debate a diferentes abordagens da Análise de Discurso, com destaque para a Escola Francesa de Análise de Discurso (Pêcheux, 1975/2009; Charaudeau e Maingueneau, 2002; Maingueneau, 1997, 2008, 2015); a Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 1989, 1992, 2003; Meyer, 2001; Wodak e Meyer, 2001, 2009); e a abordagem sociocognitiva (van Dijk, 1988, 1995, 1998, 2008). Ao reposicionar os valores-notícia como construções discursivas, a pesquisa busca deslocar o debate sobre noticiabilidade de uma perspectiva predominantemente normativa para um enquadramento discursivo crítico, contribuindo para a compreensão do papel do jornalismo na produção simbólica da realidade social. Os resultados indicam que os valores-notícia atuam como processos discursivos que selecionam e hierarquizam acontecimentos, operando como mecanismos de visibilidade e apagamento, imbricados em formações ideológicas e condições de produção, participando da construção de sentidos e da organização do real no discurso jornalístico.

Palavras-chave: valores-notícia; noticiabilidade; análise de discurso; jornalismo; ideologia.

ABSTRACT

This research aims to investigate the construction of the concept of “news value” as a discursive process implicated in the production of meanings and in the organization of public visibility. It starts from the following research problem: how can the concept of news value be theoretically constructed as a discursive process? The investigation is justified by the relevance of the concept of news value in journalism studies and by the need to shift its understanding from a predominantly normative, functional, or operational perspective to a critical discursive framework, capable of evidencing its ideological, socio-historical, and symbolic implications in the constitution of what becomes publicly visible. This research aims to investigate the construction of the concept of “news value” as a discursive process implicated in the production of meanings and in the organization of public visibility. It is a qualitative bibliographic research that initially revisits the historical trajectory of news values in the field of journalism studies (Lippmann, 1922; Lasswell, 1948; Galtung and Ruge, 1965; Beltrán and Cardona, 1976; Golding and Elliott, 1978; Gans, 1979; Hallin, 1986; Wolf, 1987; Ericson, Baranek and Chan, 1987; Harcup and O’Neill, 2001, 2016; Traquina, 2005; Silva, 2005), from their most classical formulations to contemporary revisions, articulating this debate with different approaches to Discourse Analysis, with emphasis on the French School of Discourse Analysis (Pêcheux, 1975/2009; Charaudeau and Maingueneau, 2002; Maingueneau, 1997, 2008, 2015); Critical Discourse Analysis (Fairclough, 1989, 1992, 2003; Meyer, 2001; Wodak and Meyer, 2001, 2009); and the socio-cognitive approach (van Dijk, 1988, 1995, 1998, 2008). By repositioning news values as discursive constructions, the research seeks to shift the debate on newsworthiness from a predominantly normative perspective to a critical discursive framework, contributing to the understanding of the role of journalism in the symbolic production of social reality. The results indicate that news values operate as discursive processes that select and hierarchize events, functioning as mechanisms of visibility and erasure, embedded in ideological formations and conditions of production, participating in the construction of meanings and in the organization of the real in journalistic discourse.

Keywords: news values; newsworthiness; discourse analysis; journalism; ideology.

RÉSUMÉ

La présente recherche a pour objectif d'analyser la construction du concept de « valeur-information » comme processus discursif impliqué dans la production de sens et dans l'organisation de la visibilité publique. Elle part de la question-problème suivante : comment le concept de valeur-information peut-il être construit théoriquement comme processus discursif ? L'investigation se justifie par la pertinence du concept de valeur-information dans les études du journalisme et par la nécessité de déplacer sa compréhension d'une perspective principalement normative, fonctionnelle ou opérationnelle vers un cadre discursif critique, capable de mettre en évidence ses implications idéologiques, socio-historiques et symboliques dans la constitution de ce qui devient publiquement visible. La présente recherche a pour objectif d'analyser la construction du concept de « valeur-information » comme processus discursif impliqué dans la production de sens et dans l'organisation de la visibilité publique. Il s'agit d'une recherche bibliographique qualitative qui reprend, dans un premier temps, la trajectoire historique des valeurs-information dans le champ des études du journalisme (Lippmann, 1922 ; Lasswell, 1948 ; Galtung et Ruge, 1965 ; Beltrán et Cardona, 1976 ; Golding et Elliott, 1978 ; Gans, 1979 ; Hallin, 1986 ; Wolf, 1987 ; Ericson, Baranek et Chan, 1987 ; Harcup et O'Neill, 2001, 2016 ; Traquina, 2005 ; Silva, 2005), depuis leurs formulations les plus classiques jusqu'aux révisions contemporaines, en articulant ce débat à différentes approches de l'Analyse du discours, notamment l'École française d'Analyse du discours (Pêcheux, 1975/2009 ; Charaudeau et Maingueneau, 2002 ; Maingueneau, 1997, 2008, 2015) ; l'Analyse critique du discours (Fairclough, 1989, 1992, 2003 ; Meyer, 2001 ; Wodak et Meyer, 2001, 2009) ; et l'approche sociocognitive (van Dijk, 1988, 1995, 1998, 2008). En repositionnant les valeurs-information comme des constructions discursives, la recherche cherche à déplacer le débat sur la notion de valeur informationnelle d'une perspective principalement normative vers un cadre discursif critique, contribuant à la compréhension du rôle du journalisme dans la production symbolique de la réalité sociale. Les résultats indiquent que les valeurs-information fonctionnent comme des processus discursifs qui sélectionnent et hiérarchisent les événements, opérant comme des mécanismes de visibilité et d'effacement, imbriqués dans des formations idéologiques et des conditions de production, participant à la construction de sens et à l'organisation du réel dans le discours journalistique.

Mots-clés: valeurs d'actualité; noticiabilité; analyse du discours; journalisme; idéologie.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios de noticiabilidade segundo Ericson, Baranek e Chan (1987). p. 33

Quadro 2 – Registros de notabilidade de Golding e Elliott (1978). p. 35

Quadro 3 – Esferas de Hallin (1986). p. 35-36

Quadro 4 – Elencos de valores-notícia. p. 38-39

Quadro 5 – Valores-notícia de Galtung e Ruge revisitados por Harcup e O'Neill (2001). p. 39-40

Quadro 6 – Valores-notícia de Harcup e O'Neill (2016). p. 41

Quadro 7 – Valores-notícia agrupados por Grupo Temático. p. 42-43

Quadro 8 – Aspectos do discurso para Maingueneau e Charaudeau (2006). p. 52-53

Quadro 9 – Perspectivas de Charaudeau e Maingueneau sobre a análise de discurso (2006). p. 63

Quadro 10 – Polos de trabalho dentro da análise de discurso, segundo Maingueneau (2006). p. 64

Quadro 11 – Quadro-síntese da pesquisa. p. 122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ilustração de planos interseccionais formando estrutura tridimensional. p. 92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD: Análise de Discurso

ADC: Análise de Discurso Crítica

BBC: *British Broadcasting Corporation*

CBS: *Columbia Broadcasting System*

CPMI: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

DNVA: *Discursive News Values Analysis*

FAC: Faculdade de Comunicação

FAC-UnB: Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

NBC: *National Broadcasting Company*

ODEC-USP: Observatório da Democracia no Mundo da Universidade de São Paulo

STF: Supremo Tribunal Federal

UnB: Universidade de Brasília

UOL: Universo Online

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: ENSAIO INICIAL SOBRE ESTE FAZER CIENTÍFICO	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - PERCURSO METODOLÓGICO: PESQUISA E PRODUÇÃO	19
1.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA COMO METODOLOGIA	21
1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	23
1.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS OBRAS	24
1.4 PROCEDIMENTOS DE LEITURA, CLASSIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	25
1.5 ARTICULAÇÃO CONCEITUAL E CRUZAMENTO TEÓRICO	27
1.6 ALCANCES E LIMITAÇÕES	28
1.7 SÍNTESE METODOLÓGICA	29
CAPÍTULO II - VALOR-NOTÍCIA E NOTICIABILIDADE: UM MAPEAMENTO TEÓRICO DO OBJETO	31
2.1 A TRAJETÓRIA ACADÊMICO-CONCEITUAL DOS VALORES-NOTÍCIA: FORMULAÇÕES INICIAIS	31
2.2 AVANÇOS E REVISÕES DOS VALORES-NOTÍCIA	35
2.3 SÍNTESE CONCLUSIVA	46
CAPÍTULO III - IDEOLOGIA E (ANÁLISE DE) DISCURSO: ARTICULAÇÕES E FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS	49
3.1 CONCEITUAÇÕES E DIÁLOGOS: IDEOLOGIA E DISCURSO	49
3.2 ANÁLISE DE DISCURSO COMO CAMPO: UMA RETROSPECTIVA TEÓRICA	59
3.3 RECORTES CONTEMPORÂNEOS DA ANÁLISE DE DISCURSO	84
3.4 SÍNTESE CONCLUSIVA	90
CAPÍTULO IV - VALOR-NOTÍCIA SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO: FUNCIONAMENTO DISCURSIVO	92
4.1 VALOR-NOTÍCIA COMO OBJETO DISCURSIVO	97
4.2 VALOR-NOTÍCIA COMO ESSENCIAL AO GÊNERO DISCURSIVO JORNALÍSTICO	105
4.3 VALOR-NOTÍCIA COMO INSTRUMENTO HIERARQUIZANTE	113
4.4 SÍNTESE CONCLUSIVA: O VALOR-NOTÍCIA COMO PROCESSO DISCURSIVO	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	133

APRESENTAÇÃO:

ENSAIO INICIAL SOBRE ESTE FAZER CIENTÍFICO

O fazer científico raramente se reduz à aplicação linear de procedimentos estáveis. Sua idiossincrasia reside em todos os fatores que compõem o processo e principalmente na relação entre esses elementos: (1) o pesquisador-autor (portanto, sujeito desse fazer) e todas as subjetividades que o cercam, como suas formações, inquietações e perspectivas; (2) a metodologia (pesquisa bibliográfica) como fator técnico crucial para a construção e organização de conhecimento válido e validado; (3) a pergunta de pesquisa como composição mais nuclear de um estudo, carregando immanentemente os objetivos do trabalho acadêmico; (4) o referencial teórico (Análise de Discurso) como carga de conhecimento para esse fazer científico; (5) o objeto de estudo (valor-notícia) como elemento a ser analisado por perspectivas diversas, tensionado, partido, desconstruído, reconstituído, decomposto e recomposto.

A presente pesquisa nasce desse esforço do fazer científico e, por mais incomum que seja, sinto-me³ tendencioso a esclarecer, antes de tudo, a trajetória e a relação entre cada um desses cinco aspectos basilares da dissertação. Afinal, é a partir desses elementos organizados que ocorre a convergência-resultado do fazer científico que é este documento. Ao mesmo tempo, a natureza ensaísta deste elemento pré-textual da dissertação não se seguirá a partir da Introdução, visto que é necessário, em minha percepção como pesquisador, um espaço no qual o pesquisador-leitor possa acessar as subjetividades do fazer-científico com mais liberdade, e este foi o momento escolhido da obra. A partir da Introdução, segue-se o foco puro na pesquisa em si.

Como (1) pesquisador-autor, a trajetória tanto de escolha de tema quanto de seleção de formulação e organização relativa à pesquisa foi repleta de processos que afetaram sua concepção. O interesse em Análise de Discurso veio cedo, ainda na graduação em Letras - Português e Respectiva Literatura, também na Universidade de Brasília, e o ingresso no Mestrado em Comunicação e Sociedade da Faculdade de Comunicação (FAC-UnB) trouxe, além desse campo teórico-metodológico na bagagem, uma possibilidade de interação inter e transdisciplinar entre a Comunicação e a Linguística (em especial, a Análise de Discurso).

³ Nota do autor: Em respeito à objetividade da escrita acadêmica, os demais elementos textuais dessa pesquisa serão escritos de forma impessoal, evitando-se o uso da primeira pessoa verbal. Entretanto, permito-me abrir uma exceção na Apresentação, esta de cunho mais ensaístico que o restante da obra, marcando-a com o uso de certo grau de pessoalidade.

Enquanto instrumento do fazer científico, por ser essencialmente transdisciplinar, a (4) Análise de Discurso funciona em diferentes campos do conhecimento humano e sua respectiva produção (Vieira e Resende, 2011). Tão importante quanto isso é a possibilidade de se investigar o discurso como produto de processos ideológicos materializados por meio da prática textual (Fairclough, 2001; Vieira e Resende, 2004).

A AD, então, serve a um propósito necessário quando se pretende compreender o funcionamento da ideologia na sociedade, o que a torna heterogênea, heterodoxa, diversa, interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar (Vieira e Resende, 2004). Disserto sobre ela aqui, especificamente, na área destinada à questão do (1) pesquisador-autor na presente obra, porque aqui se faz relevante: eu, enquanto produtor de conhecimento filiado à Universidade de Brasília por meio do Mestrado em Comunicação e Sociedade, em um campo altamente relacionado ao de minha graduação em Letras (com foco em Linguística), enxergo uma necessidade de maior convergência intercampos, visto que, por vezes, tratam do mesmo fazer comunicativo como objeto de estudo e análise.

O gênero jornalístico, por exemplo, atendendo a um *modus operandi* próprio dos estudos da Comunicação, também interessa à Linguística e vice-versa. Esse intercâmbio de conhecimentos é nada além de enriquecedor, visto que privilegia perspectivas diferentes que podem convergir quando acerca de um mesmo objeto. Tal interação interáreas pode ser feita justamente por meio de (4) instrumentos teórico-metodológicos heterogêneos ricos e em constante consolidação como a Análise de Discurso.

Essa pode ser ponte transdisciplinar entre campos potencialmente convergentes em relação ao objeto, como a Comunicação e a Linguística⁴ podem tratar do fazer jornalístico e seus processos (aqui, com foco na seleção de informações enquanto notícias, em especial os valores-notícia como categorias dessa seleção, logo, na área da Comunicação).

Ainda na seara do item (1) e relacionando-o inicialmente à perspectiva metodológica (2), a escolha subjetiva de se realizar uma dissertação teórica foi essencial para a construção de todos os outros elementos que a compõem. Por mais que existam, ao longo do processo, materializações dos esclarecimentos e conceitos levantados por meio de análises e aplicações ilustrativas desses conceitos, o fim principal não é uma análise de discurso em si, mas a consolidação de um conceito essencial à área da Comunicação, em especial aos Estudos do Jornalismo, sob a lente teórica desse instrumento que é a AD.

⁴ Apesar da proposta transdisciplinar da pesquisa, essa se faz predominantemente na área da Comunicação, em especial dos Estudos em Jornalismo, visto que o objeto a ser analisado como processo discursivo é o valor-notícia e, em sentido amplo, a noticiabilidade, estes concebidos inerentes ao campo do Jornalismo.

Não se busca, como na *Discursive News Values Analysis (DNVA)*, criar ou efetuar uma metodologia de análise de discurso dos valores-notícia, mas a compreensão dos valores-notícia como processo discursivo por meio da (4) Análise de Discurso. Essa distinção é fulcral. Assim, o elemento (1) pesquisador-autor do presente trabalho está significativamente atrelado à AD como área que pode e, a meu ver, deve ser utilizada como instrumento nos mais diversos campos de pesquisa - sempre que esbarrarem naquilo que é discursivo -, o que inclui muitos objetos e objetivos de estudo da Comunicação e da Linguística, bem como da Sociologia, da Filosofia, da História, da Psicologia, da Antropologia e das mais diversas áreas que tratam do funcionamento humano em seus mais variados aspectos.

Sobre o elemento metodológico (2) - que será aprofundado no Capítulo I, mas que é transpassado pelo elemento (1) como forma de organização da pesquisa e, portanto, subjetivamente conectada ao pesquisador e ao fazer científico específico deste -, uma pesquisa essencialmente teórica pede uma metodologia que suporte suas demandas de conteúdo e de perspectiva.

A organização da presente obra, que nasceu naturalmente na medida em que a (3) pergunta de pesquisa era constituída e reconstituída, foi concebida de forma fluida. O processo, mais bem explicado em capítulo oportuno, deu-se a partir de organização pensada para comportar a) o valor-notícia como objeto da pesquisa; b) a Análise de Discurso como lente teórico-bibliográfica para se enxergar o objeto; c) a análise culminante que explica o valor-notícia como processo discursivo.

Já a (3) pergunta de pesquisa foi inversamente fluida, cumprindo-se de forma quase paradoxal: como pode o elemento mais nuclear da dissertação ser também aquele que mais se altera ao longo de seu processo de feitura? A verdade é que eu, com ajuda da orientação brilhante da Prof^a. Dr^a. Viviane Vieira, sabia que a pesquisa chegaria a algum lugar: quando se cruza um objeto de estudo (antes apenas) potencialmente ideológico com uma perspectiva teórica que se aprofunda na materialização escrita da ideologia, chega-se a algum lugar.

Mas o que seria encontrado lá? O que é o valor-notícia? Não, este já é um conceito determinado e consolidado pelos autores que o estudaram como fenômeno sociojornalístico (Galtung e Ruge, 1965; Silva, 2005). Como o valor-notícia é visto pela lente da Análise de Discurso? Essa não era a pergunta-fim, mas a pergunta-processo. Um conceito não é visto por uma área de conhecimento, ele é construído e se constrói nessa área, sem deixar de ser o que é. Como, portanto, ele foi construído? Aproxima-se da questão, mas todo conceito é

construído e reconstruído na medida em que é analisado. Sob que perspectiva? Construído como o que? Assim sendo, esta é a questão principal de pesquisa:

Como o conceito de valor-notícia pode ser construído teoricamente como processo discursivo?

No fim, não se foca integralmente no que é o valor-notícia como categoria jornalística de um processo jornalístico *per se*, mas no valor-notícia como processo discursivo. Em explicação análoga, foca-se aqui não no que ocorre no palco (o veículo midiático) ou no ato (a notícia), mas no que ilumina o ato (o valor-notícia), aquilo que seleciona a atenção do leitor, que recorta o que é visto como notícia e o separa do que não se vê como necessário ou do que não se quer que seja amplamente divulgado.

O (5) objeto de pesquisa foi selecionado antes, dentro dos conceitos dos Estudos do Jornalismo, como aquele que apresentava, até então, potencial de ser imbricado como categoria discursiva. Se o valor-notícia seleciona o que é notícia e o que não é, de que forma isso é ideológico? Claramente o é, mas de que maneira essa ideologia aparece? Por que o valor-notícia ilumina o que é iluminado, e de que forma o ilumina? Todas essas questões, sintetizadas na (3) pergunta de pesquisa, aparecem aqui essenciais à compreensão do objeto de pesquisa: o valor-notícia como holofote jornalístico.

Assim, expostas de forma ensaística as relações entre todos os elementos que compõem a presente pesquisa, espero que a presente obra contribua para o campo da Comunicação, dos Estudos do Jornalismo e da Análise de Discurso, bem como sirva aos propósitos e enriqueça os trabalhos de quaisquer pesquisadores que de alguma forma interajam ou se relacionem com o conceito de valor-notícia e, em sentido mais amplo, de noticiabilidade.

INTRODUÇÃO

Não se pode noticiar tudo, em absoluto. Como definir, então, o que deve ser noticiado e o que é desimportante demais para ser levado a público? O valor-notícia constitui um dos conceitos mais recorrentes e consolidados nos estudos de jornalismo, sendo tradicionalmente mobilizado para explicar por quais motivos determinados acontecimentos são transformados em notícia, enquanto outros permanecem não-noticiados. Desde as formulações pioneiras até as sistematizações clássicas de Galtung e Ruge (1965) e suas revisões posteriores, os valores-notícia foram majoritariamente concebidos como critérios que orientam a seleção, a hierarquização e a construção dos acontecimentos jornalísticos.

Nesse enquadramento, a noticiabilidade, conceito mais amplo que envolve os valores-notícia, aparece frequentemente como um conjunto de parâmetros relativamente estáveis, vinculado às rotinas produtivas, às normas profissionais e às expectativas institucionais do campo jornalístico.

Esse acúmulo teórico, amplamente revisitado pela literatura, permitiu mapear com maior precisão os elencos de critérios utilizados por diferentes autores e escolas, bem como suas reformulações históricas diante das transformações do ecossistema midiático. No entanto, apesar de sua relevância explicativa, grande parte dessas abordagens tratou os valores-notícia prioritariamente como instrumentos funcionais ou operacionais do jornalismo, dedicando menor atenção às condições discursivas, ideológicas e socio-históricas que sustentam sua eficácia simbólica.

Nas últimas décadas, esse entendimento vem sendo progressivamente tensionado por perspectivas que concebem o jornalismo como prática discursiva socialmente situada. Os valores-notícia deixam de ser compreendidos apenas como atributos do acontecimento ou critérios técnicos de seleção e passam a ser interrogados enquanto construções discursivas que participam ativamente da produção de sentidos, da legitimação de agendas e da organização da visibilidade pública. Essa inflexão aproxima o debate sobre noticiabilidade do campo da Análise de Discurso, no qual a linguagem é entendida como prática social atravessada por ideologia e historicidade.

É neste contexto, então, que esta pesquisa busca problematizar teoricamente a construção e aplicabilidade do conceito crítico de “valor-notícia”, com base no campo heterogêneo da Análise de Discurso. Embora diversos estudos reconheçam que a seleção jornalística não é neutra e que os critérios de noticiabilidade expressam visões de mundo socialmente situadas, observa-se uma lacuna no que diz respeito à sistematização das

possibilidades analíticas que a escola da Análise de Discurso oferece para o tratamento dos valores-notícia enquanto objeto discursivo. *I.e.*, ainda que os valores-notícia sejam frequentemente mencionados em estudos críticos da mídia, raramente se explicita de que modo cada tradição discursiva permite concebê-los, analisá-los e compreendê-los teórico-metodologicamente.

Diante desse cenário, esta pesquisa parte da seguinte questão central: **Como o conceito de valor-notícia pode ser construído teoricamente como processo discursivo?**

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar a construção do conceito de “valor-notícia” como processo discursivo implicado na produção de sentidos e na organização da visibilidade pública. São os objetivos específicos da presente pesquisa:

(1) Mapear a formulação principal dos conceitos de valor-notícia e de noticiabilidade no campo dos estudos do jornalismo, desde suas formulações clássicas até revisões contemporâneas;

(2) Sistematizar as principais contribuições teórico-metodológicas da Análise de Discurso, e suas abordagens mais relevantes, para o tratamento do valor-notícia como objeto discursivo; e

(3) Construir uma proposta interdisciplinar inicial para compreender o “valor-notícia” como objeto discursivo essencial ao gênero jornalístico e como instrumento estruturante-hierarquizante do processo discursivo.

Não se objetiva, aqui, analisar empiricamente um *corpus* jornalístico específico, ainda que apresentemos algumas poucas análises de material textual-discursivo a fim de ilustrar as conclusões teóricas registradas. Devido à natureza teórico-bibliográfica do trabalho, optou-se por realizar uma retomada teórica das principais tradições da Análise de Discurso, incluindo a Escola Francesa de Análise de Discurso, a Análise de Discurso Crítica e a abordagem sociocognitiva, a fim de explicitar como o campo da AD possibilita enquadrar os valores-notícia enquanto processo discursivo em termos conceituais, analíticos e metodológicos, pelo recorte de seus principais autores.

CAPÍTULO I - PERCURSO METODOLÓGICO: PESQUISA E PRODUÇÃO

Para se chegar a uma resposta à pergunta de pesquisa, é necessário que a metodologia seja a mais adequada para se chegar a esse objetivo. A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e orientação teórico-conceitual, voltada à reconstrução crítica e à problematização do conceito de valor-notícia à luz do campo heterogêneo da Análise de Discurso. Não se trata, portanto, de uma pesquisa empírica centrada na constituição de um *corpus* jornalístico fechado para análise extensiva, tampouco de uma investigação quantitativa interessada em mensurar frequências ou incidências. O eixo do trabalho recai, antes, sobre a interpretação de conceitos, a comparação entre formulações teóricas, a reconstrução de trajetórias intelectuais e a produção de um enquadramento analítico capaz de reposicionar o valor-notícia como processo discursivo implicado na produção de sentidos e na organização da visibilidade pública.

Tal escolha metodológica decorre da própria natureza do problema. Quando o objetivo é compreender como um conceito se constitui historicamente, como é reformulado por tradições disciplinares distintas e como pode ser reinscrito em outro horizonte epistemológico, a abordagem qualitativa torna-se especialmente pertinente. Flick (2009) sublinha que a pesquisa qualitativa se organiza em torno da adequação entre métodos, objetos e perspectivas, privilegiando a complexidade dos fenômenos, a abertura ao objeto e a interpretação dos contextos sociais. Nessa linha, os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa compreendem a escolha apropriada de métodos e teorias, o reconhecimento de diferentes perspectivas, a reflexividade do pesquisador e a variedade de abordagens e procedimentos disponíveis (Flick, 2009).

Em consequência, o desenho geral desta dissertação foi organizado em três movimentos teóricos articulados (excetuando-se o aqui situado, de cunho metodológico): o primeiro consiste na reconstrução da trajetória histórico-conceitual do valor-notícia no interior dos estudos do jornalismo, com atenção às suas formulações e revisões; o segundo movimento consiste no levantamento das obras basais da Análise de Discurso e de suas abordagens centrais para esta pesquisa, selecionadas não por simples ordem cronológica, mas por seu valor estruturante para o campo e por sua capacidade de dialogar com o problema da noticiabilidade; já o terceiro movimento corresponde ao cruzamento analítico entre esses dois universos, por meio do qual o valor-notícia é reinterpretado à luz de categorias discursivas

mais amplas, deslocando-se de um estatuto predominantemente normativo-operacional para um estatuto discursivo-crítico.

Essa organização revela que o percurso metodológico é parte constitutiva do argumento do trabalho. Em pesquisas teóricas, sobretudo aquelas ancoradas em revisão crítica de literatura, a coerência entre problema, *corpus* bibliográfico, seleção conceitual e gesto interpretativo é basilar, sendo exatamente essa coerência que o presente capítulo busca explicitar.

A opção pela pesquisa qualitativa se justifica por sua capacidade de lidar com objetos complexos, construções simbólicas, processos de significação e realidades sociais que não se deixam apreender adequadamente por esquemas fechados de mensuração, algo que engloba tanto o valor-notícia como conceito quanto sua construção como processo discursivo. Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa aparece vinculada a uma postura de abertura ao objeto, segundo a qual o método não deve impor uma redução simplificadora ao fenômeno estudado. Ao contrário, o objeto em estudo é que deve orientar a escolha do método, e não o inverso. Essa inversão é particularmente fecunda para a presente investigação, pois o valor-notícia é tratado aqui como conceito historicamente sedimentado e discursivamente operante.

Ainda segundo Flick (2009), um dos traços decisivos da pesquisa qualitativa está no reconhecimento de múltiplas perspectivas e contextos. Isso significa admitir que o conhecimento emerge de um processo interpretativo situado, em que diferentes tradições, enfoques e posições teóricas podem produzir compreensões completamente distintas de um mesmo objeto. Tal pressuposto se mostra central nesta dissertação, uma vez que o conceito de valor-notícia foi historicamente compreendido sob chaves diversas: ora como critério de seleção, ora como componente da noticiabilidade, ora como dispositivo de construção da relevância pública e agora como processo discursivo. A pesquisa qualitativa permite justamente levar a sério essa pluralidade de enquadramentos, em vez de apagá-la em favor de uma definição uniforme e supostamente estável.

Outro aspecto sublinhado por Flick (2009) é a reflexividade do pesquisador e da pesquisa. Nos métodos qualitativos, a subjetividade do pesquisador aparece como fator que se adequa como parte do próprio processo de produção do conhecimento. Isso está longe de significar arbitrariedade, tendendo mais à autoconsciência epistemológica. Ao selecionar autores, organizar capítulos, estabelecer recortes e produzir articulações entre campos distintos, o pesquisador realiza operações interpretativas que precisam ser assumidas criticamente. No caso desta pesquisa, isso se expressa na decisão de aproximar os estudos do jornalismo e a Análise de Discurso, bem como na escolha de certas abordagens discursivas

em detrimento de outras, com base na fecundidade analítica que elas oferecem para o problema do valor-notícia.

Além da proximidade do autor da presente pesquisa em relação à Análise de Discurso, a escolha de realizar uma dissertação de cunho teórico foi interessante. Afinal, compreende-se que o campo da AD no Brasil está em crescimento considerável, mas é relevante utilizar-se de seu aspecto essencial da interdisciplinaridade para demonstrar que é uma ferramenta de cunho muito além do linguístico. O campo da Comunicação e, em específico, dos Estudos do Jornalismo pode se utilizar do instrumento teórico-metodológico que é a Análise de Discurso, em sua diversidade de abordagens, quando o objetivo se relacionar a compreender como o discurso se conserva, manifesta-se e se dissemina por meio dos gêneros jornalísticos e suas atividades atreladas.

Por fim, a pesquisa qualitativa se caracteriza, em Flick (2009), pela variedade de abordagens e métodos. Não há uma única metodologia qualitativa, mas um campo heterogêneo, dentro do qual diferentes estratégias podem ser mobilizadas conforme o objeto investigado. Isso é particularmente importante para uma dissertação como esta, que não realiza entrevistas, etnografia ou análise de interação em campo, mas se ancora numa vertente qualitativa bibliográfica e teórico-conceitual. Assim, a qualitatividade do trabalho não decorre de um método empírico específico, mas da forma interpretativa, reflexiva e contextualizada com que o problema é enfrentado.

1.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA COMO METODOLOGIA

A modalidade metodológica central desta dissertação é a pesquisa bibliográfica. Conforme lembram Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 66), retomando Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve “com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021, p. 66). Nessa mesma direção, Severino a define como trabalho realizado a partir de registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, nos quais o pesquisador opera com categorias teóricas já trabalhadas e devidamente registradas, fazendo dos textos fontes para os temas a serem pesquisados (Severino, 2007, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021).

Essa definição é decisiva para o presente trabalho porque aqui a bibliografia não se enquadra como mero suporte secundário ou etapa preliminar. Ela constitui o próprio lugar de produção do problema, da análise e da proposta teórica, tratando-se, então, de construir um

quadro analítico a partir da leitura crítica, da comparação e da articulação entre textos fundacionais, sistematizadores e/ou revisores desses campos.

Sousa, Oliveira e Alves (2021) mostram, em sua obra *A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos*, que a pesquisa bibliográfica é etapa fundamental em todo trabalho científico, pois influencia todas as demais fases da investigação, na medida em que oferece o embasamento teórico sobre o qual o estudo se sustenta (Amaral, 2007, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021). Macedo (1994) reforça essa centralidade ao definir a pesquisa bibliográfica como o primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica voltado à revisão da literatura existente e à não redundância do tema de estudo (Macedo, 1994, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021). Pensamento complementar é o de Lakatos e Marconi (2003) que, por sua vez, insistem que ela propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (Lakatos e Marconi, 2003, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021). Essa formulação é particularmente apropriada à presente dissertação, visto que o trabalho não visa repetir o que a literatura do jornalismo já consolidou a respeito dos valores-notícia. O objetivo aqui é examinar esse debate sob novo enfoque, precisamente ao articulá-lo às conceituações trazidas pelas abordagens da Análise de Discurso. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica em sentido forte: uma investigação que opera sobre produção teórica já existente para reorganizar um problema e produzir outra inteligibilidade sobre ele.

Para que haja compreensão plena da metodologia aqui utilizada, resta importante distinguir, no interior desta dissertação, a pesquisa bibliográfica da pesquisa documental. Tal distinção diz respeito à função epistemológica dos materiais mobilizados. Na pesquisa bibliográfica, trabalha-se predominantemente com obras já publicadas e inseridas no circuito acadêmico ou intelectual, como livros, artigos científicos, teses, dissertações, capítulos, ensaios e textos teóricos de referência. Esse é precisamente o caso do presente estudo, que se apoia em formulações consolidadas sobre valor-notícia, noticiabilidade, discurso, ideologia, prática social e cognição.

Já a pesquisa documental, em sentido estrito, volta-se a documentos tomados como fontes primárias ou registros diretos de práticas, instituições, eventos ou processos sociais. Ainda que a fronteira entre bibliográfico e documental possa variar conforme o enquadramento de cada estudo, o núcleo desta dissertação não se constitui de documentos primários brutos, mas de elaboração teórica publicada. O que se examina aqui são construções conceituais já formuladas por pesquisadores e inseridas em tradições disciplinares específicas.

Essa distinção se torna ainda mais importante porque, no capítulo IV, notícias e textos jornalísticos aparecem em caráter ilustrativo. Contudo, esses materiais não configuram o *corpus* central da investigação, tampouco chegam a reorientar sua natureza metodológica. Eles são mobilizados para materializar, tornando menos abstrata, a discussão teórica construída a partir do cruzamento entre os estudos do jornalismo e a Análise de Discurso. A pesquisa é bibliográfica porque seu gesto principal é a leitura crítica de obras teóricas já publicadas, e não a exploração de documentação primária como base principal de inferência. O *corpus* central é bibliográfico e os exemplos jornalísticos apenas cumprem função de concretização analítica.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A pesquisa bibliográfica desta dissertação foi organizada a partir de dois grandes universos informacionais, posteriormente articulados em um terceiro movimento analítico. Essa estrutura é decisiva para a coerência do trabalho, pois evita o acúmulo disperso de autores e estabelece um recorte claro de investigação, guiando um fio de informações ao encontro do objetivo.

O primeiro universo informacional (Capítulo II) corresponde às obras centrais do campo dos Estudos de Jornalismo dedicadas ao conceito de valor-notícia e à noção mais ampla de noticiabilidade. Nesse eixo, o objetivo foi reconstruir a trajetória acadêmico-conceitual dos valores-notícia, desde formulações pioneiras até revisões contemporâneas. A organização do material nesse capítulo obedece predominantemente a um critério cronológico, porque o que se quer apresentar aí é precisamente o percurso histórico do conceito, com suas sistematizações e suas reformulações, permitindo mostrar que valor-notícia é, sim, um conceito historicamente trabalhado e reconfigurado em função das transformações do próprio campo jornalístico.

Já o segundo universo informacional (Capítulo III) corresponde às obras basais da Análise de Discurso e de suas abordagens mobilizadas no trabalho. Nesse caso, o princípio organizador se afasta de ser prioritariamente cronológico. Isso significa que as obras foram escolhidas pelo potencial de contribuição para a releitura do conceito de *valor-notícia*, além de sua importância geral para a área, o que é um critério metodológico relevante: nem toda obra relevante para a Análise de Discurso é igualmente produtiva para este problema específico. O recorte foi guiado, portanto, pela potência de articulação entre categorias discursivas e o debate sobre noticiabilidade. Outro critério foi a concepção da diversidade de

abordagens em Análise de Discurso. Aqui, as principais diferenças entre as abordagens surgem de maneira periférica, distante do centro do debate, já que o foco do então capítulo é diversificar as obras em questão de perspectiva acerca de discursividade, ao mesmo tempo em que todos os conceitos levantados dialogam com o objeto de estudo que é o valor-notícia.

O planejamento da constituição desses dois universos converge diretamente com o que Sousa, Oliveira e Alves (2021) afirmam a partir de Boccato (2006): a pesquisa bibliográfica exige planejamento sistemático, desde a definição temática até a construção lógica do trabalho e sua forma de comunicação (Boccato, 2006, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021). No presente caso, isso significou separar esses passos previamente, selecionando obras pela função analítica que desempenham dentro da arquitetura da dissertação, dentro de um microverso de critérios a serem descritos logo.

O terceiro movimento (Capítulo IV), por sua vez, escapa da constituição de um terceiro universo autônomo de textos, enquadrando-se mais como espaço de cruzamento analítico entre os dois conjuntos anteriores. É nele que a dissertação recolhe, de um lado, o mapeamento teórico dos valores-notícia e, de outro, o repertório conceitual da Análise de Discurso, para então propor a compreensão do valor-notícia como processo discursivo. Esse movimento resulta, portanto, de uma articulação conceitual orientada pela pergunta central da pesquisa.

1.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS OBRAS

Os critérios de seleção das obras mobilizadas na dissertação foram definidos a partir da própria exigência de rigor da pesquisa bibliográfica. Ainda segundo os autores Sousa, Oliveira e Alves (2021), observa-se que não basta realizar uma revisão bibliográfica que pouco contribua para o desenvolvimento do estudo, visto que tal processo seria pouco relevante aos objetivos de uma pesquisa. É necessário, útil e importante que ela contenha conhecimentos significativos, capazes de colaborar efetivamente com a evolução do trabalho. Esse princípio foi determinante na seleção do *corpus* bibliográfico.

O primeiro critério foi a centralidade conceitual. Foram priorizadas obras que desempenham papel estruturante na formulação dos conceitos em questão. No caso do capítulo sobre valor-notícia, isso significou privilegiar textos incontornáveis para a história do debate sobre noticiabilidade, em especial as conceituações de Galtung e Ruge (1965), Traquina (2005) e Silva (2005). Já no caso do capítulo sobre Análise de Discurso, selecionou-se autores e obras que constituem referências fundamentais para as abordagens

discursivas mobilizadas, como Pêcheux (1997), Maingueneau (2015), Maingueneau e Charaudeau (2006), Fairclough (2001; 2003), van Dijk (1998; 2001; 2008; 2018), Orlandi (2002), Vieira e Resende (2004; 2005; 2011; 2021).

Em seguida, o segundo critério foi a densidade teórica. Era necessário que a obra contribuísse substantivamente para sua definição, problematização, reformulação ou deslocamento analítico. Em pesquisa bibliográfica, esse cuidado é decisivo para evitar acúmulo improdutivo de referências. Esse segundo critério, porém, foi diretamente atrelado ao terceiro: a capacidade de articulação com o problema da dissertação. Afinal, a relevância contextual da densidade teórica se perde completamente se essa densidade não tiver potencial de relação direta com o tema da dissertação, podendo inclusive não ser utilizado ao longo do processo se percebido como incabível. Esse critério foi particularmente relevante no capítulo dedicado à Análise de Discurso. As obras escolhidas precisavam oferecer categorias úteis para pensar visibilidade, relevância, hierarquização, ideologia, gênero discursivo, textualização e práticas sociais de significação.

O quinto critério é semelhante ao quarto, sendo a compatibilidade com a natureza teórica da pesquisa. Como o objetivo do trabalho não é uma aplicação empírica extensiva, a seleção precisou favorecer textos que fornecessem lastro conceitual suficiente para sustentar a construção de um enquadramento interpretativo robusto. Esses critérios ajudaram a evitar dois riscos frequentes em pesquisas bibliográficas: a compilação indiscriminada de autores e o fechamento excessivo em poucos textos sem abertura suficiente à complexidade do debate.

1.4 PROCEDIMENTOS DE LEITURA, CLASSIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Quanto aos procedimentos, a pesquisa bibliográfica exige processos concretos de trabalho intelectual. Trata-se aqui de um processo organizado de levantamento, seleção, classificação, fichamento, análise, interpretação e redação. Amaral (2007), citado por Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 67), afirma que a pesquisa bibliográfica consiste no “levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa” (Amaral, 2007, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021, p. 67). Boccato (2006) vai na mesma direção ao enfatizar a necessidade de planejamento sistemático, que deve ir da definição do tema à construção lógica do trabalho (Boccato, 2006, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021).

No presente estudo, esse processo também foi operacionalizado em etapas. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico preliminar, voltado à identificação das obras fundamentais dos dois universos informacionais da pesquisa. Essa etapa foi decisiva para a

delimitação do problema e para a definição do alcance do trabalho, o que está em plena consonância com a observação de Macedo de que a pesquisa bibliográfica constitui o primeiro passo de qualquer investigação científica (Macedo, 1994, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021). Entretanto, tudo foi realizado não concomitantemente: primeiro, trabalhou-se o Capítulo II, visto que o levantamento bibliográfico foi cronológico e muito específico, voltado sempre à conceituação dos valores-notícia e suas perspectivas ao longo do tempo. Tratou-se desse tema primeiro porque, a partir disso, já se é possível selecionar o que é, no segundo universo informacional, relevante de ser levantado ou não. Ou seja, o que se entende por valor-notícia cronologicamente permite que o recorte do que é relevante na Análise de Discurso seja realizado de forma mais precisa. Caso, em primeiro, fosse tratado do universo da AD para só então realizar a revisão bibliográfica dos valores-notícia (que é o objeto da presente pesquisa), não haveria como precisar o que seria necessário e o que poderia ser relevado.

Após o levantamento bibliográfico preliminar, foi feito o fichamento analítico. Sousa, Oliveira e Alves (2021), retomando Marconi e Lakatos (2003), lembram que a ficha de resumo não é mera transcrição, mas uma exposição abreviada das ideias do autor, elaborada pelo leitor com suas próprias palavras, contendo a essência do texto (Marconi e Lakatos, 2003, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021). Esse aspecto é particularmente relevante aqui, pois o fichamento não serviu apenas para armazenar passagens, mas para registrar categorias, convergências, divergências, potencialidades de articulação e limites de cada obra em relação ao problema central. Visto que o capítulo referente aos valores-notícia passou por todos os processos e foi finalizado antes do Capítulo III (relativo à AD), os fichamentos foram utilizados para recortar e selecionar o que poderia ser relacionado ou não. Portanto, essa seleção que resultou na revisão bibliográfica dos valores-notícia gerou o Capítulo II, este que, quando pronto, facilitou imensamente o recorte do que seria fichado e utilizado no Capítulo III.

A terceira etapa foi a interpretação e redação da arquitetura lógica do trabalho. Concluído o fichamento, o pesquisador passa à estruturação lógica do trabalho científico, ordenando as ideias que contribuam para solucionar o problema da pesquisa. A redação, ainda, deve seguir as normas da ABNT e as ideias citadas devem apresentar referência bibliográfica adequada (Sousa, Oliveira e Alves, 2021). Essa observação é metodologicamente importante porque mostra que a redação é etapa que constitui a culminância organizadora da pesquisa bibliográfica, especialmente de cunho mais teórico como esta.

1.5 ARTICULAÇÃO CONCEITUAL E CRUZAMENTO TEÓRICO

A estratégia analítica central desta pesquisa pode ser definida como uma articulação conceitual entre campos. Isso significa que a dissertação busca fazer com que um campo reconfigure criticamente a compreensão do outro, quando se trata dos estudos do jornalismo e da Análise de Discurso. O gesto metodológico central consiste em tomar a literatura sobre valor-notícia como mapeamento teórico inicial e, em seguida, submetê-la a uma releitura a partir de categorias da Análise de Discurso. Esse procedimento, porém, exige cuidado para não reduzir a análise a uma aplicação mecânica de uma teoria sobre outra. O que se busca aqui, por outro lado, é reconstruir os principais marcos teóricos do jornalismo, em seus próprios termos, buscando compreender como a formulação do problema da noticiabilidade e, depois, levantam-se categorias discursivas capazes de iluminar esse problema sob outro enquadramento. Só então se realiza o cruzamento, em que o valor-notícia deixa de ser visto apenas como critério técnico de seleção e passa a ser compreendido como processo discursivo de produção de relevância, visibilidade e hierarquização simbólica.

Essa forma de operar está em plena consonância com o potencial inovador da pesquisa bibliográfica sublinhado por Lakatos e Marconi (2003), segundo os quais essa pode levar ao exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem (Lakatos e Marconi, 2003, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021). É importantíssimo deixar claro que a inovação desta dissertação não reside, de forma alguma, em descobrir um conceito inteiramente novo, apenas em reorganizar criticamente um conceito consolidado a partir de outro horizonte teórico.

A análise desenvolvida, portanto, não é dedutiva no sentido rígido de mera derivação de consequências de uma teoria prévia, nem indutiva em sentido empirista. É formada por uma operação interpretativa e reconstrutiva, em que o autor-pesquisador articula categorias de campos distintos para produzir inteligibilidade teórica sobre um problema de fronteira.

Ao longo do capítulo IV, notícias e outros textos jornalísticos são trazidos para ilustrar e materializar a discussão teórica. Tal procedimento merece explicitação metodológica, porque ele pode ser mal compreendido caso se suponha que o trabalho se transforma, nesse ponto, em pesquisa empírica de *corpora* documentais. Na verdade, a função desses textos é exemplificativa e concretizadora. Por ser uma pesquisa teórica, sobretudo uma daquelas que operam com conceitos densos e altamente abstratos, existe o risco (e o receio) de que a análise teórica permaneça em um nível de abstração excessivo. O recurso a notícias e

materiais jornalísticos serve, então, para mostrar como o enquadramento teórico proposto pode ser reconhecido na materialidade discursiva, sem que isso altere a natureza principal da investigação. Esses textos não constituem o centro de inferência da dissertação. Eles são mobilizados para tornar visíveis certas operações discursivas já teorizadas ao longo dos capítulos anteriores. Assim, o uso desses materiais preserva a natureza bibliográfica do estudo e, ao mesmo tempo, enriquece sua concretude analítica.

Essa escolha também se justifica pelo princípio qualitativo da adequação entre objeto e forma de apresentação. Em vez de encerrar o trabalho num nível puramente metateórico, a inserção de exemplos jornalísticos permite mostrar a produtividade do enquadramento construído e oferecer ao leitor pontos de materialização daquilo que, em termos conceituais, poderia permanecer excessivamente abstrato.

1.6 ALCANCES E LIMITAÇÕES

O percurso metodológico adotado oferece vantagens importantes. Esse permite tratar o valor-notícia como problema conceitual e discursivo. Além disso, torna possível aproximar dois campos que frequentemente se desenvolvem de forma relativamente apartada: os estudos do jornalismo e a Análise de Discurso, vista, por vezes, muito mais como instrumento da Sociolinguística, pouco abordado seu potencial no meio da Comunicação. Ainda, produz um enquadramento teórico que pode servir de base para futuras pesquisas empíricas, inclusive aquelas interessadas em analisar material jornalístico específico a partir dos levantamentos aqui desenvolvidos.

A pesquisa bibliográfica, contudo, possui também limites próprios. Um deles é que ela não substitui, por si só, a análise empírica extensiva de *corpora* concretos. Assim, por mais que a presente pesquisa apresente notícias de caráter ilustrativo e análises que materializam conceitos teóricos nessas ilustrações, ela continua, como foi supracitado, sendo uma pesquisa bibliográfica de caráter teórico, cuja análise de notícias é feita como meio a se chegar ao objetivo, não como fim *per se*. Outro limite é que a pesquisa depende fortemente da qualidade da seleção das obras e da capacidade interpretativa do pesquisador. Sousa, Oliveira e Alves (2021) ressaltam que esse tipo de pesquisa exige tempo, cuidado na análise dos levantamentos realizados e dedicação à leitura crítica das obras. Em trabalhos teóricos como este, isso significa que a robustez do resultado depende menos da extensão numérica do material e mais da consistência com que ele é lido, fichado, comparado e articulado.

Ainda, um limite importante diz respeito à heterogeneidade da própria Análise de Discurso. Como se trata de campo plural, qualquer recorte será necessariamente seletivo. Isso não é um defeito do trabalho, mas condição de possibilidade de sua execução. O importante, nesse caso, é que os critérios de seleção sejam claros e coerentes com o problema investigado, o que esta dissertação busca explicitar ao privilegiar abordagens capazes de dialogar mais diretamente com o valor-notícia.⁵

Apesar desses limites, a contribuição do percurso metodológico está em permitir que sejam construídas as bases teóricas que culminem na compreensão do valor-notícia não apenas como ferramenta do fazer jornalístico, mas como processo discursivo. Trata-se, assim, de uma contribuição teórico-metodológica de base, cuja força reside menos em encerrar o debate do que em reorientá-lo criticamente.

1.7 SÍNTESE METODOLÓGICA

Em síntese, a presente dissertação constitui uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e teórico-conceitual. Sua orientação qualitativa se justifica pela natureza interpretativa do problema e pela necessidade de trabalhar com conceitos, perspectivas e processos de significação em sua complexidade (Flick, 2009). Sua natureza bibliográfica decorre do fato de que a investigação se estrutura a partir de material já publicado, especialmente livros e artigos científicos, mobilizados para reconstrução e problematização de um conceito consolidado (Gil, 2002, *apud* Sousa, Oliveira e Alves, 2021).

O trabalho foi organizado a partir de dois universos informacionais principais, articulados posteriormente em um terceiro movimento de cruzamento teórico. Esse desenho permitiu, de um lado, reconstituir criticamente a trajetória do conceito de valor-notícia e, de outro, identificar categorias discursivas capazes de reposicioná-lo teoricamente. A partir disso, tornou-se possível compreender o valor-notícia como processo discursivo implicado na produção de sentidos e na organização da visibilidade pública. Desse modo, o percurso teórico-metodológico registra a própria condição de possibilidade do argumento central da dissertação. É ele que sustenta o deslocamento da noticiabilidade de uma leitura

⁵ Nota do Autor: é interessante, inclusive, como este é um dos principais pilares do trabalho, chegando a ser quase metalinguístico: da mesma forma com que os valores-notícia são critérios de seleção subjetivos e que direcionam (conforme visto na pesquisa) um processo discursivo, os critérios de seleção de pesquisas bibliográficas também seguem o mesmo padrão (dadas as devidas proporções e divergência de processos, estes tão diversos, sendo um editorial e o outro acadêmico, um informativo e o outro científico etc).

predominantemente normativa para uma leitura crítico-discursiva, epistemologicamente orientada pela interpretação, pela historicização e pela articulação entre campos.

CAPÍTULO II - VALOR-NOTÍCIA E NOTICIABILIDADE: UM MAPEAMENTO TEÓRICO DO OBJETO

A compreensão do conceito de **valor-notícia**⁶ é essencial para a análise dos processos de produção jornalística, diferenciando-se da noção mais ampla de **noticiabilidade**. Enquanto a **noticiabilidade** abrange todos os fatores que influenciam a transformação de um acontecimento em notícia, desde aspectos culturais e institucionais até as dinâmicas de consumo de informação, os valores-notícia referem-se aos critérios específicos que orientam a seleção, hierarquização e construção das matérias jornalísticas (Silva, 2005).

A distinção entre esses conceitos torna-se fundamental diante das mudanças no ecossistema midiático, onde as decisões editoriais não são apenas guiadas por padrões clássicos de relevância e impacto, mas também por novos elementos, como engajamento digital e dinâmicas de viralização. Desde as formulações pioneiras de Lippmann (1922) e Lasswell (1948) até a sistematização dos critérios de **noticiabilidade** por Galtung e Ruge (1965) e além, diversos estudos têm buscado compreender os mecanismos que determinam o que se torna notícia.

Dessa forma, o presente capítulo propõe uma revisão crítica da literatura sobre os valores-notícia, analisando sua evolução teórica e sua influência no jornalismo contemporâneo. A organização desses critérios em grupos temáticos facilita a compreensão de suas inter-relações, permitindo uma visão mais clara sobre como as notícias são selecionadas e apresentadas ao público.

2.1 A TRAJETÓRIA ACADÊMICO-CONCEITUAL DOS VALORES-NOTÍCIA: FORMULAÇÕES INICIAIS

O objetivo deste capítulo é revisitar o avanço acadêmico da concepção de **noticiabilidade** e de seus respectivos critérios, como valores-notícia. É importante traçar essa trajetória relacionada à função da mídia para que o papel conceitual do valor-notícia fique mais evidente, já que também cabe aos critérios de **noticiabilidade** permitir ao jornalismo (e à mídia como um todo) o cumprimento de sua função social de informatividade pública.

Partindo já de uma bibliografia do século XX, o terreno da **noticiabilidade** foi inicialmente desbravado por Lippmann, com a publicação de *Public Opinion* (1922). No

⁶ Nota do autor: os valores-notícia especificados ao longo da argumentação são grifados para que se evidenciem como conceitos centrais da presente pesquisa.

trabalho, o autor estadunidense defende a tese de que a opinião pública não provém de aspectos gerados pessoalmente, mas são construídos por atores que gerenciam as informações disponíveis. Abre-se aí uma janela: esse “pseudoambiente” (Lippmann, 1922) é formado por recortes pré-selecionados, também, pela mídia e suas maquinações. Lippmann traz como atributos de seleção de informações a **clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal** (Lippmann, 1922, *apud* Silva, 2005).

Já Lasswell (1948), em seu estudo “*The Structure and Function of Communication in Society*”, estrutura de forma mais sistêmica a ideia de vigilância da mídia. Nele, as “estruturas de atenção” (*attention frames*) são mecanismos de direcionamento do foco do público para informações, eventos, narrativas e ideias, e compõem a função comunicativa de vigilância do ambiente. Essas estruturas se caracterizam como formas de seleção, hierarquização e *gatekeeping*, e sua análise focou principalmente - em uma comparação com o organismo e os sistemas biológicos - na ideia de comunicação em sociedades tidas como politicamente democráticas, e em como esse fluxo de informações ocorre perante as funções da comunicação dentro desses sistemas.

A ideia de Noticiabilidade se molda mais consistentemente depois, com os pensamentos de Galtung e Ruge (1965) expressos no já supracitado “*The Structure of Foreign News*”, em que critérios objetivos são formados com base na análise de mídia da época, essencialmente radiofônica. O estudo foi um marco nos estudos relacionados à noticiabilidade, principalmente pelo destaque que teve o termo **valor-notícia** a partir deste ponto. No artigo, a metodologia foi aplicada da seguinte forma: a **frequência e intensidade da cobertura** foram analisadas, visto que os autores contabilizaram o número de artigos publicados sobre cada uma das crises estudadas à época (Congo, Cuba e Chipre). Depois, examinaram como os eventos foram apresentados, com a análise de aspectos como títulos, tom das reportagens e informações destacadas. Analisaram por que crises mais distantes (geograficamente e culturalmente) receberam menos atenção, enquanto eventos que se alinharam aos critérios de noticiabilidade foram priorizados.

Os critérios de noticiabilidade foram divididos em três características: os fatores temporais, os aspectos de conteúdo e os culturais, seguindo a lógica posterior de Galtung (1967) em relação à violência (que o autor separou em direta, estrutural e cultural).

Nos temporais, os acadêmicos noruegueses catalogaram a **frequência** (F1 - *frequency*) dos eventos, em que os acontecimentos mais próximos e que ocorrem em períodos curtos de tempo são mais noticiáveis, como a crise dos mísseis de Cuba (Galtung e Ruge, 1965). A **amplitude** (F2 - *threshold*) ou **intensidade** dos eventos, como a grandeza do

número de vítimas aumenta a chance de algo de se tornar notícia. Já o critério de **clareza** (F3 - *unambiguity*) estabelece que eventos mais simples têm maior destaque, ressaltando que a crise do Chipre era menos noticiada pela complexidade da relação greco-turca, por exemplo.

Já nos aspectos culturais, a **relevância** (F4 - *meaningfulness*) de uma notícia é medida pela importância que o público dá a ela, e quanto maior essa relevância, mais ela será noticiada. Dentro desse critério, a **proximidade cultural** (F4.1 - *cultural proximity*) traz a ideia de que quanto mais relacionado à cultura da audiência, melhor à notícia, e a **proximidade geográfica** (F4.2 - *geographical proximity*) se baseia evidentemente na ideia de que, quanto mais próximo fisicamente ao público, mais relevante o acontecimento se torna.

Em se tratando de aspectos que se referem ao conteúdo da notícia, o critério da **consonância** (F5 - *consonance*) sugere que eventos que se alinham com expectativas imagéticas ou estereótipos preexistentes são mais passíveis de serem noticiados. Eventos que são surpreendentes ou pouco esperados são regidos pela **imprevisibilidade** (F6 - *unexpectedness*), e os que já são notícia tendem a continuar sendo acompanhados por serem mais acessíveis, o que foi chamado por Galtung e Ruge (1965) de **continuidade** (F7 - *continuity*). As notícias, porém, não podem ser cansativas e repetitivas. O aspecto que trata da variedade de temas para que se equilibre o processo jornalístico é chamado de **composição** (F8 - *composition*). Já a respeito de referência, os autores separam em quatro critérios diferentes: **referência a nações de elite** (F9 - *reference to elite nations*), em que a notícia que aborda países geopoliticamente em destaque são mais noticiados; **referência a pessoas de elite** (F10 - *reference to elite people*), ou seja, indivíduos de grande influência; a **personalização** (F11 - *personalization* ou *reference to persons*) leva em consideração a importância maior de referência a indivíduos específicos, e a **negatividade** (F12 - *negativity* ou *reference to something negative*) faz referência a eventos de conotação negativa, como conflitos e desastres.

Avançando no mapeamento teórico e ampliando-o para fora do escopo do norte global, Beltrán e Cardona (1976), em seu livro “*Comunicación Dominada: Estados Unidos en los Medios de América Latina*”, apesar de não tratarem especificamente da conceituação de noticiabilidade e seus critérios, ainda avançam no tema ao destacar como agências governamentais e de notícias estadunidenses distorcem a comunicação na América Latina por meio de notícias seletivas, alterando então seus critérios de noticiabilidade e bombardeando a população com programas de entretenimento de massas em detrimento de jornalismo feito de forma criteriosa.

El público latinoamericano recibió casi exclusivamente la versión norteamericana de la guerra, y ni siquiera tuvo acceso a los reportajes norteamericanos más críticos sobre el conflicto. Nunca se publicaron los cables de noticias de la agencia de Vietnam del Norte ni las informaciones sobre las protestas del pueblo norteamericano contra la guerra. Esta cobertura selectiva de las agencias no se limita a los eventos políticos y económicos (Beltrán e Cardona, 1976, p. 50).⁷

Dessa forma, por mais que não avancem no debate conceitual e central de noticiabilidade, os autores bolivianos caminham no sentido de compreender que a seletividade de notícias tem um papel de agenciamento estratégico na mídia estadunidense, em relação aos países latino-americanos, e que, portanto, essa seleção também pode ser consciente e arbitrária, buscando afetar culturalmente um ou vários povos em proveito próprio de uma hegemonia comercial (Beltrán e Cardona, 1976). Insere-se aqui o aspecto de dominação cultural como ferramenta política que utiliza como um de seus aspectos essa noticiabilidade. Adiciona-se a essa construção teórica a ideia já trazida de que os critérios de seleção de notícias são não apenas maneiras de se decidir o que é relevante a um grupo de espectadores, mas também para que a influência de um grupo, Estado ou povo se imponha perante outro.

Pouco depois, Herbert Gans (1979) publica “*Deciding What’s News*”, em que analisa como jornalistas dos Estados Unidos da América selecionam e priorizam informações para gerar notícias, e como essas escolhas refletem valores socioculturais. Além disso, o autor identificou filtros organizacionais e culturais que definem decisões editoriais, indo além dos valores-notícia. Ao longo de 10 anos, entre 1965 e 1975, ele analisou quatro instituições midiáticas: *CBS Evening News*, *NBC Nightly News*, *Newsweek* e *Time*, escolhidos por sua influência no jornalismo estadunidense e na formação da opinião pública.

Utilizou-se de metodologias como observação participante (trabalhando nas instituições e observando seu cotidiano, como reuniões editoriais e de pauta, e os processos de produção de notícias no geral); entrevistas (com editores, repórteres e demais funcionários, com perguntas focadas em critérios de seleção, valores profissionais e a influência de fatores externos); e análise de conteúdo (estudando sistematicamente reportagens publicadas e transmitidas pelos veículos, analisando temas, tons, enquadramentos e padrões de cobertura).

⁷ “O público latino-americano recebeu quase exclusivamente a versão norte-americana da guerra, e nem sequer teve acesso aos relatos mais críticos dos próprios norte-americanos sobre o conflito. Jamais foram publicados os telegramas de notícias da agência do Vietnã do Norte, nem as informações sobre os protestos do povo norte-americano contra a guerra. Essa cobertura seletiva das agências não se limita aos eventos políticos e econômicos.” em tradução própria.

Como resultado - após analisar critérios de noticiabilidade, hierarquias de instituições e de decisões, influências externas (anunciantes, público, pressões políticas etc.) e valores culturais implícitos (etnocentrismo, capitalismo responsável, moderação social etc.) -, Gans (1979) concluiu que notícias não são construídas por um indivíduo específico, mas por uma estrutura/rede de atores. Além disso, identificou que há sempre filtros organizacionais e culturais nas instituições que introduzem vieses, apesar de qualquer tentativa de objetividade por parte dos atores comunicacionais. Também afirma que o jornalismo reflete e reforça os valores culturais da sociedade em que estão inseridos. Ao fim, propõe o “Noticiário Multiperspectivo”⁸, modelo de jornalismo que buscaria incluir visões diversas acerca do que é noticiado, representando diversos grupos sociais, culturais e econômicos em sua cobertura, promovendo assim uma perspectiva mais ampla e democrática dos eventos e evitando uma homogeneização do discurso jornalístico (Gans, 1979, p. 313).

2.2 AVANÇOS E REVISÕES DOS VALORES-NOTÍCIA

Depois da extensa pesquisa de Gans (1979) acerca do funcionamento da notícia como fenômeno institucional e político, e do processo de sua produção, Mauro Wolf (1987) publica, em 1985, “Teorias da Comunicação”, livro basilar do campo. A obra faz uma retomada histórica de teorias, abordagens e metodologias da Comunicação, analisando conceitos relevantes (mas que ultrapassam a carga teórica necessária desta pesquisa), como os estudos dos efeitos imediatos (em que ele afirma que os estudos pré-1960 focaram principalmente nas consequências diretas e nos efeitos imediatos sobre o público); a transição para os estudos acerca dos efeitos a longo prazo (em que ele explica a mudança do foco do campo, que, a partir dos anos 60 e 70, foca mais nas modulações acerca de percepções e crenças do público a longo prazo); a hipótese do agendamento; a espiral do silêncio (introduzida por Noelle-Neumann, que sugere que pessoas tendem a silenciar suas opiniões quando estão em minoria, compreendendo que opiniões majoritárias influenciam indivíduos que se percebem em posições minoritárias); a teoria da cultivação (introduzida por George Gerbner, que defende que a exposição direta e excessiva à televisão e demais mídias moldam a percepção de realidade dos indivíduos).

⁸ “Multiperspectival News”, no original. Tradução livre.

Por mais que retome, contextualize, sintetize e defina diversos conceitos da área, o autor, ao citar especificamente os critérios de seleção de notícias, cria diálogo entre autores, evocando Galtung e Ruge (1965):

Já Galtung e Ruge (1965) - partindo embora de um problema diferente - tinham observado algo de semelhante quando afirmavam que **os critérios de relevância adotados pelos jornalistas para selecionarem os acontecimentos a transformar em notícias, percorriam todo o processo que vai desde a ocorrência até ao leitor.** Da mesma forma que as routines produtivas e os critérios de relevância, na sua aplicação constante, constituem o quadro institucional e profissional em que o carácter noticiável dos acontecimentos é captado pelos jornalistas, assim o empolamento constante de certos temas, aspectos e problemas, constitui um quadro interpretativo, um esquema de conhecimentos, um frame, que se aplica (mais ou menos conscientemente) para dar um sentido àquilo que observamos (Wolf, 1985, p. 144-145. Grifo nosso).

Reafirma, portanto, que os critérios de noticiabilidade transpassam também por aspectos institucionais e profissionais, estendendo-se desde a ocorrência do fato até o leitor da notícia, e não apenas no ato de produção jornalística ou no que enquadra o ofício do editor, por exemplo. Como conceito, percebe-se a partir desse mapeamento teórico que a noção de noticiabilidade vai se construindo a partir de seus valores-notícias e demais critérios, como a institucionalidade da corporação ou estrutura midiática que publica essa notícia.

Traquina (2005), o autor português, em sua obra “Teorias do Jornalismo”, atribui a Wolf (1987) a ideia de que “os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística, ou seja, no processo de seleção dos acontecimentos e no processo de elaboração da notícia, isto é, no processo de construção da notícia” (2005, p. 78). Ainda, afirma que “Wolf estabeleceu a distinção entre os **valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção**” (p. 78, grifo nosso), a serem explicados posteriormente. Cabe ressaltar que, no Capítulo 2 (“Ser ou não ser notícia?”), Traquina (2005) faz o seu próprio mapeamento teórico acerca da conceituação de valor-notícia, definindo a noticiabilidade como:

o conjunto de critério e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’ (*‘newsworthiness’*) (Traquina, 2005, p. 63).

Dessa maneira, o autor inicia relacionando sua visão de noticiabilidade com a regressão histórica de Stephens (1988), analisando a forma com que os jornais eram feitos à época. Antes de entrar na conceituação acadêmica de valor-notícia, Traquina (2005) ainda

cita o estudo de Gans (1979), já explicado neste capítulo teórico, preparando sua argumentação a fim de trazer seus critérios de noticiabilidade: explica que, “segundo o estudo de Gans, entre 70% e 85% das notícias sobre assuntos nacionais são acerca de pessoas conhecidas” (p. 68), a fim de retomar, posteriormente, a ideia de Galtung e Ruge (1965) de “referência a pessoas de elite” e renomear o valor-notícia para “notoriedade do autor”.

A seção seguinte, “A análise acadêmica dos valores-notícia” (p.69), explica os doze valores-notícia de Galtung e Ruge (1965, 1993), que utiliza posteriormente como embasamento principal de seus próprios valores-notícia, mas aponta atreladamente para o estudo dos pesquisadores canadenses Ericson, Baranek e Chan (1987), que compreendem os valores-notícia como “múltiplos, entrecruzados, e não são fáceis de classificar pelo analista de pesquisa” (1987, p. 139-140 *apud* Traquina, 2005, p. 73). O trio apresenta seus próprios valores-notícia, definindo-os não como imperativos, mas como “elementos que ajudam o jornalista a reconhecer a importância dos acontecimentos, a proceder a escolhas dentre as alternativas, e a considerar escolhas a fazer” (2005, p. 73).

Ericson, Baranek e Chan (1987) trazem como critérios de noticiabilidade:

Quadro 1 - Critérios de noticiabilidade segundo Ericson, Baranek e Chan (1987)

1. Significação⁹ (“ <i>eventful</i> ”):	Qualidade de importância de um evento, também podendo ser baseada em sua proximidade cultural.
2. Dramatização:	O limiar de noticiabilidade varia, segundo os autores, de acordo com o que estiver mais disponível, seja a proximidade cultural, quem está envolvido no acontecimento etc. Nisso, a dramatização seria o reconhecimento da importância de um evento, atrelada a outros valores-notícia. É como aquilo pode ser visualizado como importante, o que se difere de <i>eventful</i> , que seria a importância, mas não sua dramaticidade.
3. Personalização:	Apesar de se apresentar consistências com o valor-notícia de Galtung e Ruge (1965) (F11 - personalização) e, posteriormente, do próprio Traquina (2005) (notoriedade), Ericson, Baranek e Chan (1987) elucidam que organizações e instituições podem ser personificadas pelos atores significativos envolvidos, e que o fato de uma figura pública estar envolvida pode ser um fator decisivo para julgar algo noticiável.
4. Continuidade:	Implica que deve haver um fluxo noticioso baseado em enquadramentos já levantados, para que haja uma base de visualização do público em relação à notícia, sendo mais noticiável o acontecimento atrelado a eventos prévios.
5. Consonância:	Segundo os pesquisadores, a consonância seria uma expectativa relacionada à notícia trazida pelo jornalista ou pela instituição midiática

⁹ Nota de Tradução: dos critérios de Ericson, Baranek e Chan (1987) trazidos por Traquina (2005), este é o único citado na edição brasileira sem tradução, trazido como no original (“*eventful*”). Significação, portanto, é uma tradução livre, baseada na explicação do autor.

	por meio dos estereótipos. Fornecem o exemplo de que os repórteres, em cobertura de manifestações, focam sua atenção nas “pequenas brigas e não nos problemas levantados pelos manifestantes” (p. 75), repetindo um padrão.
6. Inesperado:	Algo que não se esperava é mais noticiável. Aqui, os autores atrelam a ideia de negatividade, que não seria suficiente para formar um valor-notícia <i>per se</i> , mas que influencia e infla a noticiabilidade do inesperado.
7. Infração:	Tanto a infração de leis quanto a má gestão, o mau comportamento de uma autoridade ou funcionário com visibilidade correspondem a este valor-notícia. Aqui, é focado de forma mais rotineira, geralmente sobre a eficácia dos custos e a (in)eficiência governamental, por exemplo.

Fonte: Autoria própria.

Na seção seguinte “Os valores-notícia segundo Traquina”, do mesmo capítulo, o próprio autor explica, retomando os valores-notícia de Galtung e Ruge (1965), que Wolf (1987) separa os valores-notícia de seleção em dois subgrupos (**valores-notícia de seleção e de construção**), e complementa-os da forma que considera apropriado.

Os valores-notícias de seleção são separados em **critérios substantivos** (referentes à avaliação direta do acontecimento em termos de importância ou interesse como notícia) e **critérios contextuais** (referentes ao contexto de produção da notícia). Já os valores-notícia de construção se relacionam às “qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, [...] omitido, [...] prioritário na construção do acontecimento como notícia” (p. 78).

Em sua retomada conceitual, Traquina (2005) revisita e reconceitua os valores-notícia galtung-rugianos. Ao iniciar pelos critérios substantivos, define a **morte** como um valor-notícia fundamental, que atrai a atenção dos jornalistas e o destaque no processo de noticiamento. A **notoriedade**, principalmente no que se refere a pessoas célebres, é trazida pelo autor como valor-notícia baseado nas conclusões de Galtung e Ruge (1965). Também define como tal a **proximidade** (“sobretudo em termos geográficos”, p. 80) e a **relevância**, que explica ser crucial por responder à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes por terem impacto em suas vidas. Em sua explicação, difere os valores-notícia **novidade** e **tempo**, em que o primeiro é o que há de mais recente, e o segundo sendo um “gancho” (p. 81) ou marco de notícia que parte de uma data específica. Utilizando como base o valor-notícia ‘tempo’, por exemplo, caberia noticiar que há 20 anos atrás, um Presidente Y foi assassinado no país X, uma notícia relativa a uma data comemorativa (Dia das Crianças, Dia do Meio Ambiente etc).

Define como valor também a **notabilidade**, ou seja, a qualidade de ser visível ou tangível, e relaciona com o escrito de Lippmann: “uma greve operária pode ser facilmente agarrada como notícia porque é tangível, enquanto as condições do trabalho dos trabalhadores, por exemplo, a monotonia do trabalho, a raiva do contra-mestre, dificilmente serão notícia, porque são pouco tangíveis” (p. 82). Escreve, ainda, que a importância da notabilidade se dá na noção de que o jornalismo está mais virado para a cobertura de acontecimentos, e não problemáticas. O autor, retomando autores como Tuchman (1978) e Golding e Elliott (1978), numera o que ele chama de registros de notabilidade:

Quadro 2 - Registros de notabilidade de Golding e Elliott (1978)

1. Quantidade de pessoas que o acontecimento envolve;
2. Inversão (contrário do normal);
3. Insólito (absurdo);
4. Falha (acidentes);
5. Excesso/Escassez (aumento considerável de temperatura ou falta de comida, por exemplo).

Fonte: Autoria própria.

Prossegue com os valores-notícia, trazendo o **inesperado** (acontecimentos que não ocorrem regularmente) e o **conflito/controvérsia** (a violência simbólica ou física, como uma disputa verbal entre líderes, por exemplo). Ressalta que, em sua visão, a violência física fornece mais noticiabilidade. Também traz a **infração**, referindo-se à transgressão de regras, normas e leis. À esta altura da apresentação de seus valores-notícia, Traquina (2005) traz a reflexão de que crimes são fenômenos sociais que se repetem cotidianamente e, portanto, grande parte de seu noticiamento é feito de forma rotineira e breve. Assim, o tamanho da cobertura de um crime se estende a outros valores-notícia (se é um crime violento, se impacta muitas pessoas, se há um grande número de vítimas etc). O último dos critérios substantivos dos valores-notícia de seleção trazidos pelo autor é o **escândalo**, em que se enquadram eventos como o *Watergate*.

Antes de ir aos valores-notícia de seleção baseados em critérios contextuais, Traquina (2005) explica, utilizando como base Hartley (1982), Hall (1984) e Hallin (1986), a relevância social dos critérios de seleção de notícias. Hartley (1982) determina que os valores-notícia funcionam como um sistema-código de signos ideológicos, pois tais critérios realizariam um recorte do mundo como ele é. Já Hall (1984) se refere aos valores-notícia como um mapa cultural do mundo social, determinante para a função do jornalista em relação

ao mundo. No que concerne a Hallin (1986), escreve que o autor divide, sob a perspectiva do jornalista, o mundo em três esferas:

Quadro 3 - Esferas de Hallin (1986)

1. Esfera do consenso:	“A região em que encontramos os valores consensuais da sociedade, como a pátria, a maternidade, a liberdade” (p. 87). Os jornalistas não se sentiriam, segundo o autor, compelidos a confrontar tais conceitos, inclusive o defendem, agindo como “advogados ou protetores cerimoniais de valores de consenso”.
2. Esfera da controvérsia:	Além da esfera do consenso, a da controvérsia seria regida pelas virtudes jornalísticas da neutralidade e do equilíbrio, segundo Hallin (1986). Ao contrário da esfera consensual, em que virtudes sociais basilares se encontram, nesta os jornalistas apresentam os dois lados sem questão de tomar partido.
3. Esfera do desvio:	Neste campo além, Hallin (1986) afirma que os jornalistas deixam a neutralidade de lado ao desempenhar o papel de “expor, condenar ou excluir da agenda pública os que violam ou desafiam os valores de consenso, e apoiam a distinção consensual entre atividade política legítima e ilegítima” (p. 87-88).

Fonte: Autoria própria.

Traquina (2005) explica que Hallin (1986) estudou a cobertura norte-americana da Guerra do Vietnã, na amplitude da esfera do desvio, afirmando que, apenas na ocasião em que o irmão do falecido Presidente J. F. Kennedy, Senador Robert Kennedy, tomou posição oficial contra o envolvimento dos Estados Unidos da América na Guerra do Vietnã, em 1968, que a Guerra do Vietnã entraria na esfera da controvérsia legítima. Traquina (2005) traz tais reflexões no sentido de que os critérios de seleção de notícias atuariam, portanto, dentro dessas três esferas.

A seguir, define os critérios contextuais dos valores-notícia de seleção, referentes ao processo de produção das notícias e não às características do evento noticiado. Inicia pela **disponibilidade**, ou seja, a facilidade de realizar a cobertura do acontecimento, de forma logística. O **equilíbrio** se refere à quantidade de notícias existentes sobre o assunto, dentro de um período não descrito, mas próximo. Caso o assunto seja muito noticiado, pode causar desequilíbrio em relação a outros temas que envolvam outros valores-notícia de igual ou maior relevância. A **visibilidade** também é vista como relevante por Traquina (2005),

abrangendo a ideia de que recursos visuais de qualidade podem ser determinantes na seleção de uma notícia.

Esse valor-notícia ajudaria a explicar a maior presença de notícias sobre desastres, quando no jornalismo televisivo (Gans, 1979, *apud* Traquina, 2005). Já a **concorrência** é o aspecto que define a importância do “furo” (*scoop*), visto que a noticiabilidade também é movida pela exclusividade. Por último, Traquina (2005) traz como valor-notícia de critérios contextuais o **dia noticioso**, em que a dinâmica dos acontecimentos em um período de tempo se torna mais ou menos relevante. O autor argumenta que, em um dia de acontecimentos com pouca noticiabilidade, algo superficial ou pouco noticiável pode ser a reportagem de capa, bem como, em um dia de muitos acontecimentos noticiáveis, um evento impactante pode ser ofuscado por outros que cumpram mais aspectos de noticiabilidade.

Ao adentrar os **valores-notícia de construção** (critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia), Traquina (2005) inicia com a **simplificação**, emprestada de Ericson, Baranek e Chan (1987), em que, quanto mais complexo e/ou ambíguo um acontecimento é, menos noticiável ele se torna. A **amplificação**, emprestado de Galtung e Ruge (1965), segue a mesma lógica proposta pela dupla, em que, quanto mais amplificado o evento, mais tende a ser noticiado. Em relação à **relevância**, Traquina (2005) explica que cabe ao jornalista demonstrar a relevância de alguns eventos noticiando-os, como é o caso da poluição, por exemplo. A **personalização**, reconhecidamente advinda tanto de Galtung e Ruge (1965) quanto de Ericson, Baranek e Chan (1987), é relevante como critério, de acordo com Traquina (2005), por ser mais facilmente definida em “positivo” ou “negativo”, em relação à veracidade. Traz também a **dramatização**, de Ericson, Baranek e Chan (1987), descrevendo-a como “o reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, a natureza conflitual” (p. 92). Por fim, lista a **consonância** de Galtung e Ruge (1965): quanto mais a notícia se insere em uma narrativa já estabelecida, mais possibilidades ela tem de ser notada e noticiada.

Ao encerrar essa parte de seu livro, na qual disserta sobre seus 22 valores-notícia, Traquina (2005, p. 93) lança luz à importância da organização editorial na questão da noticiabilidade e à subjetividade gerada pelo cotidiano jornalístico, a respeito do contato com fontes e com funcionários das instituições cobertas pelo repórter. Além disso, a pressão por produtividade também afetaria a relação entre jornalista e valor-notícia, diminuindo ou aumentando a relevância de um critério de noticiabilidade dentro de uma cobertura.

O próprio autor, na mesma seção do livro (p. 95), esclarece que os valores-notícia acompanham o *zeitgeist* da época em que estão inseridos, bem como a localidade e as

políticas editoriais da instituição que os utiliza. Esses critérios, então, “não são imutáveis, [...] a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional” (p. 95). No que encerra a parcela necessária ao presente trabalho, Traquina (2005) encerra apelando à instabilidade hierárquica dos conceitos por ele mesmo levantados: “E, ao contrário do jogo de cartas, o *bridge*, não há regras que indiquem que critérios têm prioridade sobre os outros; mas os critérios de noticiabilidade existem, duradouros ao longo dos séculos” (p. 96).

Gislene Silva (2005), em seu artigo “Para pensar critérios de noticiabilidade”, realiza um mapeamento histórico dos critérios de noticiabilidade para diversos autores, sintetizando-o na seguinte listagem:

Quadro 4 - Elencos de valores-notícia

Stieler: **novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.**

Lippmann: **clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal.**

Bond: referente à pessoa de destaque ou personagem público (**proeminência**); incomum (**raridade**); referente ao governo (**interesse nacional**); que afeta o bolso (**interesse pessoal/econômico**); injustiça que provoca indignação (**injustiça**); grandes perdas de vida ou bens (**catástrofe**); consequências universais (**interesse universal**); que provoca emoção (**drama**); de interesse de grande número de pessoas (**número de pessoas afetadas**); grandes somas (**grande quantia de dinheiro**); descoberta de qualquer setor (**descobertas/invenções**) e assassinato (**crime/violência**).

Galtung e Ruge: **frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.**

Golding-Elliott: **drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites, famosos.**

Gans: **importância, interesse, novidade, qualidade, equilíbrio.**

Warren: **atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências.**

Hetherington: **importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual/crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito/atrativo.**

Shoemaker et al: **oportunidade, proximidade, importância/impacto, consequência, interesse, conflito /polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade/curiosidade/raro.**

Wolf: **importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas, relevância quanto à evolução futura.**

Erboato: **proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/invenções, repercussão, confidências.**

Chaparro: **atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade, surpresa.**

Lage: **proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana.**

Autoria: Silva (2005).

Realizando tal mapeamento teórico, Silva (2005) organiza não apenas os critérios de cada autor, mas mapeia e demonstra a complexidade e os fatores considerados por cada um desses autores. Ainda, separa-os em macro-valores-notícia (“pré-requisito para qualquer seleção jornalística, já que sem tais valores antecedentes [...] os demais nem se efetuam como questão”, p. 103) e os micro-valores-notícia. Caracteriza como macro-valores **atualidade/novidade, importância, interesse, negativismo, imprevisibilidade, coletividade e repercussão**. A partir destes, os micro-valores seriam aplicados em um elenco operacional de atributos.

Para se atualizar o presente referencial sobre as pesquisas acerca do tema, é importante notar que, em 2016, Harcup e O'Neill publicam na revista *Journalism Studies* o artigo “*What is News? News Values Revisited (Again)*”¹⁰, em que retomam os 12 valores-notícia originais propostos por Galtung e Ruge (1965) e os próprios valores-notícia, desenvolvidos em 2001 e publicados no artigo “*What is News? Galtung and Ruge revisited*”.

No artigo de 2001, o objetivo da pesquisa foi investigar se os fatores de noticiabilidade de Galtung e Ruge (1965) ainda eram aplicáveis, utilizando como objeto de

¹⁰ “O que são notícias? Os valores-notícia revisitados (de novo)”, em tradução livre.
[10.1080/1461670X.2016.1150193](https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1150193)

análise três jornais britânicos diários à época. Em suas conclusões, os pesquisadores perceberam que alguns critérios de 1965 permanecem pertinentes em relação à noticiabilidade, enquanto outros se tornaram obsoletos. Assim, propuseram a seguinte lista, adaptando os valores iniciais:

Quadro 5 - Valores-notícia de Galtung e Ruge revisitados por Harcup e O'Neill (2001).

1. <u>Impacto:</u>	Eventos que afetam um grande número de pessoas ou têm consequências significativas.
2. Proeminência:	Ações ou eventos envolvendo figuras públicas, celebridades ou instituições de destaque.
3. Conflito:	Situações de disputa, controvérsia ou confronto.
4. Ineditismo:	Eventos inesperados ou surpreendentes.
5. Relevância:	Assuntos que são pertinentes ao público-alvo do veículo de comunicação.
6. Seguimento:	Desdobramentos de notícias já em destaque, mantendo o interesse contínuo do público.
7. Magnitude:	A escala ou extensão de um evento, como desastres naturais ou grandes acontecimentos.
8. Proximidade:	Eventos que ocorrem geograficamente próximos ao público ou que têm ligação cultural com ele.
9. <u>Interesse humano:</u>	Histórias que evocam emoções, como casos de superação ou situações comoventes.
10. <u>Entretenimento:</u>	Assuntos leves ou divertidos que proporcionam distração ao público.

Fonte: Autoria própria.

O foco das mudanças foram os sublinhados acima: o impacto (sobretudo o emocional), o interesse humano e o entretenimento, todos critérios focados no público consumidor da notícia. Esses valores-notícia foram, contudo, atualizados pelos próprios Harcup e O'Neill em 2016. De acordo com os pesquisadores, os aspectos que levam a uma atualização mais recente dos valores-notícia são os interesses comerciais ganhando maior influência na escolha das notícias; a mudança do papel da mídia com o jornalismo

participativo e o processo de digitalização social. Fatores como engajamento online e dinâmicas de plataformas sociais se centralizam em relação à noticiabilidade, em comparação a outros fatores. O elenco de critérios de noticiabilidade, assim, se atualiza junto à própria transformação da mídia.

Neste estudo de 2016, os autores realizaram uma nova análise de notícias em cinco jornais britânicos diferentes: *The Times*, *The Daily Mail*, *The Guardian*, *The Sun* e *BBC News Online*. A pesquisa buscou verificar se os valores-notícia de 2001 ainda eram aplicáveis, bem como identificar novos padrões de seleção de notícias e compreender a influência do ambiente digital nessa seleção. Propuseram, destarte, uma lista atualizada de valores-notícia:

Quadro 6 - Valores-notícia de Harcup e O'Neill (2016)

1. Exclusividade (Exclusivity)	Notícias inéditas ou investigações exclusivas continuam sendo um grande diferencial.
2. Importância (Importance)	Temas com alto impacto político, social ou econômico ainda dominam a pauta.
3. Interesse humano (Human interest)	Histórias que envolvem drama, emoção e conexão pessoal com o público.
4. Entretenimento (Entertainment)	Assuntos leves e divertidos continuam tendo espaço, especialmente na era digital.
5. Surpresa (Surprise)	O inesperado e o bizarro chamam a atenção do público.
6. Notícias boas e ruins (Good and bad news)	Tanto notícias positivas quanto negativas continuam atraindo cobertura.
7. Importância para a elite (Elite people and elite organizations)	Atores políticos, celebridades e grandes corporações ainda dominam as manchetes.
8. Seguimento (Follow-up)	Histórias que já foram notícia continuam sendo acompanhadas.
9. Agenda midiática e social (Media agenda and social agenda)	Assuntos que já fazem parte da narrativa jornalística ou que são amplificados pelas redes sociais.
10. Engajamento do público (Public engagement)	Inclui a interação do público, a viralização e a relevância para debates sociais.

Fonte: Autoria própria.

Em sua argumentação, Harcup e O'Neill (2016) explicam que plataformas de redes sociais virtuais, como Twitter e Facebook, influenciam as temáticas e coberturas dos jornalistas. Ainda, que os próprios jornalistas acompanham temas mais “virais”¹¹ para exercer seu trabalho, e que as métricas de compartilhamento podem ser vistas como parte do novo fator de noticiabilidade “*Public engagement*”. Assim, a noticiabilidade não seria diretamente decidida apenas pelas redações e instituições editoriais, mas pelo público e pelas plataformas digitais. A linha entre entretenimento e notícia teria, ao longo do processo de transformação da mídia, se tornado mais fluida, e que notícias mais emocionais ou de menor tensão ganham espaço em relação a temas como política e economia, por exemplo.

2.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

A partir do mapeamento apresentado, abordando desde Lippmann (1922) a Harcup e O'Neill (2016), é relevante notar que, por mais que haja considerações ou categorizações diferentes entre autores na concepção e organização de seus próprios critérios - vide Silva (2005), separando-os em macro-valores-notícia e micro-valores-notícia, ou Traquina (2005), categorizando-os em valores-notícia de seleção e de construção -, muitos se relacionam entre si (até por alguns terem sido baseados em pesquisas anteriores). Dessa maneira, uma categorização dos valores-notícia propostos separados por grupos temáticos como organização teórica facilita a compreensão histórica dos valores-notícia, bem como suas interrelações e seus diálogos enquanto critérios de noticiabilidade, e sua respectiva aplicação analítica.

Quadro 7 - Valores-notícia agrupados por Grupo Temático

Grupo Temático	Valores-notícia agrupados	Autores
Atualidade e Tempo	Novidade, atualidade, oportunidade, tempo, seguimento, frequência.	Stieler, Warren, Golding-Elliott, Shoemaker et al., Galtung e Ruge, Chaparro, Lage, Traquina, Harcup e O'Neill (2016).
Proximidade Geográfica e Cultural	Proximidade geográfica, proximidade, marco geográfico, identificação social, identificação humana.	Stieler, Lippmann, Warren, Golding-Elliott, Hetherington, Shoemaker et al., Erbolato, Chaparro, Lage, Harcup e O'Neill (2001), Traquina.
Proeminência e Elite	Proeminência, elites, famosos, referente a pessoa de destaque ou personagem	Stieler, Bond, Galtung e Ruge, Golding-Elliott, Warren, Shoemaker et al., Wolf, Erbolato, Chaparro,

¹¹ Com grande destaque, engajamento e circulação nas plataformas digitais.

	público, referência a pessoas e nações de elite, importância do indivíduo, influência sobre o interesse nacional, culto de heróis, notoriedade, importância para a elite, pessoa de destaque, personagem público, nível hierárquico, notabilidade, personalização.	Harcup e O'Neill (2016), Traquina, Ericson, Baranek e Chan.
Impacto e Consequências	Impactos, grandes perdas de vida ou bens (catástrofe), interesse universal, amplitude, importância/impacto, consequência(s), magnitude, relevância, importância, influência sobre o interesse nacional, evolução futura, significação, repercussão.	Lippmann, Bond, Galtung e Ruge, Shoemaker et al., Warren, Erbolato, Chaparro, Harcup e O'Neill (2001), Wolf, Traquina, Harcup e O'Neill (2016), Ericson, Baranek e Chan.
Conflito, Controvérsia e Rivalidade	Conflito pessoal, injustiça, crime/violência, imprevisão, conflito/polêmica, controvérsia, conflito, rivalidade, aventura, escândalo, infração, notícias boas e ruins, conformidade, sensacionalismo, amplificação.	Lippmann, Bond, Galtung e Ruge, Shoemaker et al., Warren, Erbolato, Chaparro, Traquina, Ericson, Baranek e Chan, Harcup e O'Neill (2001), Harcup e O'Neill (2016).
Interesse Humano e Emoção	Drama, entretenimento, suspense, emoção, sensacionalismo, humor, interesse humano, dramaticidade, engajamento do público.	Bond, Golding-Elliott, Warren, Hetherington, Shoemaker et al., Erbolato, Chaparro, Harcup e O'Neill (2001), Harcup e O'Neill (2016), Ericson, Baranek e Chan.
Ineditismo, Surpresa e Curiosidade	Surpresa, imprevisão, curiosidade, novidade, raridade, originalidade, descobertas/invenções, inesperado, ineditismo.	Lippmann, Galtung e Ruge, Warren, Hetherington, Shoemaker et al., Erbolato, Chaparro, Harcup e O'Neill (2001), Harcup e O'Neill (2016), Traquina.
Visualidade e Entretenimento	Visual atrativo, visual bonito/atrativo, visualidade, entretenimento.	Golding-Elliott, Hetherington, Traquina, Harcup e O'Neill (2001), Harcup e O'Neill (2016).
Continuidade e Seguimento	Continuidade, seguimento.	Galtung e Ruge, Ericson, Baranek e Chan, Harcup e O'Neill (2001), Harcup e O'Neill (2016).
Política, Economia e Utilidade	Interesse nacional, interesse pessoal/econômico, utilidade, política editorial, dinheiro, disponibilidade, agenda midiática e social.	Bond, Erbolato, Traquina, Harcup e O'Neill (2016).

Quantidade e escala	Número de pessoas afetadas, grande quantia de dinheiro, número de pessoas envolvidas, magnitude.	Bond, Hetherington, Harcup e O'Neill (2001).
Equilíbrio, Composição e Concorrência Midiática	Composição, concorrência, equilíbrio, agenda midiática e social.	Galtung e Ruge, Traquina, Harcup e O'Neill (2016).
Outros critérios	Sexo e idade, expectativa/suspense, confidências, conhecimento, consonância, simplificação, amplificação.	Erbolato, Chaparro, Traquina, Ericson, Baranek e Chan.

Fonte: Autoria própria.

Dessa forma organizados os valores-notícia revisitados, a compreensão dos critérios observados e analisados pelos autores se torna mais evidente, bem como suas relações entre si, facilitando sua compreensão e utilização. É imprescindível notar que o estudo dos valores-notícia revela a complexidade envolvida na seleção e construção dos textos jornalísticos. Retomando desde os primeiros teóricos, como Lippmann (1922) e Lasswell (1948), até as formulações clássicas de Galtung e Ruge (1965) e as atualizações contemporâneas de Harcup e O'Neill (2001, 2016), observa-se que os valores-notícia não apenas estruturam a cobertura midiática, mas também refletem dinâmicas culturais, políticas e tecnológicas.

A evolução desses critérios demonstra que a noticiabilidade não é um fenômeno estático, mas um processo influenciado por fatores institucionais, econômicos e sociais. A transição para o jornalismo digital e o impacto das redes sociais reformularam os paradigmas tradicionais, destacando o engajamento do público e a viralização como novos elementos essenciais na seleção das notícias. No capítulo seguinte, compreende-se o arcabouço teórico do presente trabalho, a fim de embasar o cruzamento teórico a ser realizado no terceiro capítulo.

CAPÍTULO III - IDEOLOGIA E (ANÁLISE DE) DISCURSO: ARTICULAÇÕES E FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

A centralidade dos valores-notícia na rotina produtiva do jornalismo torna inevitável a pergunta sobre o que exatamente se atualiza, simbolicamente, quando determinados acontecimentos são sistematicamente reconhecidos como “noticiáveis” e outros permanecem à margem. Se o mapeamento teórico previamente apresentado sistematiza a trajetória histórico-teórica dos critérios de noticiabilidade, o presente capítulo parte desse acúmulo para se dividir em duas partes: primeiro, conceituam-se duas noções importantes ao trabalho, esclarecendo os conceitos de ideologia e discurso, posteriormente retomando o percurso e as abordagens da AD em uma retrospectiva teórica, a fim de gerar compreensão clara acerca dos objetivos e do conhecimento trabalhado nesta dissertação. Antes, então, é importante levantar alguns conceitos aqui trabalhados, a fim de, posteriormente, compreender como a Análise de Discurso se debruça sobre isso.

3.1 CONCEITUAÇÕES E DIÁLOGOS: IDEOLOGIA E DISCURSO

Precedendo a compreensão acerca da Análise de Discurso e seu papel, e, ainda, do que é discurso, a abordagem do conceito de Ideologia se torna crucial. Afinal, é nele que a construção de discurso como conceito se baseia e, com base nisso, toda a área da Análise de Discurso é fundada.

Valores-notícia não são categorias neutras ou estritamente técnicas. Harcup e O’Neill (2001), em seu artigo *What is news? Galtung and Ruge Revisited*, citam Hall (1973) utilizando já uma ideia de seletividade parcial em sua compreensão:

Journalists speak of ‘the news’ as if events select themselves. Further, they speak as if which is the ‘most significant’ news story, and which ‘news angles’ are most salient are divinely inspired. Yet of the millions of events which occur daily in the world, only a tiny proportion ever become visible as ‘potential news stories’: and of this proportion, only a small fraction are actually produced as the day’s news in the news media. We appear to be dealing, then, with a ‘deep structure’ whose function as a selective device is un-transparent even to those who professionally most know how to operate it (Hall, 1973, p. 181 *apud* Harcup e O’Neill, 2001, p. 261).¹²

¹² Tradução própria: “Os jornalistas falam de ‘notícias’ como se os eventos se selecionassem sozinhos. Além disso, falam como se a notícia ‘mais significativa’ e os ‘ângulos noticiosos’ mais relevantes fossem inspiração divina. No entanto, dos milhões de eventos que ocorrem diariamente no mundo, apenas uma pequena proporção se torna visível como ‘notícias em potencial’; e dessa proporção, apenas uma pequena fração é de fato produzida como notícia do dia nos meios de comunicação. Parece que estamos lidando, então, com uma ‘estrutura

Se considerarmos a ideia de que os valores-notícia, portanto, são formas jornalísticas de seleção informacional por parte de seus jornalistas e/ou equipe jornalística por trás, pode-se agregar à condição de seleção a ideia de que é um processo imbricado de ideologia. Como afirma Bakhtin (2006, p. 31):

No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica, etc. Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. *É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral* (Bakhtin, 2006, p. 31).

Da mesma forma que o autor russo cita “domínios” diferentes presentes na esfera ideológica, ou seja, cita formatos diversos de cada processo ou segmento, como símbolos religiosos - remetendo à forma com que a religião trata seus signos -, fórmulas científicas - referindo-se à ciência - e formas jurídicas - tratando do Direito -, o processo jornalístico também pode ser enquadrado no pensamento apresentado. Afinal, a noticiabilidade também apresenta um próprio modo de orientação para a realidade e de refratá-la por meio de sua semiótica. Porém, é o caráter semiótico de todos que, segundo o autor, os coloca na mesma definição de domínio dos signos.

A utilização dos valores-notícia e, mais abrangentemente, o processo de noticiabilidade em si podem, então, colocar-se nesse mesmo grupo. São processos que, conforme visto, levam em conta fatores sociais, culturais e pessoais em sua construção, sendo, essencialmente, um processo ideológico.

Assim, pode-se assumir que os valores-notícia são atravessados por disputas de poder, por concepções de relevância pública e por modos hegemônicos de narrar a vida social, como demonstram, em diferentes momentos, autores clássicos e contemporâneos das teorias da notícia, de Lippmann (1922) e Galtung e Ruge (1965) a Traquina (2005), Silva (2005), Harcup e O'Neill (2001; 2017). A atualização desses critérios em contextos e períodos específicos implica escolhas que, ainda que naturalizadas na prática profissional, expressam posicionamentos sobre quem importa, o que conta como problema social, quais eventos merecem urgência, credibilidade ou empatia (Silva, 2005).

profunda’ cuja função como dispositivo seletivo é opaca até mesmo para aqueles que profissionalmente sabem como operá-la.”

Ao colocar em primeiro plano certos acontecimentos – ligados, por exemplo, à proeminência, ao conflito, ao negativismo ou à proximidade – em detrimento de outros, o jornalismo participa da produção de um quadro de mundo compartilhado, cujo caráter ideológico precisa ser rigorosamente examinado.

Adentrado a questão ideológica, deve-se apresentar os conceitos de ideologia aqui utilizados. Compreende-se que, no livro *Ideology: A Multidisciplinary Approach*, van Dijk (1998) já explora a ideia de ideologia forma extensiva, voltada ao melhor proveito de sua abordagem, a Análise de Discurso Crítica. Em seu livro, o autor não apenas defende uma perspectiva multidisciplinar, mas confirma que são conhecimentos socioculturais, construídos socialmente. Tal conhecimento fica mais evidente no seguinte trecho, recortado da seção *The new concept of ideology*:

Ideologies may be very succinctly defined as the *basis of the social representations shared by members of a group*. This means that ideologies allow people, as group members, to organize the multitude of social beliefs about what is the case, good or bad, right or wrong, *for them*, and to act accordingly. Ideologies may also influence what is accepted as true or false, especially when such beliefs are found to be relevant for the group. In that latter, epistemological sense, ideologies may also form the basis of specific arguments for, and explanations of, specific social arrangements, or indeed influence a specific understanding of the world in general (van Dijk, 1998, p. 8)¹³.

Ideologias, para o pesquisador holandês, são tratados como axiomas sociais. Por se tratarem de representações de base social, elas moldam a visão do grupo que as partilham e, mais que isso, definem posicionamentos e visões de mundo. Os analistas de discurso Charaudeau e Maingueneau (2006), em seu *Dicionário de Análise de Discurso*, citam a conceituação de van Dijk, trazendo antes a definição utilizada por Althusser (1970) no desenvolvimento de uma teoria das ideologias, “segundo a qual a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas” (2006, p. 267 *apud* Althusser, 1970).

Charaudeau e Maingueneau (2006) também descreveram o objetivo da Escola Francesa¹⁴ de Análise de Discurso como “pensar a relação entre o ideológico e o linguístico,

¹³ Tradução nossa: “Ideologias podem ser definidas, de forma muito sucinta, como a base das representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo. Isso significa que as ideologias permitem que as pessoas, enquanto membros de um grupo, organizem a multiplicidade de crenças sociais sobre o que é o caso, o que é bom ou mau, certo ou errado para elas, e ajam de acordo com isso. As ideologias também podem influenciar o que é aceito como verdadeiro ou falso, especialmente quando tais crenças são consideradas relevantes para o grupo. Nesse último sentido, epistemológico, as ideologias também podem constituir a base de argumentos específicos e de explicações para determinados arranjos sociais, ou mesmo influenciar uma compreensão particular do mundo em geral.”

¹⁴ Há debates em relação ao termo “escola” para a abordagem francesa da Análise de Discurso, por não ser um método único e/ou fechado transmissível como modelo, este criticado pela própria Prof^a. Eni Orlandi.

evitando, ao mesmo tempo, reduzir o discurso à análise da língua e dissolver o discursivo no ideológico” (p. 202), o que novamente aproxima epistemologicamente a Análise de Discurso à ideia de tratar o ideológico quando se relaciona ao linguístico, mesmo que van Dijk pertença à abordagem sociocognitivista da Análise de Discurso (Crítica), e não à dita Escola Francesa de Análise do Discurso (Charaudeau e Maingueneau, 2006).

Tal esclarecimento é importante: por mais que a Análise de Discurso possa se separar em abordagens diferentes, principalmente marcadas por décadas, autores e formas de trabalho diferentes, o foco no discurso como objeto é o mesmo, sendo sempre levada em consideração a questão da ideologia.

É nesse ponto que a Análise de Discurso se apresenta não só como apêndice metodológico, mas vai além como condição para uma leitura crítica dos valores-notícia enquanto práticas de significação situadas. A perspectiva da Análise de Discurso Crítica, tal como sistematizada no Brasil por Ramalho e Resende (2011), oferece um aparato sólido ao conceber o discurso como momento constitutivo das práticas sociais, enfatizando a articulação entre textos, estruturas e lutas hegemônicas (Ramalho e Resende, 2011).

Para a Análise de Discurso Francesa, concentrada aqui em Pêcheux (1997), a ideia de formação ideológica é crucial não apenas para a compreensão da ideologia em si, mas principalmente porque o conceito se relaciona diretamente com o de formação discursiva, à frente. Pêcheux define as formações ideológicas como conjuntos complexos de atitudes e de representações que não são individuais, tampouco universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras.

A partir disso, como será visto posteriormente, as formações discursivas materializam a relação de sentido presente nas formações ideológicas e dão vazão, por meio da linguagem, às tais atitudes e representações ideológicas dessas formações.

Com base teórica inicial nos autores supracitados, pode-se partir à segunda definição do capítulo, tão importante quanto a de ideologia: a de discurso. Antes, porém, há de se considerar a rica literatura conceitual acerca do termo. Baseando-se em Fairclough (2003), Ramalho e Resende (2011) definem:

O termo discurso possui dois significados em ADC. Como substantivo mais abstrato, significa **o momento irredutível da prática social associado à linguagem**; como substantivo mais concreto, significa **um modo particular de representar nossa experiência no mundo** (2011, p. 19, grifo nosso).

Entretanto, ainda utilizada por Orlandi (2002), utiliza-se também na presente pesquisa essa nomenclatura, a fim de facilitar o contraste entre as abordagens.

Fairclough (2001, p. 90), em *Discurso e Mudança Social*, o autor inicia sua conceituação citando Saussure (1959) e sua separação da *langue* (língua escrita) e *parole* (língua falada). O autor suíço o fez sob o pensamento de que a língua falada é complexa, individual, pouco acessível ao estudo científico, enquanto a língua escrita, esta registrada, pode ser estudada. Fairclough traz luz também às críticas da Sociolinguística à lógica saussuriana: a língua falada é moldada socialmente, não podendo ser deixada de lado, e suas variações são sistemáticas. Só então o pesquisador britânico ousa definir sua visão de “discurso”, já nos mostrando suas implicações:

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar **o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais**. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Trata-se de uma visão do uso de linguagem que se tornou familiar [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social; a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante. [...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. **O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado** (Fairclough, 2001, p. 91, grifo nosso).

Fica evidente que a visão de Fairclough sobre o discurso é dialética, sendo esse moldado pelas estruturas sociais e produzido como prática social. É formação de significado para o membro de uma sociedade enquanto prática social. Ao retornar para Ramalho e Resende (2011, p. 18), as autoras reestruturam e sintetizam a visão de Fairclough (2001) como um momento integrante e irreduzível das práticas sociais, envolvendo a semiose em articulação com os demais momentos das práticas, as quais as autoras atribuem como fenômeno mental, relações sociais e mundo material. Ambas as visões partem de um mesmo princípio, sendo este a visão difundida das teorias foucaultianas a respeito do discurso.

Em *Ordem do Discurso* (1970), Foucault se utiliza de uma base tanto psicanalítica quanto social para definir e trabalhar sua ideia de discurso. Por não ser um pensador diretamente atravessado pela Sociolinguística, sua noção de discurso é anterior à (supracitada) conceituação trazida por Fairclough (2001), mas não foge diretamente das construções linguísticas. O pensador francês é um dos primeiros a trabalharem com a ideia de discurso do ponto de vista social e que cria esse ponto de inflexão, deixando evidente a diferença entre prática social, prática discursiva e discurso. Em *Arqueologia do Saber* (1969, 2008), escreve:

Chamaremos de discurso **um conjunto de enunciados, na medida em que (sic) se apóiem na mesma formação discursiva**; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; **é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência**. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (Foucault, 2008, p. 132 - 133, grifo nosso).

Logo após, Foucault (2008) define a ideia de prática discursiva, diferenciando-a do processo individual de formular ideias ou imagens, ou da competência linguística ao construir enunciados e construções frásicas e gramaticais. Para Foucault, é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (p. 133).

Fairclough (2001), com base no pensamento foucaultiano, descreve a prática discursiva como o nível intermediário entre a prática social (ou seja, o campo social, em que se encontram estruturas sociais, desigualdades, hegemonias, identidades e subjetividades) e o texto em si. A prática discursiva, portanto, não é o ato de escrita ou de produção de um texto *per se*, nem a prática social em si, mas o ponto em que os dois se tocam. Na dimensão da prática discursiva, encontram-se a produção textual como fenômeno social, bem como a distribuição do texto e seu respectivo consumo. Interessa esse diálogo entre Fairclough e Foucault, visto que, sendo este precedente àquele, há uma divergência de focos: enquanto o autor francês focava na historicização do discurso como prática, o pesquisador inglês a

enxerga mais como processo social observável de produção, circulação e interpretação textual (2001).

Quando a atenção se volta, nesse ponto, à Escola Francesa, o fundador Pêcheux (1995) explica em *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio* que o discurso não é o texto em si, mas o efeito de sentidos produzido na relação entre língua, ideologia e história. Logo, quando ocorre comunicação, existe uma produção de sentido entre dois ou mais locutores. Essa produção de sentido, essencialmente ideológica, é o discurso. O foco pecheutiano, então, não é nos sujeitos que produzem esse discurso, tampouco no texto pelo texto, mas no processo material que é produzido ideologicamente. O discurso ideológico precede, para Pêcheux, o sujeito e a intenção locutória.

Portanto, o discurso só se torna possível por meio da ideologia, e o sujeito seria não um produtor de discursos, mas um meio pelo qual a ideologia se materializa no mundo. O sujeito ocupa, então, uma posição pré-determinada pela ideologia, mesmo que acredite ele mesmo ser a origem de sua mensagem. O *modus operandi* pecheutiano, diferente de Fairclough, não se baseia em circulação e consumo, tampouco no *corpus* textual. Para ele, a língua é uma condição material do discurso, mas não esclarece diretamente o funcionamento de seus sentidos (Pêcheux, 1995). Orlandi (2002, p. 23) deixa evidente a relação entre discurso e ideologia para Pêcheux (1995):

Pela forma material, podemos trabalhar a inscrição do histórico na língua, o investimento do sentido na sintaxe, de modo a seguir o princípio segundo o qual a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Estabelecemos assim a relação entre a forma-sujeito e a forma do sentido pela noção de materialidade discursiva, linguístico-histórica (Orlandi, 2002, p. 23).

Tal relação direta em materialidade ideológica como discurso (e da materialidade do discurso como a língua) dialoga diretamente com o pensamento pecheutiano de que a formação ideológica (ou seja, o que existe no campo ideológico) se materializa por meio da formação discursiva (ou seja, a materialização da ideologia no texto) (Pêcheux, 1995).

Orlandi (2002) também explica que a discursividade está presente/se cria na área não da própria estrutura da língua (explicada, por exemplo, pela sintaxe), mas pela diferença com que a língua é proferida entre falantes. A paráfrase e a metáfora, não a nível gramatical-normativo (e sim de formação discursiva), são “suportes analíticos de base” (p. 24) para a análise de discurso, visto que, para que possam ocorrer, o *interdiscurso* se faz presente, pensamento este reforçado por uma das ideias-força de Charaudeau e Maingueneau (2006).

No *Dicionário de Análise de Discurso* (2006), Charaudeau e Maingueneau realizam um levantamento acerca do que a dupla chama de “ideias-força”, ou seja, núcleos semântico-argumentativo que estruturam um discurso e orientam sua leitura e análise. Não são intenções ou opiniões produzidas pelo autor durante sua locução, e sim pontos de condensação de sentido responsáveis pela coerência global do discurso. Para os autores (2006, p. 170 - 172), o discurso:

Quadro 8 - Aspectos do discurso para Maingueneau e Charaudeau (2006)

1. <i>supõe uma organização transfrástica.</i> O discurso transcende a frase, constituindo-se pelas construções sociais de sentido. Exemplo: Uma placa de “Não fume” é uma construção frástica, um enunciado frasal, mas a dimensão discursiva vai além, envolvendo regras de organização social, normas e estruturas sociais que sustentam aquela frase.
2. <i>é orientado.</i> Nessa ideia-força, os autores sugerem que a prática discursiva é realizada com um fim, mas pode apresentar desvios, digressões etc. As condições que afetam essa construção do discurso alteram tal orientação. Um monólogo ou um texto que será lido (enunciado monologal) alteram a dinâmica de controle desse processo, tendo o autor-sujeito muito mais controle em relação a, por exemplo, uma produção discursiva dialogal, em que um dos interlocutores pode interromper a qualquer momento e reage em tempo real a essa enunciação.
3. <i>é uma forma de ação.</i> Toda enunciação constitui um ato que modifica a situação vigente (prometer, sugerir, afirmar, interrogar etc). Tais atos integram-se em atividades ligadas a gêneros textuais determinados (jornal televisivo, panfleto, consulta médica etc).
4. <i>é interativo.</i> A conversação é o maior exemplo de interatividade de discurso, mas monólogos, programas de rádio também são interativos. A interatividade, diferente da interação oral, é a manifestação do quanto há troca de informações com outros locutores.
5. <i>é contextualizado.</i> O discurso não pode ser enunciado ou construir sentidos sem um contexto, podendo também modificá-lo e contribuir para definir esse contexto.
6. <i>é assumido.</i> Deve existir uma relação direta entre o discurso e uma instância-fonte de pontos referenciais, indicando tempo, espaço, pessoa etc, além de modular características como atribuir responsabilidade a terceiros (“Fulano falou que...”), inserir-se (“Na minha opinião...”) e até ironizar. O discurso, portanto, é modulado para se adequar à subjetividade a qual sua locução representa.
7. <i>é regido por normas.</i> Cada ato de linguagem implica normas particulares atinentes ao próprio contexto de locução, e as estruturas de sentido internas ao discurso atendem justamente a essas normas. Não responder a uma pergunta pode, por exemplo, implicar que a questão foi ignorada,

levantando questionamentos sobre o nível de interesse do respondente ou até sua capacidade de respondê-la.

8. *é assumido em um interdiscurso*. O discurso não se apropria de sentido senão no interior de um universo de outros discursos, “através do qual ele deve abrir um caminho” (p. 172). Para que possa haver interpretação, é necessário pô-lo em comparação a outros tipos de discurso, esses que interagem entre si, parodiam-se, comentam-se, citam-se etc. Cada gênero discursivo apresenta sua maneira de gerar diálogos e interações interdiscursivas.

Fonte: Autoria própria.

Charaudeau e Maingueneau (2006), portanto, não propõem tais ideias-força a fim de identificarem conteúdos propriamente ideológicos, mas de demonstrar, na dinâmica interna do discurso, como ele se estrutura sem base na intenção do autor/locutor. São formas de legitimar uma locução enquanto discurso, atribuindo núcleos semântico-argumentativos recorrentes no que se observa como discurso.

Van Dijk (2008, p. 12), com sua abordagem sociocognitivista, dentro da Análise de Discurso Crítica, traz que “o discurso não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação¹⁵ situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política”. O autor holandês adiciona uma camada de profundidade à concepção de discurso, relacionando-o diretamente à cognição social. Isso significa que, segundo van Dijk (2008), o discurso é um modelo mental cuja manifestação cognitiva mostra nossa compreensão social.

Eventos sociais são, para van Dijk (2008), percebidos por um indivíduo e interpretados, o que gera uma manifestação que o autor chama de “modelo mental”. Tal modelo é condicionado por conhecimento compartilhado, atitudes e, principalmente, ideologia. Enquanto a ideologia é um sistema de crenças socialmente compartilhado por grupos, os modelos mentais levam isso em consideração de forma episódica, contextual, individual e cognitiva. Por meio de notícias, discursos políticos, propagandas, discursos

¹⁵ A diferença entre interação e interlocução pode ser compreendida, em termos gerais, como uma diferença entre o plano mais amplo das relações comunicacionais e o plano mais específico da constituição enunciativa entre sujeitos de linguagem. Na área da Comunicação, a interação costuma designar o conjunto de relações, mediações, trocas, efeitos de circulação e formas de participação que se estabelecem entre sujeitos, instituições, meios, tecnologias e contextos sociais; por isso, pode envolver desde relações face a face até processos mediatizados, nos quais a produção, a circulação e a recepção ocorrem em redes complexas de mediação social (Martín-Barbero, 2003; França, 2001). Especialmente em perspectivas enunciativas e discursivas, a interlocução refere-se mais diretamente à relação constitutiva entre um sujeito que enuncia e um outro a quem o enunciado se dirige, ainda que esse outro possa ser concreto, presumido, institucional, coletivo ou imaginado. Em Bakhtin, todo enunciado é orientado para um destinatário e responde, de algum modo, a enunciados anteriores, o que faz da interlocução uma condição constitutiva do discurso, e não apenas uma troca empírica entre falantes (Bakhtin, 2006). Opta-se, aqui, por interação.

institucionais etc, as ideologias controlam a manifestação desses modelos mentais. Assim, apesar de o modelo mental expressar como a ideologia se manifesta no indivíduo, ele faz parte de uma cognição social, ou seja, de uma prática discursiva que media a interpretação individual de uma questão social. É por meio do modelo mental que o discurso se reproduz.

Dessa forma, van Dijk (2008) define que não é por meio de uma estrutura textual propriamente dita que o indivíduo absorve ou reproduz um discurso, mas por meio do modelo mental criado, mediado pelas ideologias, e que se manifesta de forma concreta em um texto, uma imagem ou algum outro produto. A cada vez que um indivíduo compreende algo, monta em sua cognição um modelo mental baseado em como, onde, de que forma compreendeu aquilo. Isso gera compreensões individuais de um mesmo conceito ou ideia, sempre influenciados pela ideologia, e esses modelos se materializam parcialmente por meio do texto.

O discurso, então, é formado por modelos mentais de compreensão e materializado pelo produto concreto desses modelos mentais e ideológicos. O autor, então, adiciona a camada cognitiva à complexa conceituação de discurso.

A partir das contribuições apresentadas, o discurso pode ser compreendido como um fenômeno complexo que articula linguagem, história, sociedade, ideologia e cognição. Desde a perspectiva foucaultiana, que o concebe como conjunto historicamente situado de enunciados regidos por regras de existência, passando pela formulação pecheutiana do discurso como efeito de sentidos ideologicamente produzido, até a abordagem dialética de Fairclough, que o entende como prática social constitutiva e constituída pelas estruturas sociais, observa-se um afastamento decisivo de concepções individualistas ou meramente linguísticas.

As sistematizações de Charaudeau e Maingueneau (2006) evidenciam a organização interna do discurso por núcleos semântico-argumentativos recorrentes, enquanto van Dijk adiciona a dimensão sociocognitiva ao demonstrar que o discurso se reproduz por meio de modelos mentais mediados pela ideologia. Em conjunto, essas formulações consolidam a compreensão do discurso como prática social historicamente situada, estruturada por regras, atravessada pela ideologia e materializada em processos de significação que excedem o texto e o sujeito individual.

A conceituação de Ideologia e Discurso, dois importantes fundamentos, é relevante não apenas ao cruzamento teórico entre Análise de Discurso e Valor-Notícia que se fará posteriormente, mas também necessária à compreensão da AD como área.

3.2 ANÁLISE DE DISCURSO COMO CAMPO: UMA RETROSPECTIVA TEÓRICA

As contribuições de Mikhail Bakhtin ocupam lugar singular na história dos estudos do discurso. Desenvolvidas principalmente entre as décadas de 1920 e 1940, suas reflexões antecedem a institucionalização da Análise de Discurso e não se organizam como um método analítico formal. Ainda assim, a teoria bakhtiniana é decisiva ao conceber a linguagem como essencialmente social, histórica e dialógica, rompendo com perspectivas formalistas e monológicas.

Em um dos cerne de sua proposta está o dialogismo: todo enunciado se constitui em relação a outros enunciados anteriores e antecipa respostas futuras. O sentido, portanto, não é produzido por um sujeito isolado, mas emerge da interação entre vozes sociais diversas (polifonia), situadas historicamente (Bakhtin, 2011). Essa concepção aproxima Bakhtin das teorias posteriores de Foucault na crítica à origem individual do sentido, ainda que por vias teóricas distintas. Bakhtin distingue língua e discurso ao afirmar que a língua, enquanto sistema, só se realiza concretamente na forma de enunciados, produzidos em situações sociais específicas.

Cada enunciado carrega marcas do contexto histórico, das posições sociais dos interlocutores e dos gêneros discursivos que regulam sua produção. A noção de gêneros do discurso é particularmente relevante para o campo da Comunicação, pois permite compreender a relativa estabilidade de formas discursivas associadas a práticas sociais recorrentes, como o jornalismo, o discurso político ou o discurso científico (Bakhtin, 2011).

A ideia de comunicação enquanto diálogo carrega outro conceito em Bakhtin, o de polifonia, desenvolvido sobretudo em seus estudos sobre o romance. A polifonia designa a coexistência de múltiplas vozes autônomas em um mesmo discurso, sem que uma delas se imponha como centro absoluto de sentido. Essa noção será amplamente retomada em análises discursivas contemporâneas, especialmente na investigação de textos midiáticos e literários.

Apesar de sua relevância, a tradição bakhtiniana não elabora uma teoria explícita da ideologia nos moldes marxistas nem propõe procedimentos analíticos sistemáticos. Sua contribuição situa-se, antes, no plano ontológico e epistemológico: ao afirmar que todo discurso é socialmente situado e atravessado por vozes históricas, Bakhtin (2011) fornece uma base conceitual fundamental para abordagens discursivas posteriores, inclusive para a Análise de Discurso francesa e para a Análise Crítica do Discurso.

Outro passo decisivo em direção ao discurso como objeto ocorre com as teorias da enunciação, sobretudo na obra de Émile Benveniste (2005), lançada em 1966, *Problemas*

Gerais da Linguística. Ao analisar categorias como *eu*, *tu*, *aqui* e *agora*, em uma visão relativa à ideia de autorreferência, o autor mostra a linguagem como ato que institui sujeitos no momento da enunciação. Nesse sentido, o autor rompe parcialmente com o formalismo estrutural ao reinscrever o sujeito no funcionamento da língua, por meio inclusive do termo *Homo Loquens* (“homem falante” ou “que fala”, em latim), que volta o foco humano à aptidão da linguagem (Benveniste, 2005).

O sentido passa a ser compreendido como efeito de uma situação enunciativa concreta. Dessa forma, ainda que Benveniste não tenha avançado plenamente (nem tenha essa pretensão) para uma análise das determinações históricas e ideológicas do discurso, sua contribuição é positiva para a constituição da AD: o discurso não pode ser pensado sem sujeito, e o sujeito não preexiste à linguagem, mas é nela constituído.

Ainda, um eixo fundamental para a constituição do pensamento discursivo provém das abordagens pragmáticas e da filosofia da linguagem ordinária, notadamente em autores como Wittgenstein (2009) e Austin. Em sua fase tardia, Wittgenstein desloca o foco da linguagem como representação para a linguagem como uso, afirmando que o significado de uma palavra reside em seu emprego nos chamados “jogos de linguagem” (Wittgenstein, 2009). Para o autor, como publicou na obra mais importante de sua segunda e última fase (*Investigações Filosóficas*, 1953), a linguagem funciona em seus usos. Assim, não caberia indagar sobre os significados das palavras propriamente, mas sobre suas funções práticas. Os jogos de linguagem seriam, portanto, contextos comunicativos nos quais percebe-se que o uso é o grande mediador da linguagem, em situações como: dar ordens, relatar fatos, contar piadas, rezar, ensinar, xingar etc. Não haveria, portanto, uma estrutura ou teoria padrão das linguagens como um todo, e sim, no máximo, familiaridades entre práticas linguísticas.

Austin apresenta algumas semelhanças com esse pensamento. Ambos rompem com o pensamento de que uma das funções principais da linguagem seria descrever estados ou representar simbolicamente o mundo. Enquanto o supracitado austríaco pensa nas interações linguísticas como práticas socialmente situadas que mediam o uso prático da linguagem, Austin (1990), por sua vez, ao desenvolver a teoria dos atos de fala, demonstra que dizer algo é, ao mesmo tempo, fazer algo. A linguagem deixa de ser apenas descritiva e passa a ser entendida como uma ação social (Austin, 1990). O autor, então, separa os atos de fala em ato locucionário (o que é dito, o conteúdo linguístico), ato ilocucionário (o que se faz ao dizer: prometer, ordenar, batizar, advertir etc.) e ato perlocucionário (os efeitos produzidos, como convencer, assustar, acalmar).

Por mais que ambos também não adentrem propriamente na questão do discurso, essas contribuições são fundamentais para a AD, pois reforçam a ideia de que o discurso produz efeitos no mundo social e volta a atenção dos estudos linguísticos (*ergo*, comunicativos) ao sujeito. Dessarte, tanto o pragmatismo quanto a filosofia da linguagem ordinária tendem a privilegiar situações interacionais imediatas, sem uma problematização sistemática das macroestruturas sociais, históricas e ideológicas que moldam o discurso.

O surgimento da área, de fato, é marcada por um processo lento. Charaudeau e Maingueneau (2006) afirmam que o termo “análise de discurso” provém de uma publicação de autoria de Harris, em 1952, que “a entendia como a extensão dos procedimentos distribucionais a unidades transfrásticas” (p. 43). Os autores citam como contexto pré-AD a década de 1960, com contribuições relevantes de Gumperz e Hymes, em 1964, com a etnografia da comunicação; de Garfinkel, em 1967, com a análise conversacional de inspiração etnometodológica; da Escola Francesa; das correntes pragmáticas; das teorias de enunciação e da linguística textual. Ainda, cita como grande influência o pensamento de Foucault e de Bakhtin.

Antes da institucionalização da Análise de Discurso como campo, observa-se um conjunto de deslocamentos teóricos progressivos: da linguagem como técnica persuasiva à linguagem como sistema, do sistema à enunciação e da enunciação à ação social. Cada uma dessas etapas contribui para desestabilizar a ideia de sentido como algo transparente, neutro ou puramente formal. Contudo, nenhuma dessas abordagens, isoladamente, é capaz de responder plenamente à questão que se tornará central para a AD: como o sentido se produz historicamente por meio da linguagem, sob determinações ideológicas e relações de poder?

É justamente dessa ausência teórica que emergirá, a partir dos anos 1960, a Análise de Discurso como campo propriamente dito, começando pela tradição francesa, com grande influência foucaultiana.

Antes da constituição da Análise de Discurso enquanto campo teórico-metodológico, na virada dos anos 1960 para os anos 1970, as reflexões de Michel Foucault desempenham papel decisivo ao transformar a ordem do discurso em um problema central das ciências humanas. Embora Foucault não se apresente como analista do discurso no sentido disciplinar, tampouco realize análises de discurso *stricto sensu*, suas formulações redefinem profundamente o estatuto do discurso, deslocando-o do domínio da linguagem ou da representação para o das práticas históricas produtoras de saber, verdade e subjetividade.

Desde a publicação de seu livro *História da Loucura* (1961), Foucault demonstra que os discursos não apenas descrevem a realidade, mas participam ativamente da constituição

dos objetos que nomeiam. A loucura, nesse quadro, não é uma entidade natural previamente existente, mas um objeto histórico produzido por práticas discursivas, institucionais e sociais específicas (Foucault, 2006). Essa perspectiva é fundamental: o discurso deixa de ser entendido apenas como reflexo do mundo e passa a ser compreendido como instância produtiva. Em *O Nascimento da Clínica* (1963), tal visão é aprofundada por meio da análise do discurso médico.¹⁶

Foucault mostra como a emergência de determinados modos de enunciação e observação redefine o que pode ser visto, dito e pensado sobre o corpo e a doença. O discurso médico, assim, não se limita a relatar descobertas científicas, mas organiza regimes de visibilidade e inteligibilidade historicamente situados (Foucault, 2011).

O ponto de inflexão mais explícito para os estudos do discurso ocorreu com *As Palavras e as Coisas* (1966). Nessa obra, Foucault introduz a noção de episteme, entendida como o conjunto de condições históricas que tornam possíveis certos saberes em determinada época. O discurso é concebido como parte integrante dessas condições, não como expressão individual ou mera estrutura linguística e sim como prática regulada por regras históricas anônimas (Foucault, 2007).

Essa concepção será melhor sistematizada em *A Arqueologia do Saber* (1969), obra central para os estudos discursivos. Nela, Foucault propõe uma análise dos enunciados, não em termos gramaticais ou semânticos, mas em termos de suas condições de existência. O discurso é definido como um conjunto de práticas que produzem sistematicamente os objetos de que falam, regidas por regras de formação que determinam quem pode falar, a partir de que posição, sobre quais objetos e com quais efeitos de verdade (Foucault, 2008).

É importante ressaltar que Foucault rejeita explicitamente a ideia de um sujeito soberano e originário do discurso. O sujeito é, antes, uma posição produzida pelas próprias práticas discursivas. Essa concepção terá impacto direto sobre a Análise de Discurso posterior, especialmente no que se refere à crítica à transparência do sentido e à noção de autoria como origem plena do dizer.

Nos trabalhos posteriores, sobretudo a partir da década de 1970, Foucault articula de maneira ainda mais explícita discurso, poder e saber. Em textos como *A Ordem do Discurso* (1971), o autor analisa os procedimentos de controle, seleção e rarefação dos discursos,

¹⁶ Nota: por mais que Foucault realize análises de discursos em diversas obras de sua autoria, tais análises não são consideradas internas ao campo da Análise de Discurso, visto que não carregam definições explícitas, critérios de recorte de *corpus*, análise formal de enunciados ou textos/símbolos específicos ou métodos de análise reprodutíveis dentro de um campo epistemológico reconhecido como Análise de Discurso. Tal fator não deslegitima, contudo, sua extrema relevância nos estudos do discurso que, posteriormente, culminaram na estruturação da Análise de Discurso e suas abordagens.

evidenciando que nem tudo pode ser dito em qualquer lugar ou por qualquer sujeito. O discurso é atravessado por relações de poder que regulam sua circulação e legitimidade (Foucault, 2014).

Na obra em questão, Foucault enumera três mecanismos de controle externos do discurso: Interdição (mecanismo que proíbe ou limita o que pode ser dito, definindo rituais, tabus e autorizações); Separação entre razão e loucura (retomando a ideia vista em *História da Loucura* de que a visão do louco, para a sociedade, é descartável e incoerente, enquanto a do são é qualificada para ser integrada ao meio social); e Vontade de Verdade (normalização e exclusão, manifestando-se na filosofia, ciência e moralidade para controlar o sujeito, especialmente em áreas como a sexualidade). Sobre a vontade de verdade, especificamente, Foucault (2014) explica que:

[...] se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos da nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (2014, p. 14).

Tal sistema de exclusão é explicado por Foucault realizando uma retrospectiva histórica de formas do poder de se lidar com o saber, mas também esclarecendo o suporte institucional que esse sistema historicamente produzido recebe:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. [...] Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos - estou sempre falando de nossa sociedade - uma espécie de pressão e como que um poder de coerção (2014, p. 17).

Além desses mecanismos externos, Foucault compreende procedimentos internos de controle, como o comentário (mecanismo pelo qual certos discursos são considerados fundadores, portanto mais importantes que os demais, sendo estes infinitamente retomados, reinterpretados, explicados e atualizados pelos comentários - este autoriza uma fala, mas apenas sob forma de repetição, impedindo a criação de enunciados e ideias novas); a função-autor (não especificamente a pessoa que escreve, e sim a função do autor: este cria

hierarquias de saber, impede e limita leituras, interpretações e coerências); e as disciplinas (conjunto de regras anônimas que definem objetos a ser tratados, conceitos aceitáveis, métodos válidos e quem pode falar com autoridade; as disciplinas controlam o discurso porque excluem enunciados considerados “não científicos”, invalidam falas por não seguirem o método e produzem uma aparência de neutralidade).

Por fim, o autor também foca nos procedimentos de rarefação dos sujeitos: devido a aspectos sociais diferentes, nem todos têm liberdade para falar dentro de um campo discursivo. Seria o caso de se exigir, antes, rituais de iniciação em grupos específicos, títulos e até uma construção de pertencimento institucional.

Nesse sentido, a contribuição foucaultiana para os estudos do discurso não reside na proposição de um método analítico formal, mas na formulação de um novo estatuto ontológico e epistemológico do discurso. O discurso passa, então, a ser compreendido como prática histórica material, inseparável das instituições, dos saberes e das relações de poder que o sustentam. Essa redefinição é decisiva para a constituição posterior da Análise de Discurso francesa. Ao retirar o discurso do campo exclusivo da linguística e ao romper com concepções representacionais do sentido, Foucault abre o espaço epistemológico no qual Michel Pêcheux poderá, alguns anos depois, articular linguagem, ideologia e sujeito em uma teoria materialista do discurso. Assim, embora Foucault não funde a Análise de Discurso enquanto campo, suas contribuições são anteriores e estruturantes para sua emergência.

Após tal contextualização, entende-se que a Análise de Discurso enquanto campo teórico relativamente autônomo emerge, de forma mais sistemática, na França, a partir da década de 1960. Esse surgimento não pode ser dissociado do contexto intelectual francês do período, marcado por intensos debates em torno do estruturalismo, do marxismo, da psicanálise e da epistemologia das ciências humanas. É nesse cenário que se consolida a chamada Análise de Discurso francesa, tendo como principal formulador Michel Pêcheux.

Diferentemente das abordagens anteriores sobre linguagem e discurso, a proposta de Pêcheux não se limita a incorporar o contexto ou o sujeito à análise linguística. Trata-se, antes, de uma ruptura epistemológica com a linguística formal e com as concepções idealistas do sentido. O discurso passa a ser concebido como um objeto material, determinado historicamente, no qual linguagem, ideologia e sujeito se articulam de forma indissociável (Pêcheux, 1997).

A originalidade da Análise de Discurso francesa reside, em grande medida, na articulação entre três campos teóricos distintos (Charaudeau e Maingueneau, 2006). Em primeiro lugar, a linguística estrutural fornece os instrumentos para pensar a materialidade

linguística do discurso. Todavia, ao contrário do estruturalismo clássico, a língua não é tratada como sistema fechado e autônomo, mas como condição material sobre a qual incidem determinações externas.

Em segundo, o marxismo, sobretudo na leitura althusseriana, fornece a noção de ideologia como elemento estruturante do sentido. Influenciado por Louis Althusser, Pêcheux compreende a ideologia como prática material que interpela os indivíduos como sujeitos por meio, também, dos aparelhos ideológicos do Estado (Althusser, 1996; Pêcheux, 1997). O discurso, nesse quadro, é uma das materializações imanentes da ideologia.

Por fim, a psicanálise, especialmente a de matriz lacaniana, contribui para a concepção de sujeito não transparente a si mesmo. O sujeito do discurso não é soberano, sequer plenamente consciente de seus dizeres; ele é atravessado pelo inconsciente e pela linguagem. Essa concepção rompe definitivamente com a ideia de um locutor plenamente intencional e racional, muito presente nas tradições pragmáticas e retóricas.

Entre os conceitos centrais da Análise de Discurso francesa está o de formação discursiva, definido como o conjunto de regularidades que determina o que pode e deve ser dito em determinada formação ideológica e conjuntura histórica (Pêcheux, 1997). O sentido não emerge da frase isolada. Ele vem da posição que o enunciado ocupa em uma rede discursiva historicamente constituída. Nas palavras do autor francês:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc, recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzir acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes (Pêcheux, 1997, p. 160-161).

Portanto, Pêcheux (1997) afirma que a ideologia e suas formações ideológicas, que existem imaterialmente como conjunto de crenças, saberes e formas de pensar de uma sociedade ou hegemonia, existem materialmente a partir do discurso. O discurso e suas formações, então, seriam a materialização representativa da ideologia à qual corresponde, transformando, nesse processo, o interlocutor em sujeito-falante. Associado a esse conceito está o de interdiscurso, entendido como o já-dito que atravessa todo dizer. Nenhum discurso é inaugural ou autônomo, *i.e.*, todo enunciado se inscreve em uma memória discursiva (ou seja,

um conjunto de discursos preexistente) que o precede e o condiciona. Essa noção é fulcral para afastar qualquer concepção de discurso como expressão individual ou criação original. A ideia de interdiscurso aparece em outras abordagens, fazendo-se explicar as divergências de perspectiva conceitual nos momentos oportunos.

Já a ideia de memória discursiva, importante para as conceituações iniciais da Escola Francesa, não deve ser confundida com um tipo de memória psicológica ou cognitiva, devido justamente à posição do sujeito apenas como sujeito-falante, ou seja, reproduzidor do discurso e seus interdiscursos. Trata-se, assim, de uma memória imaterial, histórica, social e ideológica, inscrita nos próprios funcionamentos da linguagem. É ela que permite compreender a recorrência, a naturalização e a evidência de certos sentidos em detrimento de outros. Por isso, há a crítica à ideia de transparência do sentido. Para Pêcheux, o sujeito tem a ilusão de ser a origem de seus dizeres, quando, na realidade, ocupa posições discursivas previamente constituídas. Esse processo é denominado assujeitamento, conceito que articula ideologia e linguagem na constituição do sujeito do discurso (para Pêcheux, sujeito-falante).

Entretanto, pode ocorrer ao sujeito a chamada “ilusão de evidência” do sentido, isto é, a sensação de que o significado é natural, óbvio ou imediato. O trabalho analítico (da AD) consiste justamente em desfazer essa evidência, revelando as determinações históricas e ideológicas que a sustentam (Pêcheux, 1997).

O autor, ainda, propôs uma “análise automática do discurso”, que pode ser lida, essa sim, como um método específico a fim de computadorizar e automatizar a análise de discurso. O processo consistiria em uma compartimentalização das orações (um “procedimento transformacional”, baseado em Harris, 1963, *apud* Fairclough, 2008, p. 54), no qual se realiza a análise sintática e demonstra-se, por meio disso, as relações existentes entre as orações (subordinação, coordenação etc). Depois dessa fase, passam-se esses dados gráficos à análise computadorizada, em que o sistema analisa quais conexões semânticas poderiam ser realizadas para com as palavras-chave dessas orações. Assim, ficaria evidente que, por exemplo, a palavra “militantes” poderia ser substituída por “subversivos”, dependendo do contexto ideológico. Dessa forma, o sistema poderia fornecer ao analista de discurso relações semânticas entre palavras-chave em contextos diferentes, facilitando e automatizando a análise de discurso e a identificação de formações discursivas nos textos.

Entretanto, a Análise de Discurso francesa não permanece restrita à obra de Pêcheux. Autores como Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau (2006) ampliam o campo ao adicionarem suas próprias contribuições à área, mesmo que, formalmente, não se definam

pertencentes à “escola” ou sequer a uma abordagem pecheutiana. Como a ideia de Escola Francesa se voltou muito aos pensamentos de Pêcheux, Maingueneau e Charaudeau se distanciaram dessa proposta. Entretanto, a fim de convergência em outros aspectos, os autores foram mantidos na presente seção e, para uma melhor organização, mantidos na ideia de Análise de Discurso francesa, resguardadas as diferenças entre a AD entregue por tais autores em comparação a Pêcheux.

Para os autores, a Análise de Discurso pode ser definido de forma ampla, quando se torna sinônimo a *Estudos do Discurso* (proposta essa que van Dijk já frisou) e ter sentido estrito quando, “distinguindo diversas disciplinas que tomam o discurso como objeto, reserva-se essa etiqueta para uma delas” (Charaudeau e Maingueneau, 2006, p. 43). Os autores separam, ainda, três perspectivas sobre a análise de discurso, construídas a partir de percepções de outros autores:

Quadro 9 - Perspectivas de Charaudeau e Maingueneau sobre a análise de discurso (2006)

1. <i>A análise de discurso como estudo do discurso.</i> Nesse contexto, a área estudaria a utilização da linguagem como atividade ancorada em contexto, absorvendo e se relacionando com abordagens como análise da conversação, etnografia da comunicação, sociolinguística interacional.
2. <i>A análise do discurso como estudo da conversação.</i> Em contextos anglófonos, o discurso é visto como uma atividade fundamentalmente interacional, o que pode, epistemologicamente, unir análise de discurso e análise de conversação. Entretanto, deixa claro que autores como Levinson, em publicações de 1983, definiu a análise de discurso como “uma análise linguística hierárquica de textos conversacionais”, enquanto a de conversação estaria na área de etnometodologia (2006, p. 44).
3. <i>A análise de discurso como ponto de vista específico sobre o discurso.</i> Citando o próprio Maingueneau, coloca-se que “a análise de discurso não tem por objeto nem a organização textual em si mesma, nem a situação de comunicação, mas deve pensar o dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar determinados” (2006, p. 45). O autor atrela, então, a análise de discurso aos gêneros do discurso, argumentando que outras abordagens podem se debruçar sobre os mesmos <i>corpora</i> , mas com perspectivas diferentes.

Fonte: Autoria própria.

Depois de esclarecer que, devido à natureza transdisciplinar da análise de discurso (ou seja, qualquer pesquisador atrelado a uma ciência social pode ser analista de discurso), Maingueneau (2006) distingue polos diferentes de trabalho dentro da análise de discurso, o que levaria à visão de “correntes”:

Quadro 10 - Polos de trabalho dentro da análise de discurso, segundo Maingueneau (2006)

1. *trabalhos que inscrevem o discurso no quadro da interação social;*
2. *trabalhos que privilegiam o estudo das situações de comunicação linguageira e, portanto, estudo dos gêneros de discurso;*
3. *os trabalhos que articulam os funcionamentos discursivos com as condições de produção de conhecimentos ou com posicionamentos ideológicos;*
4. *os trabalhos que colocam em primeiro plano a organização textual ou a seleção de marcas de enunciação.*

Fonte: Autoria própria.

Em relação à relevância de Maingueneau ao campo, sua contribuição não se organiza em torno de uma “escola” no sentido doutrinário, como visto em relação à Escola Francesa de AD, mas de um programa teórico coerente, voltado a compreender o discurso como prática social situada, regulada e legitimada por dispositivos institucionais. Nesse sentido, Maingueneau se afasta tanto de leituras estritamente linguísticas quanto de abordagens sociológicas externas ao texto, propondo uma AD atenta à materialidade enunciativa, à legitimação do dizer e à constituição do lugar de fala.

No livro *Discurso e Análise do Discurso* (2015), Maingueneau apresenta uma síntese madura de sua trajetória intelectual. A obra explicita os objetos da AD, bem como seus limites e suas especificidades frente a outros modos de análise do texto e da linguagem. Após a apresentação de conceitos iniciais, o autor traz, na obra, o debate em relação à natureza crítica da AD. Para Maingueneau, não há como a Análise de Discurso se desvencilhar de sua natureza essencialmente crítica. Assim, o uso do termo seria redundante. Apesar disso, não há de se assumir que toda pesquisa de AD deva “remediar uma disfunção social”, pois “é inevitável haver pesquisas que não se caracterizem por um viés militante” (p. 61)

Para Maingueneau (2015), o analista de discurso deve lidar com três níveis complementares de categorização: (1) “refletir sobre os efeitos das categorizações efetuadas pelos diversos tipos de usuários” (p. 65); (2) “repertoriar e classificar as atividades discursivas, apoiando-se em critérios que pretendem rigorosos” (p. 65); e “categorizar os tipos de unidades com as quais eles próprios trabalham, unidades construídas em função das restrições e dos objetivos da pesquisa sobre o discurso” (p. 65). Sobre essas unidades, o autor francês separa em “tópicas” e “não-tópicas”. As primeiras são definidas a partir de critérios temáticos, institucionais ou sociais previamente reconhecíveis. Elas correspondem a recortes que já circulam socialmente como “discursos sobre assunto X” ou “discursos de tal domínio

específico”, como *discurso político*, *discurso religioso*, *discurso científico*, *discurso pedagógico*, *discurso midiático*.

Essas unidades são chamadas “tópicas” porque se organizam em torno de um *topos*¹⁷, *i. e.*, de um domínio de atividade ou de um tema socialmente estabilizado. Maingueneau observa que essas unidades são frequentemente utilizadas porque facilitam a identificação do *corpus* e o diálogo interdisciplinar. Ao analisar, por exemplo, o “discurso político”, o analista parte de um recorte já legitimado socialmente, ancorado em instituições, gêneros e práticas reconhecíveis. No entanto, o autor adverte que as unidades tópicas não são neutras, pois carregam consigo classificações sociais prévias, que podem naturalizar fronteiras discursivas e ocultar deslocamentos, hibridações e conflitos internos aos discursos.

Dentro das unidades tópicas, Maingueneau ressalta os gêneros discursivos. Um panfleto político, então, como gênero, caberia em uma unidade maior, o discurso político, por exemplo. Dos três modos de agrupamento que o autor propõe em relação aos gêneros, ele lista:

1. *esfera de atividade*. No exemplo do panfleto, a esfera é política.
2. *campo discursivo*. No mesmo exemplo, decorre dos termos “esquerda”, “direita”, “centro” etc.
3. *lugar de atividade*. Locais relacionados à produção desse discurso por meio de tal panfleto, como a sede de um partido, um congresso, a Câmara dos Deputados etc.

Ainda nas unidades tópicas, Maingueneau fornece a ideia de *valência* de um discurso. A valência designa o potencial de um gênero do discurso para variar, hibridar-se e circular. Quando esse potencial é observado no interior do próprio gênero, fala-se em valência interna; já quando é observado nas relações do gênero com outros gêneros e campos, fala-se em valência externa. Ambas descrevem dimensões complementares do funcionamento genérico.

A valência interna pode medir o quanto um gênero admite variações de cenografia, *ethos*, organização composicional e estilo sem deixar de ser reconhecido como aquele gênero. Gêneros de alta valência interna toleram mudanças de tom, alternância entre registros (narrativo, argumentativo, explicativo), presença de comentários metadiscursivos e rearranjos composicionais. Podem-se citar como exemplos os gêneros discursivos editorial, coluna de

¹⁷*Topos*, plural *topoi*, são palavras originadas do grego e que se referem a recursos argumentativos que circulam em formações discursivas e se articulam às cenas de enunciação e ao *ethos*. Os *topoi* interessam enquanto regularidades de legitimação: eles ajudam a explicar como um discurso se autoriza e se torna aceitável num dado campo (político, midiático, científico), e como valores são naturalizados.

opinião, ensaio ou conferência, nos quais o locutor pode oscilar entre autoridade e proximidade, ironia e gravidade e ainda manter a legitimidade genérica. Em contraste, gêneros de baixa valência interna são fortemente normatizados: sentenças judiciais, atas, contratos, formulários.

A valência externa, por sua vez, dizendo respeito ao potencial de um gênero para estabelecer relações com outros gêneros, compreende sua capacidade de incorporar, convocar ou redistribuir discursos provenientes de campos distintos. Um gênero com alta valência externa funciona como plataforma de circulação interdiscursiva: acolhe citações, relatos, gráficos, falas de especialistas, narrativas testemunhais, e os reinscreve numa nova cenografia. Editorial e reportagem interpretativa, por exemplo, frequentemente integram discursos científicos, jurídicos e políticos. Já gêneros de baixa valência externa mantêm fronteiras rígidas e resistem à hibridação. Uma sentença ou um manual técnico dificilmente integra, como parte constitutiva, discursos de outros campos sem perder sua identidade ou eficácia institucional.

Essas duas valências se articulam às cenas de enunciação. A valência interna incide sobretudo sobre a cenografia (o modo como o dizer se encena no texto), enquanto a valência externa incide sobre a cena genérica e sua inserção em campos discursivos. Consequentemente, elas condicionam a construção do *ethos*: gêneros com alta valência interna permitem *ethos* plurais e moduláveis, enquanto gêneros com baixa valência interna impõem *ethos* estáveis. Do mesmo modo, gêneros com alta valência externa favorecem a circulação de autoridades múltiplas; gêneros com baixa valência externa centralizam a autoridade institucional.

Metodologicamente, a distinção entre valência interna e externa evita dois equívocos frequentes: (i) explicar a hibridação apenas por fatores externos (mídia, tecnologia, conjuntura), ignorando a arquitetura interna do gênero; (ii) tratar gêneros discursivos como igualmente flexíveis, apagando as restrições institucionais que os constituem. Maingueneau (2015) mobiliza essa distinção para mostrar que a circulação dos discursos depende tanto da configuração interna dos gêneros quanto de sua posição nas redes interdiscursivas; já em *Análise de textos de comunicação*, a aplicação aos gêneros midiáticos evidencia por que alguns se tornam *hubs* de legitimação.

É justamente para lidar com essas limitações que Maingueneau (2015) propõe as unidades não-tópicas. Diferentemente das tópicas, as unidades não-tópicas não se definem por tema ou domínio social, mas por modos de funcionamento discursivo. Elas são construídas analiticamente e permitem observar regularidades que atravessam diferentes

campos e temas. Exemplos de unidades não-tópicas são: *discursos polêmicos*, *discursos constituintes*, *discursos de legitimação*, *discursos de autoridade*, *discursos militantes*, *discursos de fundação*. Nessas unidades, o que interessa ao analista não é “sobre o que se fala”, mas como se fala, a partir de que posição, com que tipo de autoridade e em que relação com outros discursos. Assim, um discurso constituinte, por exemplo, pode ser encontrado tanto na filosofia quanto na religião ou na ciência, pois ele se define pelo fato de fundar um campo de saber ao mesmo tempo em que se funda a si próprio — noção desenvolvida por Maingueneau em *Gênese dos Discursos* (2005).

Em contraposição às regularidades dos discursos, Maingueneau (2015) propõe também a noção de singularidades textuais. Tal conceito se refere a um princípio analítico que afirma que todo texto é um acontecimento discursivo irrepetível, irreproduzível da mesma maneira, ainda que pertença a um gênero, a uma formação discursiva ou a uma tradição estabilizada. As singularidades impedem que a Análise do Discurso reduza o texto a mera instância de um modelo. Essa ideia não se confunde com originalidade estilística nem com idiossincrasia psicológica do autor, decorrendo do ajuste local entre coerções estruturais e escolhas enunciativas. Mesmo gêneros de baixa valência interna apresentam singularidade textual, pois cada ocorrência reconfigura de alguma forma a cenografia, o *ethos* e a relação com outros discursos. Em gêneros de alta valência interna, essa singularidade tende a ser mais visível, mas, independente do gênero textual, ela nunca está ausente. Maingueneau (2015) insiste que a AD não deve oscilar entre dois extremos: (i) a dissolução do texto em tipologias abstratas; (ii) a celebração do texto como objeto puramente individual. A singularidade textual é, portanto, um operador de equilíbrio. É por isso que, para Maingueneau, a análise começa sempre por um texto singular, e não por um conjunto indistinto.

A noção articula-se diretamente às cenas de enunciação. A cenografia é o lugar privilegiado da singularidade textual, visto que é nela que o texto estabelece uma relação específica entre locutor e destinatário, mesmo quando se inscreve numa cena genérica estável. Do mesmo modo, o *ethos* discursivo se constrói como efeito singular do texto. Não seria incomum que dois editoriais do mesmo jornal projetassem *ethos* distintos conforme a conjuntura, os recursos mobilizados e a estratégia argumentativa.

A singularidade textual também se relaciona diretamente ao conceito supracitado da valência genérica. Gêneros de alta valência interna ampliam o espaço de singularização. Do ponto de vista da valência externa, a singularidade se manifesta na maneira específica como

um texto convoca (ou não convoca) outros discursos. Dessarte, as citações escolhidas, as autoridades mobilizadas, a forma de integrar vozes alheias são sempre singulares.

Quando se fala da análise prática, a singularidade textual exige que não haja análise válida sem leitura atenta do texto. O analista deve descrever as regularidades a partir do texto e retornar ao texto para explicar os efeitos de sentido. Em *Análise de textos de comunicação*, Maingueneau reforça essa orientação ao mostrar que instrumentos analíticos não substituem a análise do texto, mas a organizam.

Assim, revela-se a importância de Maingueneau enquanto teórico da Análise de Discurso, principalmente ao integrar as noções de discursividade e genericidade, atribuindo a forma com que o discurso se faz e mantém ao gênero discursivo que o sustenta estruturalmente em forma de texto. Suas noções são de extrema relevância na presente pesquisa, em que se farão cruciais na análise de valor-notícia enquanto objeto discursivo.

Já no contexto brasileiro, a AD francesa encontra ampla recepção e desenvolvimento, especialmente a partir do trabalho da professora e pesquisadora Eni Orlandi. Orlandi sistematiza e difunde a Análise de Discurso no Brasil, adaptando-a às especificidades históricas e sociais do país, sem descaracterizar seus fundamentos materialistas (Orlandi, 2012). O Brasil torna-se, assim, um dos principais polos internacionais de produção em AD de matriz francesa. A obra de Orlandi ocupa uma posição singular na história e na epistemologia da Análise de Discurso (AD) no Brasil por, além de ter sido responsável pela introdução sistemática da tradição pecheutiana no país, ter produzido um conjunto coerente de construções teóricas e metodológicas que redefiniram o modo de fazer análise discursiva em língua portuguesa. Suas principais obras (*Análise de Discurso: princípios e procedimentos*; *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*; *As formas do silêncio*; *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*; e *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*) podem ser lidas como momentos sucessivos de contribuição para a construção da análise de discurso francesa no Brasil.

Ao lançar em 1999 o livro *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (2012), Orlandi realiza uma contribuição decisiva no plano da institucionalização metodológica da AD no Brasil, visto que a obra não se limita a apresentar conceitos fundamentais da tradição francesa. Ao longo do livro, a autora organiza a análise discursiva como uma articulação necessária entre princípios teóricos relativamente estáveis e procedimentos analíticos construídos no interior de cada investigação. A própria autora esclarece que sua preocupação central era ligar princípios a procedimentos de análise e que, por isso, não havia um modelo de análise a ser aplicado mecanicamente (Orlandi, 2022).

Essa recusa explícita do modelo fixo tem implicações epistemológicas profundas: ela desloca a AD de uma lógica de aplicação técnica para uma lógica de construção do gesto analítico. Ainda segundo Orlandi (2022), os princípios apresentam maior estabilidade histórica, o que explica a permanência da obra como referência, mas isso não significa repetição, pois “a escrita é como tudo em linguagem: não há repetição (...) sempre há deslizamentos” (Orlandi, 2022, s.p.). Assim, o manual ensina a operar a instabilidade constitutiva do discurso.

Essa concepção amadurece e se aprofunda em *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia* (2012), obra em que Orlandi retoma explicitamente a filiação pecheutiana para reafirmar os critérios teóricos da AD diante de sua crescente dispersão terminológica. Nesse livro, a autora recoloca no centro da análise a tríade sujeito–sentido–ideologia como eixo articulador indispensável da área. Conforme sintetizado por Fernandes e Fonseca, Orlandi insiste que é essa articulação que garante a consistência da AD brasileira enquanto campo teórico, sem ignorar a historicidade da própria teoria (Fernandes; Fonseca, 2012, p. 275–276). A obra também se inscreve como uma crítica às leituras consensualistas do discurso, denunciando o apagamento do político em nome de uma homogeneização compatível com o discurso da mundialização, que tende a valorizar sentidos únicos e estabilizados (Fernandes; Fonseca, 2012, p. 276–277). Nesse contexto, Orlandi amplia o conceito de “entremeio”, transformando-o em operador epistemológico para pensar o diálogo da AD com outras áreas sem dissolução de seus fundamentos. Tal conceito articula pensamentos relevantes para uma compreensão epistemológica da área da Análise de Discurso enquanto campo de pensamento existente entre tantas outras disciplinas:

Por que a análise de discurso se situa nesse lugar em que não há a afirmação categórica de um lugar só e é pensada a partir de espaços relacionais entre disciplinas? Porque ela se pratica pelo deslocamento de regiões teóricas e se faz entre terrenos firmados pela prática positivista da ciência (a linguística e as ciências sociais). Em suma, des-territorializa. E, nesse movimento, põe em estado de questão o sujeito do conhecimento e seu campo, seu objeto e seu método, face à teoria que produz. Tanto o sujeito como a escrita da análise de discurso se delineiam nesse seu modo de existir, nessa sua qualidade de ser uma disciplina de entremeio (Orlandi, 2002, p. 21-22).

O conceito de entremeio, portanto, materializa na prática científica um espaço que a Análise de Discurso ocupava de forma nebulosa, visto que, até então, a Análise de Discurso enquanto ferramenta teórico-metodológica não era retratada como ciência definidamente,

tampouco como disciplina. Criar uma área de entremeio abriu espaço à AD para se encaixar como ciência (em uma visão não-positivista).

Para a autora (2002), por exemplo, a presença do interdiscurso na paráfrase e na metáfora foge das noções majoritárias de uma análise estrutural da língua, visto que essas visões de paráfrase e metáfora não derivam dos estudos da retórica ou literários, mas de uma perspectiva de “entremeio” do analista do discurso, que deve levar em consideração os aspectos pragmáticos, semânticos e culturais. A importância para a área da Comunicação nasce daí: a Análise de Discurso foge de uma análise estrutural da língua (que tenderia à Linguística formal) e vai ao encontro de formações discursivas que comunicam e fazem interagir a língua com o meio, a ideologia, a história, levando ao discurso-linguagem como prática social.

No entremeio que propõe à Análise de Discurso como campo, Orlandi (2002) ressalta essa capacidade de deslocamento entre disciplinas, áreas e experiências teórico-metodológicas, ultrapassando barreiras a fim de se analisar o discurso por trás de um conteúdo. Orlandi (2002), então, argumenta que a Análise de Discurso deve ocupar esse papel de percorrer disciplinas e campos diversos, o que a faz, epistemologicamente, um campo teórico específico próprio.

Em *As formas do silêncio* (2007), publicado originalmente em 1992, Orlandi inaugurou uma das contribuições mais originais da AD brasileira ao deslocar o silêncio da condição de ausência para a de materialidade significativa. O silêncio, para a autora, não é aquilo que “não foi dito”, mas aquilo que significa de outro modo, constituindo a própria condição de produção dos sentidos. Orlandi afirma que o silêncio está na base da divisão dos sentidos (Orlandi, 2007). Essa concepção tem consequências metodológicas decisivas, pois obriga o analista a considerar que todo *corpus* discursivo é atravessado por operações de exclusão, apagamento e deslocamento do significável.

A censura, nesse quadro, não é mais exceção e passa a ser exemplar, visto que, mesmo quando interditados, os sentidos “migram para outros objetos simbólicos. E significam” (Orlandi, 2020, s.p.). O livro, assim, oferece uma chave analítica de grande potência para os estudos de comunicação, memória e cultura.

Já em *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*, de 1996, Orlandi aprofunda a discussão sobre o estatuto da interpretação, afastando-se tanto das concepções subjetivistas quanto das leituras objetivistas. A interpretação é concebida como gesto discursivo historicamente determinado, responsável por ligar sujeito e história na produção dos sentidos. Conforme sintetiza Zilio, a obra toma a interpretação como gesto indispensável

para essa articulação, recusando sua redução a simples atribuição individual de significado (Zilio, 2013). Orlandi enfatiza ainda a necessidade de construção de dispositivos de interpretação capazes de lidar com a espessura linguística e com a não transparência da linguagem. Em formulação posterior, a autora condensa essa perspectiva quando afirma que, ao significar, o sujeito se significa e o gesto de interpretação é o que decide a direção dos sentidos. A interpretação, assim, torna-se operador central da subjetivação discursiva.

Consideradas em conjunto, essas obras mostram que a contribuição de Eni Orlandi à Análise de Discurso vai muito além da recepção da tradição francesa. Seu trabalho constrói uma AD sensível à historicidade, ao político e à materialidade simbólica, insistindo que analisar discurso é sempre produzir um gesto teórico situado. Ao articular princípios, procedimentos, silêncio, interpretação e consenso, Orlandi oferece à AD brasileira o que transcende um repertório conceitual: uma ética da análise, baseada no rigor teórico da leitura pecheutiana.

Ao se voltar o olhar à Escola Francesa de modo geral, uma de suas principais contribuições consiste em ter estabelecido, de modo rigoroso, o discurso como objeto teórico específico, distinto tanto da língua quanto do texto, e desassociado de um sujeito repleto de intencionalidade. Ao articular linguagem, ideologia e sujeito, essa abordagem oferece instrumentos potentes para a análise crítica de práticas discursivas, especialmente no campo político, midiático e institucional. Ao mesmo tempo, a AD francesa foi alvo de críticas, sobretudo quanto à sua complexidade conceitual, ao forte determinismo estrutural atribuído à ideologia e à dificuldade de operacionalização metodológica em análises empíricas extensas. Essas críticas darão origem, em parte, a outras abordagens discursivas, como a Análise Crítica do Discurso anglo-saxã.

A consolidação anglo-saxã dos Estudos Críticos do Discurso¹⁸ se estrutura em torno de uma proposta teórico-metodológica: não há análise de texto *per se* que seja suficiente para explicar a dimensão social do discurso porque o discurso é concebido como momento constitutivo (e também constituído) das práticas sociais. Na apresentação de uma coletânea metodológica, Meyer (2001) explicita que a ADC almeja lançar luz a relações de poder, as quais estão frequentemente escondidas (Meyer, 2001). Isso significa que o objetivo vai além de apenas descrever regularidades linguísticas, tornando analiticamente visíveis relações de poder que tendem a permanecer naturalizadas, e fazê-lo com relevância prática.

¹⁸ Van Dijk (2018) sugere que, por não ser um método de análise específico e sim uma transdisciplina distribuída pelas ciências humanas e sociais, a área de Análise de Discurso deveria ser renomeada para “Estudos do Discurso” e, no caso de sua abordagem, “Estudos Críticos do Discurso” (ECD).

Nesse quadro, Norman Fairclough (2008) ocupa um lugar axial por propor uma arquitetura em que a análise textual só ganha sentido quando inserida em uma explicação das relações entre discurso e outros momentos do social. Em formulação programática, ele afirma que o campo não trata de uma análise do discurso *per se*, e sim de uma análise das relações dialéticas entre o discurso e outros objetos (Fairclough, 2008). A partir dessa sentença, a contribuição teórica do autor é dupla abrangendo a questão: (1) epistemológica, ao recusar o confinamento puramente internalista de uma análise ao próprio texto; e (2) metodológica, ao exigir que a análise descreva como o discurso se articula a instituições, práticas, regimes de verdade, economias morais e tecnologias de governo.

No plano metodológico, Fairclough (2010) também estabiliza uma noção operacional decisiva para o trabalho empírico: a distinção entre análise interdiscursiva e análise linguística/multimodal como duas faces de um mesmo objetivo. A análise textual teria caráter dualístico, sendo, primeiro, uma análise interdiscursiva, em que gêneros e estilos são materializados em um texto e como eles são articulados juntos, enquanto é também uma análise linguística ou multimodal (Fairclough, 2010). O ponto de compreensão é de que o texto vai além da realização de um gênero, gerando-se ainda uma articulação contingente de discursos, gêneros e estilos, e é justamente aí que se materializam disputas por hegemonia, reposicionamentos identitários e reconfigurações institucionais (por exemplo, quando um discurso gerencial/empresarial se infiltra em gêneros da educação, da saúde ou do serviço público).

Essa orientação se amplia quando Fairclough ancora a crítica no estudo da relação entre discurso e poder e na ideia de discurso como prática social, com implicações para senso comum e ideologia (Fairclough, 1989/2001). Em ADC, o político transcende a temática de análise, construindo-se como condição de inteligibilidade do funcionamento textual, inclusive em materiais ditos neutros (manuais, relatórios, diretrizes, formulários, notícias).

Fairclough (2008), porém, não exatamente se contrapõe a algumas ideias fundadoras de Pêcheux, afirmando que o autor teve uma contribuição muito relevante ao adicionar à ideia de aparelhos ideológicos de discurso, de Althusser, a perspectiva de que “a linguagem é uma forma material da ideologia fundamentalmente importante” (p. 52).

Aproveita, ainda, diversos conceitos, como o de formações discursivas e o de interdiscurso, ao mesmo tempo em que critica diretamente a ideia da análise automática de discurso proposta por Pêcheux - explicada anteriormente -, afirmando que esta dedica “pouca atenção a problemas associados à interpretação” (p. 55) e que o método parece muito *ad hoc*, ou seja, destinado a um formato muito específico de análise. Ainda, explica que o tratamento

do *corpus*, quando se utiliza a análise automática de discurso, é insatisfatório, e que os textos são homogeneizados antes da análise, possibilitando um foco seletivo sobre partes do texto apenas. Para Fairclough (2008), tal método torna os objetos de análise não os textos completos, mas sim as orações apenas.

A noção de sujeito de Pêcheux também é criticada por Fairclough, pois negligencia “a capacidade dos sujeitos de agirem como agentes, e mesmo de transformarem eles próprios as bases da sujeição” (Fairclough, 2008, p. 56). O autor da abordagem anglo-saxã defende, então, levar o sujeito em consideração e, mais que isso, compreendê-lo socialmente como parte da análise. O sujeito reprodutor de um discurso deve, também, ser analisado para que sua interação e relação com o interdiscurso que passa por ele seja compreendida e analisada de forma ainda mais precisa. O contexto de produção textual - o que envolve o sujeito - é relevante à abordagem.

Uma de suas principais críticas à Análise de Discurso francesa, em especial a pecheutiana - que Fairclough também chama de “primeira geração” -, é de que há áreas em que ela “é fraca e pouco desenvolvida, precisando ser fortalecida pela adoção de pressupostos da linguagem e do discurso na teoria social” (Fairclough, 2008, p. 57). Entretanto, para estabelecer sua abordagem e firmá-la como dotada de uma perspectiva à parte, Fairclough também realiza uma análise comparativa entre sua perspectiva em relação à de Foucault.

No segundo capítulo de seu livro *Discurso e Mudança Social* (2008), lançado em 1992, Fairclough define as aproximações e divergências entre sua abordagem e a análise de discurso foucaultiana. Primeiro, deixa patente que, enquanto os pressupostos de origem francesa da AD (e outras abordagens linguisticamente orientadas) não focam teorias sociais do discurso e a relação entre discurso e poder, a versão de Foucault é rica justamente nesse aspecto. Explica:

Em primeiro lugar, Foucault estava preocupado, em algumas fases do seu trabalho, com um tipo de discurso bastante específico - o discurso das ciências humanas, como a medicina, a psiquiatria, a economia e a gramática.

A ADTO¹⁹, por outro lado, está preocupada, em princípio, com qualquer tipo de discurso - conversação, discurso de sala de aula, discurso da mídia, e assim por diante.

Em segundo lugar, como já indiquei, enquanto a análise de textos de linguagem falada ou escrita é a parte central da ADTO, ela não é uma parte da análise de discurso de Foucault.

¹⁹ Análise de Discurso Textualmente Orientada.

Seu foco é sobre as ‘condições de possibilidade’ do discurso (Robin, 1973:83), sobre as ‘regras de formação’ que definem possíveis ‘objetos’, ‘modalidades enunciativas’, ‘sujeitos’, ‘conceitos’ e ‘estratégias’ de um tipo particular de discurso. A ênfase de Foucault é sobre os domínios de conhecimento que são constituídos por tais regras (Fairclough, 2008, p. 63).

Fairclough (2008), destarte, defende a ideia de que o desenvolvimento de uma abordagem para a análise de discurso que seja teoricamente adequada, e utilizável *de facto*, requer uma síntese harmônica entre uma análise de discurso linguisticamente orientada e a compreensão da teoria social recente sobre a linguagem e o discurso. É daí que surge a necessidade, aos olhos do autor, da proposição da Análise de Discurso Crítica.

Nesse ponto, Fairclough introduz em empréstimo uma noção mais estruturante: a de ordem do discurso. Inspirado em Foucault, mas reelaborando o conceito para fins analíticos operacionais, o autor define ordens do discurso como a configuração relativamente estável de gêneros, discursos e estilos que compõem uma determinada prática social ou campo institucional (Fairclough, 2008). Trata-se, portanto, de um nível intermediário entre o texto concreto e as estruturas sociais mais amplas, no qual se pode observar como certas formas discursivas se tornam dominantes, legítimas ou marginais. A análise crítica, nesse sentido, busca explicar por que determinados modos de dizer se estabilizam e outros são excluídos, e quais interesses e relações de poder sustentam tal estabilização.

Essa concepção permite compreender a mudança discursiva como parte constitutiva da mudança social. Fairclough (2008) afirma que a mudança discursiva contribui para a mudança social, e a mudança social inclui a mudança discursiva, em uma relação explicitamente dialética (Fairclough, 2008). A análise textual passa, assim, a ser concebida como ponto necessário para investigar transformações mais amplas em instituições, formas de governança e regimes de saber.

É nesse contexto que Fairclough articula a noção gramsciana de hegemonia ao estudo do discurso. Para o autor, a hegemonia representa um processo contínuo de negociação, contestação e rearticulação discursiva. Ele disserta que as lutas hegemônicas ocorrem em parte como lutas sobre ordens do discurso (Fairclough, 2001, p. 127), o que significa que disputas sociais se materializam em batalhas pela definição legítima dos modos de falar, escrever e representar o mundo. A ADC, nesse sentido, assume explicitamente uma orientação crítica ao investigar como certas articulações discursivas se tornam dominantes e como podem ser desestabilizadas. Mais que isso, Fairclough instrumentaliza o estudo sobre a hegemonia, afirmando que:

O conceito de hegemonia nos auxilia nesta tarefa, fornecendo para o discurso tanto uma matriz - uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes - como um modelo - uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes (Fairclough, 2008, p. 126).

O discurso é assumido teórica e metodologicamente como prática social e discursiva, permitindo analisar como os textos são produzidos, distribuídos e interpretados dentro de campos sociais específicos. Aqui se situam as categorias de gênero, discurso, estilo, intertextualidade e interdiscursividade, que permitem mapear a articulação entre linguagem e instituições.

Gêneros são formas relativamente estabilizadas de ação social discursiva. Um relatório, uma notícia, uma diretriz ou uma sentença judicial não apenas organizam textos, mas regulam modos de agir institucionalmente por meio de seu uso da língua (textual), mas também de sua estrutura (discursivo) e conteúdo (social). Fairclough mostra que a mudança de gêneros é um dos principais indicadores de reconfiguração social, como ocorre quando práticas administrativas passam a ser modeladas por gêneros empresariais, por exemplo (Fairclough, 2003). O discurso, como já visto anteriormente, refere-se a modos de representar a realidade. Diferentes discursos — como científico, neoliberal, pedagógico, cristão, jurídico — constroem perspectivas distintas, selecionando objetos, causas e valores. Para Fairclough, os discursos são sempre socialmente situados e ligados a interesses e posições de poder (Fairclough, 2008). Posteriormente, a forma com que o discurso se modela cognitivamente será aprofundada por van Dijk (2018).

Quando Fairclough (2003) se refere ao estilo, corresponde aos modos de ser e de se posicionar discursivamente. Assim, é por meio dele que se expressa identidades, formas de autoridade, proximidade ou distanciamento. Mudanças de estilo frequentemente acompanham mudanças institucionais, como a transformação de servidores públicos em “gestores” ou “empreendedores” de si. No aspecto da intertextualidade, há a compreensão da presença de outros textos em um texto - por meio de citações, discursos relatados ou alusões -, incorporando vozes que podem ser confirmadas, recontextualizadas ou contestadas. O controle da intertextualidade é um mecanismo central de poder, pois define quem pode falar, com que autoridade e quais textos são legítimos dentro de um ou de outro texto (Fairclough, 2001).

Diferentemente, a interdiscursividade analisa como diferentes discursos, gêneros e estilos são combinados em um texto. Ela revela processos de hibridização e colonização discursiva, como quando o discurso empresarial invade campos como educação ou saúde, reconfigurando suas lógicas institucionais (Fairclough, 2003).

Ao elevar a presente descrição do pensamento faircloughiano à dimensão da prática social, entende-se que as categorias permitem explicar por que determinadas formas discursivas se tornam dominantes. Ideologia (como já explorado em seção própria), para Fairclough, são significados que sustentam relações de dominação, residindo nas rotinas linguísticas que fazem tais relações parecerem naturais (Fairclough, 2001). Já a hegemonia seria, então, o processo pelo qual certos discursos se tornam senso comum ou muito abrangentes culturalmente, estruturando ordens do discurso (Fairclough, 2001). O poder - assunto central também em van Dijk (2018) -, manifesta-se no controle sobre gêneros, discursos e estilos e na capacidade de impor certas formas de significação e relações sociais como legítimas.

Todos os conceitos acima (poder, hegemonia, ideologia), na esfera social, estruturam a ordem do discurso, que é o conjunto relativamente estabilizado de práticas discursivas que estruturam um campo social. Ela define o que pode ser dito, por quem e como (Fairclough, 2001; 2003).

O discurso pode passar pelo fenômeno categorizado como mudanças discursivas (se apropriando e se apresentando por meio de novos gêneros, novos discursos, novos estilos) e são parte constitutiva e essencial da transformação social. Quando práticas discursivas se estabilizam, elas se institucionalizam, tornando-se normas e procedimentos, resultando na categoria chamada de institucionalização. Uma outra mudança discursiva é a naturalização: ocorre quando relações historicamente produzidas passam a parecer óbvias e inevitáveis, o que é um dos principais efeitos da ideologia e do pensamento hegemônico.

Conceituadas e explicadas de forma resumida, as categorias analíticas utilizadas na ADC estão sempre suscetíveis a alterações, adições e reinterpretações. A instrumentalização dos conceitos adquiridos a partir de observações do discurso, do texto e da prática social é uma das bases da Análise de Discurso Crítica, gerando a pluralidade e universalidade metodológica natural e essencial à ADC.

O projeto intelectual de Fairclough é também compartilhado por van Dijk. Afinal, ambos buscam explicar como o poder social se exerce, se reproduz e pode ser contestado por meio do discurso. A importância do pensamento faircloughiano para van Dijk reside, antes de tudo, no fato de Fairclough ter oferecido uma arquitetura teórico-metodológica que articula as

três dimensões como momentos de um mesmo processo (Fairclough, 2001). Essa ontologia tridimensional fornece o enquadramento em que os estudos de van Dijk sobre abuso de poder, racismo e controle simbólico podem ser situados como análises que, embora enfatizem a cognição social, operam dentro de uma concepção relacional de discurso e sociedade. Em outras palavras, Fairclough fornece a ponte estrutural entre microanálise textual e macroanálise social que torna inteligível a abordagem sociocognitiva de van Dijk como parte da ADC.

Além disso, enquanto Fairclough contribui decisivamente para a ADC ao estabilizar e operacionalizar suas categorias analíticas, Van Dijk, investiga estruturas de notícias, estratégias de polarização e esquemas narrativos, trabalhando sobre textos concretos que são atravessados pelos mesmos arranjos interdiscursivos explicados (categorias) - o que será de extrema importância à presente pesquisa. A importância do arcabouço de Fairclough como pensador do discurso, nesse ponto, está em oferecer uma linguagem teórica comum que conecta a descrição das formas textuais (por exemplo, quem fala, como fala e em que gêneros) às ordens do discurso que as autorizam.

Dessarte, a noção faircloughiana de ideologia como significado materializado em práticas discursivas é crucial para a perspectiva de van Dijk, que define ideologias como estruturas sociocognitivas compartilhadas que organizam atitudes e interpretações sociais, visto que o autor inglês fornece o polo semiótico-material ao mostrar como ideologias se naturalizam por meio de escolhas lexicais, gramaticais e intertextuais (Fairclough, 2001; 2003), enquanto van Dijk explicita os mecanismos mentais e sociais que permitem a sua internalização e reprodução.

A relação entre ambos, portanto, pode e deve ser enxergada por uma perspectiva complementar, tanto metodologicamente quanto epistemologicamente: Fairclough organiza os níveis da análise e indica onde e como podemos enxergar a ideologia operando no discurso; van Dijk, além de absorver grande parte das contribuições de Fairclough, explica como a ideologia em si se estrutura discursivamente na mente e nos grupos sociais.

Van Dijk (2018) concorda com Fairclough em relação à abertura e heterodoxia metodológica essencial à Análise de Discurso, especialmente de sua abordagem Crítica. Assim, o autor holandês, por meio principalmente de análise social do poder simbólico, valoriza as microanálises de poder para a compreensão de sua tríade teórica: Discurso - Cognição - Sociedade. Segundo van Dijk (2018), sem um desses, não se entende

completamente o outro. Os ECD²⁰ focam, portanto, nas relações de poder existentes e que se manifestam discursivamente por meio de textos. Mais interessante aos pesquisadores do campo são as relações ilegítimas e desiguais de poder, estas cujas análises geram a criticidade que nomeia a abordagem.

Também se pode utilizar a nomenclatura sociocognitivista, devido ao direcionamento dos trabalhos dos ECD voltados à tríade supracitada. Afinal, é por meio de manifestações discursivas, sociais e cognitivas que as relações ilegítimas e desiguais de poder (manipulações) se fazem. Na análise cognitiva, as crenças, os conhecimentos, as opiniões e ideologias controlam suas ações, e o discurso é a estrutura pela qual isso se instala cognitivamente nos indivíduos. A forma como uma notícia, por exemplo, enviesa sua manchete ou seleciona e destaca informações específicas em detrimento de outras faz com que aquele mesmo fato, noticiado em outros veículos, seja processado de uma forma. Van Dijk, então, propõe que o elo explicativo fundamental entre linguagem e poder reside nos modelos mentais compartilhados pelos membros de grupos sociais.

Essa formulação é sistematizada especialmente em *Discourse and Power* (2008), obra em que o autor argumenta que o poder contemporâneo se exerce predominantemente como controle do discurso público. Segundo van Dijk (2008), grupos dominantes, tal qual elites políticas, midiáticas, jurídicas ou acadêmicas, exercem poder ao controlar o acesso aos meios de produção discursiva e à circulação de significados legítimos. Contudo, tal controle se realiza por meio da influência sobre os modelos mentais que indivíduos constroem ao interpretar eventos sociais, esses que são representações cognitivas que organizam a compreensão de acontecimentos específicos e das situações comunicativas nas quais se inserem.

O autor distingue, nesse contexto, dois tipos principais de modelos. Os modelos de situação correspondem às representações mentais que os indivíduos elaboram sobre eventos particulares. Por exemplo, uma notícia sobre imigração ou conflito internacional gera um modelo que estrutura quem são os atores envolvidos, quais ações ocorreram, quem é responsável e quais consequências decorrem do evento. Já os modelos de contexto dizem respeito à representação da situação comunicativa propriamente dita: quem fala, com que autoridade, para qual público e com quais intenções (o que já era objeto de observação de analistas de discurso anteriores, como Fairclough, 2008). Ao influenciar tais modelos, o discurso molda interpretações sociais e orienta atitudes coletivas.

²⁰ Estudos Críticos do Discurso, nomenclatura adotada pelo autor.

Desse modo, o poder simbólico consiste na capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, a formação desses modelos compartilhados. Isso ganha ainda mais densidade quando aplicado à análise da mídia e da notícia. Em *News as Discourse* (1988), van Dijk demonstra que as notícias possuem estruturas sistemáticas que orientam a produção e a recepção de sentidos, identificando na obra a existência de macroestruturas temáticas (responsáveis por organizar o tópico global da notícia) e de superestruturas esquemáticas (que regulam a disposição de elementos como título, lead, antecedentes e comentários). Essas estruturas não são neutras: ao hierarquizar informações, definir relevâncias e organizar sequências narrativas, a notícia direciona a interpretação do leitor e contribui para a estabilização de determinadas visões de mundo.

Em *Macrostructures* (1980), o autor define o conceito que dá nome à obra como estruturas semânticas globais do discurso. Essa definição estabelece que a macroestrutura não corresponde a uma frase específica, mas ao sentido global que organiza o texto como um todo. Trata-se da estrutura temática que responde à pergunta “sobre o que é este texto?”. Para esclarecer a construção das macroestruturas, van Dijk (1980) introduz o conceito de macrorregras (*macro-rules*), que operam sobre proposições locais. O autor explica que as macrorregras operam em sequências proposicionais e delas derivam macroproposições que definem os sentidos globais de um discurso. Essas macrorregras, como supressão (eliminação de detalhes); generalização (substituição de informações específicas por categorias amplas); e construção (formulação de proposição que sintetize várias outras), permitem que o leitor reduza informações detalhadas a uma representação global coerente.

Assim, a macroestrutura é um produto cognitivo-semântico que organiza hierarquicamente o conteúdo e orienta a interpretação. Pode-se exemplificar três informações (“Houve protestos em três bairros.” / “Os manifestantes bloquearam avenidas.” / “A polícia utilizou bombas de gás.”) podem ser resumidas macroestruturalmente como “Conflitos ocorreram durante protestos urbanos.”, fenômeno este que é visto frequentemente na montagem de manchetes e notícias.

Já as superestruturas dizem respeito à organização formal convencional do discurso. Em *News as Discourse* (1988), van Dijk as conceitua como formas esquemáticas que organizam a estrutura geral do discurso. Enquanto a macroestrutura é semântica, a superestrutura é esquemática: ela corresponde ao molde organizacional de um gênero discursivo. No caso da notícia, van Dijk demonstra que há um esquema relativamente estável composto por categorias como manchete (*headline*), lide (*lead*), episódio principal (*episode*), antecedentes (*background*) e comentários (*comments*). Esse esquema regula a disposição das

informações no texto e estabelece hierarquias internas de relevância. O *lead*, por exemplo, concentra a macroinformação central, funcionando como condensação da macroestrutura dentro da superestrutura.

A relação entre macroestrutura e superestrutura é, portanto, complementar, e complementam também os demais conceitos vandijkianos aqui apresentados. A macroestrutura, então, está ligada à construção de modelos mentais do evento, enquanto a superestrutura orienta o processamento textual e a expectativa do leitor em relação ao gênero.

Dessa forma, a relação entre discurso, poder e ideologia, na perspectiva de van Dijk, é mediada pela cognição social. O discurso não impõe crenças de modo automático, mas influencia a construção de modelos mentais que, quando compartilhados socialmente, sustentam relações de dominação ou resistência. O poder discursivo é, portanto, um poder simbólico que opera na intersecção entre estruturas textuais, práticas institucionais e representações cognitivas (materializando a tríade Discurso - Sociedade - Cognição).

Em síntese, a abordagem sociocognitiva de van Dijk cumpre uma ampliação epistemológica da ADC (ou dos ECD) ao oferecer uma explicação detalhada dos mecanismos pelos quais o discurso se converte em influência social efetiva, articulando estruturas textuais, esquemas ideológicos e modelos mentais.

A seguir, desperta-se de grande relevância que a pesquisa não se baseie apenas nos autores fundadores e clássicos das abordagens supracitadas. Além da compreensão de que a Análise de Discurso é formada, de facto, não por segmentos, e sim por abordagens que focam em aspectos diferentes do discurso, é necessário iluminar abordagens e/ou perspectivas de analistas de discurso que derivam dos pilares basais da área.

3.3 RECORTES CONTEMPORÂNEOS DA ANÁLISE DE DISCURSO

A Análise de Discurso no Brasil se constituiu, em grande medida, num campo de disputas teóricas e de recontextualizações: de um lado, a forte institucionalização da linhagem pecheutiana/orlandiana; de outro, a incorporação progressiva, por vias distintas, de agendas críticas mais próximas da ADC anglo-saxã (sobretudo Fairclough e seus desdobramentos), com ênfase em relações de poder, práticas sociais e procedimentos analíticos explicitáveis. Esse cenário permite compreender por que, no Brasil, a AD raramente é um bloco homogêneo: ela se organiza como um espaço em que convivem tradições e programas de pesquisa que se aproximam e se tensionam.

No eixo pecheutiano, Eni Orlandi (já supracitada) é uma referência estruturante tanto pela sistematização do campo quanto pela sua insistência em pensar o sentido como efeito histórico e a linguagem como atravessada por ideologia e condições de produção. A centralidade de sua obra como referência didático-teórica aparece, por exemplo, na circulação contínua de *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (publicada em 1999) e na projeção de títulos como *As formas do silêncio* e *A linguagem e seu funcionamento* — destacados inclusive em entrevista-documento que enumera essas obras e seus marcos editoriais. Mais do que apenas introduzir o campo na realidade brasileira, Orlandi contribui para estabilizar um modo de fazer análise em que a materialidade linguística é inseparável de um trabalho de interpretação orientado pela relação entre sujeito, história e ideologia; isso fornece um pano de fundo para diversas derivações brasileiras, inclusive para leituras críticas de mídia e política.

É nesse mesmo horizonte, da AD francesa à brasileira, atenta ao político no funcionamento do sentido, que se situa Freda Indursky (1997), cuja produção consolida uma vertente de análise do discurso político marcada pela atenção à cena enunciativa e à heterogeneidade de vozes em formações discursivas específicas, como as da ditadura militar. A importância de *A fala dos quartéis e as outras vozes* (1997) como marco empírico-teórico explicita o trabalho com a noção de cena discursiva (distinta de “cena enunciativa”), mobilizando-a para pensar a relação entre posições e vozes no discurso político, especificamente (na obra) ao que se refere aos discursos autoritários de presidentes da Ditadura Militar brasileira. Nesse ponto, Indursky (1997) se aproxima de uma agenda crítica sem importar um modelo de ADC propriamente dito, desenvolvendo, no interior do campo, instrumentos para tornar analisáveis as formas pelas quais o poder se textualiza e se legitima em discursos institucionais, sem reduzir o texto a reflexo nem o contexto a pano de fundo.

Já em texto sobre discurso e mídia (2007), Gregolin explicita a AD como campo que oferece ferramentas conceituais para examinar acontecimentos discursivos e, no caso da mídia, para pensar a produção de identidades e de efeitos de sentido associados à visibilidade pública. Se a consolidação da AD no Brasil se deu inicialmente por meio da institucionalização do legado pecheutiano, Gregolin amplia esse horizonte ao inserir o universo midiático como objeto central de investigação, articulando Pêcheux e Foucault às dinâmicas contemporâneas de visibilidade e circulação discursiva.

Em *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades* (2007), Gregolin sustenta que a mídia deve ser vista como dispositivo de produção discursiva que organiza regimes de verdade e estabiliza posições identitárias. Analisando textos midiáticos, ela

demonstra que a constituição de identidades públicas, tais quais políticas, criminais, sociais, ocorre por meio de regularidades enunciativas que reiteram memórias sedimentadas e atualizam sentidos historicamente produzidos.

O campo da mídia, assim, atua como espaço de reinscrição da memória discursiva, reativando formações ideológicas e produzindo efeitos de evidência que naturalizam determinadas representações. Um dos aportes centrais da autora reside na articulação entre memória discursiva e acontecimento midiático, partindo do princípio de que o acontecimento noticiado é resultado de recorte, seleção e enquadramento. O que aparece como novo no discurso midiático é, frequentemente, atualização de sentidos já estabilizados no interdiscurso, o que permite analisar escândalos políticos, julgamentos midiáticos e construção de personagens públicos como efeitos de regularidades que atravessam diferentes momentos históricos. A mídia não cria sentidos *ex nihilo*, reorganizando-os em novas condições de produção por meio da maquinaria discursiva de seus integrantes.

Gregolin também examina como a mídia constrói imagens públicas por meio de estratégias de nomeação, categorização e enquadramento narrativo, visto que identidades como “líder”, “ameaça”, “vítima” ou “corrupto” podem advir de processos discursivos que combinam memória, repetição e hierarquização de vozes esclarecidos pela autora. Nesse ponto, Gregolin dialoga fortemente com Foucault ao tratar o discurso como prática que produz sujeitos e posições, mas preserva o instrumental analítico da AD francesa ao manter a atenção à materialidade textual e às condições de produção.

Metodologicamente, a pesquisadora contribui ao consolidar procedimentos de análise que articulam descrição linguística e contextualização histórica, e reforça a necessidade de examinar não apenas o conteúdo do texto midiático de perspectiva discursiva, mas também as redes de circulação e recontextualização que permitem a sedimentação de sentidos. A análise deixa de se restringir ao momento da produção e passa a considerar a trajetória do discurso em diferentes esferas e tipos discursivos (políticos, jurídicos, midiáticos) evidenciando como os sentidos se deslocam e se transformam no meio desse processo.

No panorama da Análise de Discurso no Brasil, a importância de Gregolin pode ser sintetizada em três movimentos complementares: (1) a legitimação da mídia como objeto central da AD; (2) a atualização do legado pecheutiano em diálogo com Foucault para pensar regimes de visibilidade; e (3) a inserção da questão identitária como eixo estruturante da análise discursiva contemporânea. Sua contribuição não rompe com a tradição francesa brasileira, mas a expande, mostrando que a análise do discurso, para permanecer

teoricamente relevante, deve acompanhar as transformações das formas de circulação e espetacularização do dizer na modernidade tardia.

Nessa vizinhança, dos discursos da mídia, da política e em relação ao funcionamento enunciativo, aparecem contribuições que também dialogam de forma mais direta com categorias de performance discursiva e gestão do dizer, como as associadas a Wander Emediato. Em trabalho sobre a construção da opinião na mídia, Emediato parte de contribuições de Maingueneau para examinar enunciações destacadas no discurso midiático (aforizações), mostrando como certos recortes circulam, se autonomizam e passam a operar como peças de influência e persuasão pública.

Esse conjunto (Orlandi–Indursky–Gregolin) ajuda a compreender como a AD no Brasil se consolidou com forte densidade teórica, mas também como ela abriu caminhos para interlocuções com a ADC. Nesse ponto, Izabel Magalhães é decisiva por operar como ponte explícita: em artigo de 2005, ela apresenta a ADC como continuidade da Linguística Crítica e situa o campo como projeto comprometido com o exame de desigualdades e poder na linguagem, consolidando no Brasil um vocabulário e um horizonte de pesquisa que dialogam diretamente com Fairclough e com a tradição anglo-saxã. Sua atuação também é relevante no plano institucional-editorial ao assinar a coordenação de tradução/revisão de *Discurso e mudança social* de Fairclough na edição brasileira (2001), o que é recorrentemente registrado em referências acadêmicas e em obras brasileiras que mapeiam o campo.

É justamente nessa área do campo, ou seja, da ADC brasileira em diálogo com Fairclough, que se situam de forma central Viviane de Melo Resende e Viviane Vieira Ramalho (2004). No artigo de 2004, *Linguagem em (Dis)curso*, as autoras definem a ADC como um modelo teórico-metodológico aberto e explicitam a passagem do modelo tridimensional para a articulação entre práticas, ressaltando implicações teórico-metodológicas do programa. Esse gesto é importante para o panorama brasileiro por dois motivos: formula uma ADC com vocação de pesquisa empírica aplicada, com mapeamento entre relações de poder e recursos linguísticos mobilizados em práticas sociais; além disso, porque cria condições de compatibilidade parcial com a AD francesa brasileira, já que ambos os lados compartilham a recusa do texto de análise *per se*, ainda que divirjam na arquitetura teórica e no modo de operacionalizar crítica. Ao lado disso, a trajetória das autoras inclui ainda trabalhos posteriores que sistematizam o percurso teórico-metodológico e discutem desdobramentos da ADC como campo teórico-metodológico.

O resultado comparativo no campo brasileiro é que a AD de influência da abordagem francesa no Brasil (Orlandi, Indursky, Gregolin, em diferentes ênfases) tende a organizar a

crítica pela via de conceitos como memória discursiva, formação discursiva, sujeito, historicidade do sentido e cenas (muito marcada pela problemática da interpretação e pelas condições de produção); já a ADC (Magalhães, Resende, Ramalho, e também Vieira e Resende) tende a enfatizar a necessidade de modelos explicitáveis de articulação texto–prática–estrutura social, bem como uma linguagem metodológica mais estável para operar com práticas sociais, poder e hegemonia no nível da análise empírica. A comparação parte do dinamismo do campo no Brasil, decorrente exatamente de como pesquisas concretas combinam (ou colocam em tensão) abordagens, especialmente quando o objeto é mídia, política pública, desigualdade e processos de naturalização.

Saindo da esfera nacional brasileira e atravessando outras perspectivas da Análise de Discurso, percebe-se que há diversos formatos no fazer da análise discursiva. No campo essencialmente metodológico, reconhece-se a importância de desenvolver métodos de análise de discurso, abraçando e absorvendo a pluralidade e a heterogeneidade de possibilidades que a Análise de Discurso oferece, adequando-se sempre a cada caso.

A *Discursive News Values Analysis* (DNVA), especificamente, constitui um dos desenvolvimentos metodológicos mais recentes no estudo da noticiabilidade, especialmente no que tange à discursividade presente no conceito. Desenvolvida principalmente por Monika Bednarek e Helen Caple (2017), a abordagem surge da necessidade de investigar como os valores-notícia são construídos discursivamente em textos jornalísticos, e não apenas listados como critérios abstratos ou rotinas profissionais (Bednarek e Caple, 2017).

De acordo com suas autoras, o método nasce como resposta a uma lacuna metodológica nos estudos de jornalismo: embora os valores-notícia sejam amplamente discutidos desde o trabalho clássico de Galtung e Ruge (1965), faltavam ferramentas analíticas capazes de observar como a noticiabilidade se materializa linguisticamente nos textos e imagens das notícias. Bednarek e Caple (2017), então, propõem um modelo que trata o jornalismo como prática semiótica, absorvendo conhecimentos da AD e examinando como diferentes recursos, como instrumentos lexicais, sintáticos, narrativos e visuais, podem responder à pergunta-base: como algo é construído como notícia? (Bednarek e Caple, 2017).

Como princípio central, compreende-se que valores-notícia são produzidos e reforçados dentro do próprio discurso jornalístico, investigando, portanto, como a noticiabilidade é construída por meio de recursos semióticos (Bednarek e Caple, 2012). Para isso, parte-se da premissa de que os valores-notícia são realizados discursivamente, além de poderem ser identificados e analisados empiricamente em textos e imagens, considerando que sua construção da noticiabilidade envolve estratégias linguísticas e visuais específicas. Essa

perspectiva aproxima-se da concepção de discurso como prática social presente em diferentes tradições de análise discursiva, mas mantém foco específico na construção semiótica da relevância jornalística.

A DNVA sistematiza um conjunto de valores-notícia frequentemente identificados na produção jornalística. Entre os mais recorrentes encontram-se:

Quadro 10 - Valores-notícia segundo Bednarek e Caple (2012) na *Discursive News Values Analysis*

- **Eliteness** (referência a atores ou instituições de prestígio);
- **Impact** (impacto social ou político);
- **Negativity** (eventos negativos ou problemáticos);
- **Proximity** (proximidade geográfica ou cultural);
- **Timeliness** (atualidade);
- **Unexpectedness** (caráter inesperado);
- **Personalisation** (ênfase em indivíduos);
- **Superlativeness** (uso de intensificadores ou grandezas);
- **Consonance** (alinhamento com expectativas e estereótipos sociais);
- **Positivity** (acontecimentos positivos);
- **Aesthetic appeal** (relevância visual).

Fonte: Autoria própria.

Aproximando-se do foco na presente pesquisa, esses valores não são tratados como propriedades objetivas dos eventos, mas como efeitos discursivos produzidos no texto jornalístico (Bednarek e Caple, 2017). Metodologicamente, a DNVA busca identificar como esses valores são realizados por recursos semióticos concretos, tais como (1) escolhas lexicais [adjetivos, intensificadores, metáforas]; (2) estratégias narrativas [dramaticidade, personalização]; (3) organização textual [manchetes, leads]; e (4) elementos visuais [fotografias, enquadramentos, cores].

Ou seja, em foco da análise são colocados quais recursos constroem determinado valor-notícia e como esses recursos contribuem para tornar um evento mais ou menos noticiável (Bednarek e Caple, 2012). Além disso, a abordagem pode ser combinada com outros métodos, como linguística de *corpus* ou etnografia jornalística, ampliando o alcance analítico para diferentes escalas de análise discursiva (Bednarek e Caple, 2017).

Agora, embora a DNVA dialogue diretamente com a análise do discurso, sua posição no campo teórico é particular. Ela não constitui uma abordagem de Análise de Discurso, seja Francesa, Crítica, Sociocognitivista, mas sim uma ferramenta metodológica situada

especificamente na interface entre linguística, jornalismo e semiótica social que, do ponto de vista epistemológico, é compreendida como uma metodologia de análise discursiva aplicada ao jornalismo, e não como uma teoria autônoma de discurso. Seu objetivo é fornecer um conjunto de instrumentos analíticos capazes de identificar empiricamente a construção da noticiabilidade, funcionando como ponte entre estudos de jornalismo e análise linguística e permitindo investigar de maneira sistemática como eventos são transformados em notícias por meio de escolhas discursivas específicas, estas manifestadas semioticamente no texto jornalístico.

Mas por que, então, tal metodologia se encontra na presente seção? A DNVA apresenta particular relevância para pesquisas que buscam compreender o valor-notícia como fenômeno discursivo. Ao demonstrar que a noticiabilidade é construída por recursos linguísticos e visuais, a abordagem oferece um modelo empírico capaz de revelar como determinados aspectos dos acontecimentos são destacados, intensificados ou dramatizados para produzir relevância jornalística (Bednarek e Caple, 2017). Desse modo, a DNVA contribui para deslocar a análise dos valores-notícia do plano puramente teórico ou institucional para o plano material do discurso, evidenciando como a construção da notícia depende de escolhas semióticas que organizam a visibilidade pública dos acontecimentos.

Entretanto, sua ênfase metodológica na descrição semiótica limita sua capacidade de explicar as condições históricas, ideológicas e institucionais que estruturam a produção da relevância pública. Nesse sentido, a DNVA pode ser compreendida menos como uma teoria autônoma do discurso e mais como uma ferramenta metodológica que se beneficia de integração com abordagens discursivas mais amplas. Ao articular suas contribuições com conceitos como formação discursiva, ordem do discurso e hegemonia, torna-se mais possível avançar na direção de uma compreensão mais abrangente dos valores-notícia como dispositivos discursivos que organizam a visibilidade social dos acontecimentos, materializando-se tal fator de forma empírica.

3.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

O percurso desta seção, ao recuperar abordagens fundadoras e suas contribuições teóricas ao campo heterogêneo da Análise de Discurso, teve como objetivo estabilizar as condições referenciais da pesquisa: a circulação social do dizer é regulada por mecanismos de seleção, autorização e exclusão. Quando esse horizonte é trazido ao campo midiático e jornalístico, com Maingueneau (2015) e seus dispositivos de enunciação e categorização do

corpus, e com a tradição brasileira (Orlandi, 2002; 2007; 2012; Indursky, 1997; Gregolin, 2007), torna-se possível tratar o texto jornalístico como evento discursivo que organiza visibilidade pública, estabiliza identidades e reativa memórias. Já a Análise de Discurso Crítica, tal como sistematizada por Fairclough (2008; 2010; 1989/2001; 2003) e ampliada pela perspectiva sociocognitiva de van Dijk (1980; 1988; 2008; 2018), oferece a ponte necessária entre a descrição fina de escolhas textuais e a explicação de como tais escolhas se inscrevem em práticas sociais, hegemonias, ordens do discurso e modelos mentais compartilhados.

Observou-se, ainda, que já existem metodologias baseadas ecumenicamente na Análise de Discurso e especificamente voltadas à noticiabilidade como instrumento discursivo, o que somente corrobora a presente pesquisa. Em síntese, esta seção fixa a ideia inicial de que, se a notícia é uma prática discursiva regulada, então também o são os critérios pelos quais algo se torna notícia, ainda que esses critérios frequentemente apareçam naturalizados como técnica ou apenas bom senso profissional.

Com esse lastro, o próximo capítulo desloca o foco da retrospectiva do campo para o objeto específico desta dissertação: a compreensão do valor-notícia como objeto discursivo, isto é, como forma de regular a seleção, a hierarquização e a legitimação do acontecimento no espaço público. A questão será, com base na conceituação trazida no Capítulo I e no referencial teórico do Capítulo II, como eles operam discursivamente.

CAPÍTULO IV - VALOR-NOTÍCIA SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO: FUNCIONAMENTO DISCURSIVO

O percurso desenvolvido nos capítulos anteriores permitiu mapear a teoria utilizada no presente trabalho. No Capítulo I, o mapeamento do objeto de pesquisa fez com que fossem examinadas as formulações clássicas de Galtung e Ruge (1965), as sistematizações posteriores de Traquina (2005) e as revisões contemporâneas de Harcup e O'Neill (2001; 2017), entre outras, nas quais os valores-notícia aparecem predominantemente como critérios de seleção que orientam o trabalho jornalístico. Nesse quadro, a noticiabilidade tende a ser concebida como conjunto relativamente estável de fatores, como negatividade, proximidade, proeminência, impacto e novidade, que explicariam por que determinados acontecimentos são transformados em notícia enquanto outros permanecem invisíveis. O valor-notícia aparece, assim, como atributo do acontecimento ou como variável do processo produtivo, mas não como categoria discursiva propriamente dita, pelo menos ainda.

Já a segunda grande parte desta obra introduziu o referencial teórico sob o qual se poderá analisar discursivamente o objeto de estudo (valor-notícia) ao retomar a concepção de discurso como prática social, tal como formulada por Norman Fairclough, bem como as noções de formação discursiva (Pêcheux, 1975), ordem do discurso (Foucault, 1971; Fairclough, 1992) e modelos mentais (van Dijk, 1998, 2008). Nesse horizonte teórico, o discurso se alça a momento constitutivo das práticas sociais, participando da produção e da estabilização de relações de poder.

Nesse ponto, torna-se necessário operar uma inflexão metateórica. Os valores-notícia não podem ser compreendidos apenas como critérios operacionais do jornalismo, tampouco como atributos objetivos do acontecimento, menos ainda como rotinas institucionais. Eles devem ser vistos como efeitos de práticas discursivas historicamente reguladas, que organizam parte da percepção social da realidade. Entende-se disso, portanto, que o valor-notícia seja concebido como categoria discursiva que organiza regimes de visibilidade. Afinal, ao selecionar, hierarquizar e tematizar eventos, a noticiabilidade participa da sua construção simbólica, interpretando e alterando o que é considerado relevante, urgente ou excepcional, algo que resulta de operações discursivas que articulam macroestruturas textuais, esquemas genéricos, modelos mentais e ideologias socialmente compartilhadas.

É sob tal perspectiva que a noticiabilidade pode ser definida inicialmente como uma forma discursiva de produção de relevância. Trata-se de um conjunto de procedimentos

textuais, socioinstitucionais e cognitivos que convertem acontecimentos em macrotemas socialmente reconhecidos, distribuindo visibilidade e legitimidade no espaço público. Essa tecnologia opera dentro de ordens do discurso específicas e participa de disputas hegemônicas sobre o que deve ser visto, lembrado e debatido.

O objetivo deste capítulo, portanto, é realocar o debate dos valores-notícia do plano técnico-descritivo para o plano discursivo-crítico, problematizando como a noticiabilidade constitui mecanismo estruturante da organização simbólica da realidade social. A análise que se segue ao longo desta terceira parte da dissertação buscará ilustrar os resultados principais da pesquisa acerca das maneiras como os valores-notícia se materializam em estruturas textuais, articulam-se a modelos cognitivos e reproduzem/tensionam regimes históricos de poder e visibilidade, ou seja, atuam como operadores discursivos. Pode-se dizer da noticiabilidade como conjunto de fatores seletores de informação e transformadores do acontecimento em noticiável.

Enquanto conceito iluminado por Silva (2005) como os processos influenciadores na seleção e transformação de um acontecimento em notícia, resta evidente que seu aspecto essencialmente seletivo deve levar em consideração critérios específicos, os ditos valores-notícia. Assim, categorias culturais, institucionais e sociais intervêm e complementam, ao mesmo tempo, sua existência.

Entretanto, é impossível que tal processo, orientador de seleção, hierarquização e construção de notícias, desvie da influência ideológica. Mais que isso, tanto os valores-notícia quanto o próprio conceito-estrutura de noticiabilidade são immanentemente ideológicos. Ao retomar na presente pesquisa a questão-base (**Como o conceito de valor-notícia pode ser construído teoricamente como processo discursivo?**), deve-se primeiro compreender que o valor-notícia materializa diretamente uma formação ideológica, no sentido em que estabelecer e seguir um critério que define se algo será noticiado (portanto exposto para os leitores de um jornal) ou não, baseado em aspectos culturais e institucionais, é essencialmente ideológico.

Van Dijk, em *News as Discourse* (1988), deixa a natureza ideológica da notícia evidente ao notar que a impessoalidade de um texto jornalístico não é uma conquista descritiva (*ergo* inerente), mas normativa (*ergo* direcionadora). Assim, a pseudoneutralidade de uma notícia é aparente no estilo supostamente imparcial com que o jornalista a escrever, mas fica aparente em uma série de processos envolvendo a notícia, como enumera van Dijk (1988):

Clearly, underlying beliefs and attitudes are not so easily suppressed, and they may appear indirectly in the text in many ways: **selection of topics; elaboration of topics; relevance hierarchies; use of schematic categories; and, finally, in style, such as the words chosen to describe the facts** (van Dijk, 1988, p. 75. Grifo nosso.)²¹.

Portanto, não é por meio do estilo de escrita costumeiramente observado nas notícias que um texto jornalístico poderia ser julgado como neutro ou imparcial. Para o autor, o que se analisa são as categorias supracitadas. O foco na presente pesquisa é no primeiro enumerado: a seleção de tópicos, o que caracteriza tanto a noticiabilidade quanto, em *stricto sensu*, os valores-notícia. Atrelado diretamente a isso, van Dijk (1988) não oferece nova taxonomia de critérios, nem o busca. Seu objetivo é explicar como a relevância jornalística é produzida, organizada e internalizada.

Um movimento decisivo consiste na articulação entre macroestrutura semântica e relevância. Para van Dijk (1988), as notícias são organizadas segundo macroproposições que condensam o tema global do texto, este definido pelo valor-notícia utilizado pelo jornalista. Manchetes e *leads* funcionam como expressões textualmente materializadas dessas macroestruturas, operando os processos de generalização e seleção (já vistos anteriormente) que definem o que será reconhecido como central. Nesse sentido, a noticiabilidade não reside necessariamente no evento, e sim na hierarquização textual que o constitui como tópico dominante. O valor-notícia manifesta-se, portanto, como princípio precedente e organizador da macroestrutura. Sem a seleção realizada institucional e discursivamente pelo valor-notícia, a macroestrutura não se forma, visto que é necessário primeiro a atuação do nível seletional para, em seguida, a estruturação da notícia e suas informações.

Outra contribuição para a presente pesquisa é a de que jornalistas e leitores operam com modelos mentais compartilhados que orientam tanto a produção quanto a compreensão da notícia (van Dijk, 1988). Esses modelos derivam de esquemas sociais e profissionais internalizados cognitivamente ao longo das rotinas institucionais da mídia. Os *news values* passam, sob essa ótica, a atuar como princípios cognitivos filtradores de eventos que orientam a formulação de macroproposições e estruturam expectativas de relevância pública, sendo inseparáveis de formas socialmente distribuídas de conhecimento e crença.

²¹ “Claramente, crenças e atitudes subjacentes não são tão facilmente suprimidas, e podem aparecer indiretamente no texto de diversas maneiras: **na seleção de tópicos; na elaboração dos tópicos; nas hierarquias de relevância; no uso de categorias esquemáticas; e, por fim, no estilo, como nas palavras escolhidas para descrever os fatos.**” Tradução própria.

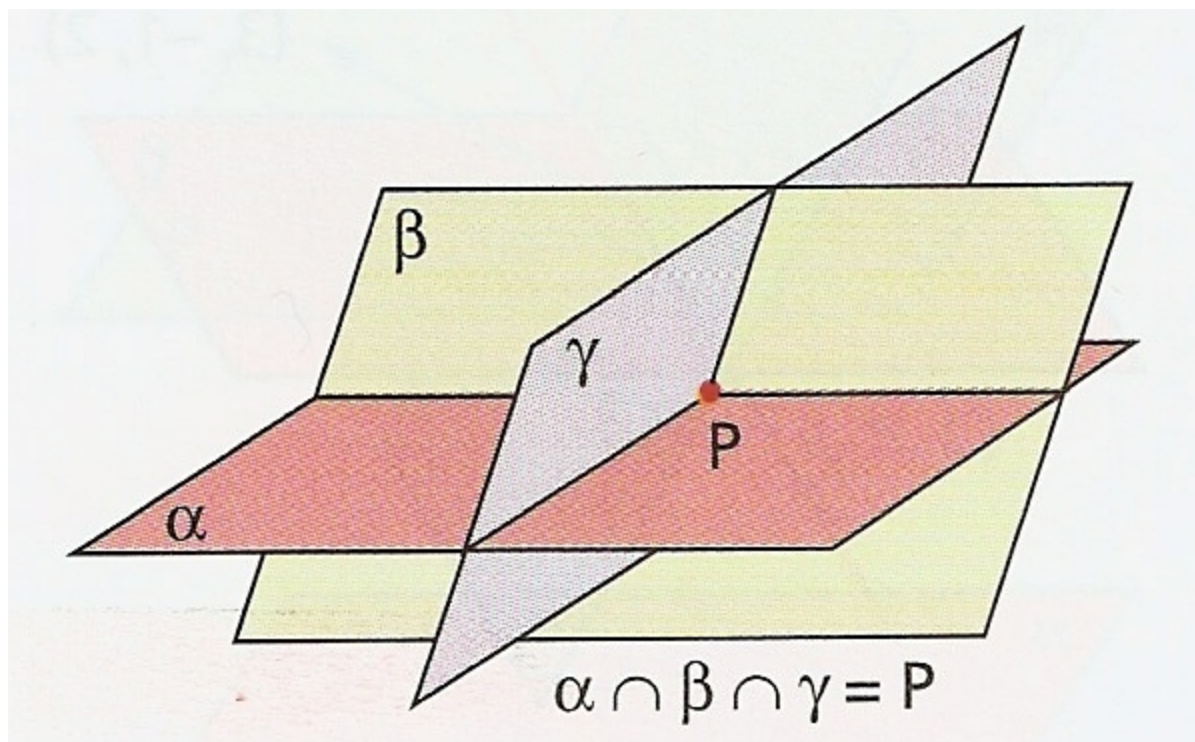
Ao demonstrar que a acessibilidade de fontes privilegia atores institucionalmente organizados, sobretudo elites políticas e econômicas, van Dijk (1988) mostra que a relevância jornalística reproduz hierarquias sociais. O destaque sistemático concedido a determinados sujeitos, países ou instituições é resultado de esquemas cognitivos e rotinas profissionais que confirmam e reiteram posições de poder. A ideologia manifesta-se, destarte, na própria organização temática e (macro)estrutural do discurso.

Desse modo, a contribuição sociocognitiva de van Dijk (1988) fornece base para compreender o valor-notícia como categoria situada na intersecção entre texto, cognição e sociedade, enxergando-o como operador discursivo, este que estrutura macrotemas, orienta esquemas narrativos e reproduz modelos mentais socialmente ancorados. Essa formulação permite avançar na direção de uma análise que integre a descrição estrutural à crítica das condições sociais de produção do discurso jornalístico. No contexto desta pesquisa, tal contribuição é necessária, pois possibilita conceber, desde já, os valores-notícia como dispositivos de organização da visibilidade pública que operam simultaneamente:

1. no plano textual (processo pré-macroestrutura, materializado nesta);
2. no plano cognitivo (modelos mentais compartilhados e formados por esta);
3. no plano social (reprodução de hierarquias e ideologias).

Uma perspectiva de valor-notícia que parta dessa tríade, entretanto, deve esclarecer que esses planos, como já dito, operam simultaneamente. Dessa maneira, o plano textual, por exemplo, é a materialização em código de um processo cognitivo (construção de modelos mentais) alimentado por um sistema social (ideologias), não sendo um seguinte ao outro, mas coexistentes e retroalimentares, visto que a produção e a existência de textos e materializações ideológicas é absorvida, modificada e apreendida por outras pessoas (portanto, integrando seu plano cognitivo) e sendo reproduzidas como ações, decisões e posturas no plano social, disseminando ainda mais aquela ideologia em específico. Assim, não é possível dissociar os planos dentro de um contexto discursivo. Estabelecendo um paralelo imagético a partir de contribuições matemáticas, pode-se estabelecer a seguinte ligação:

Figura 1 - Ilustração de planos interseccionais formando estrutura tridimensional



Fonte: <https://elblogdematedeaida.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/10/caso-1.jpg>

A partir do auxílio da imagem, produzida para outro fim mas aproveitada no presente trabalho, é possível compreender os planos textual (α), cognitivo (β) e social (γ) como pertencentes a um mesmo sistema. Por mais que a análise do plano textual (α) possa existir em outro ponto fora da Análise de Discurso e, a partir de outras perspectivas estruturalistas, ser desatrelada e dissociada de suas questões sociais e cognitivas (portanto, existir *per se*), no campo da AD ele é parte extremamente relevante do processo, mas sempre atrelado às demais. Poder-se-ia, então, analisar outro ponto do plano textual (α), fora de suas intersecções com os demais planos.

Da mesma forma, é possível analisar o plano cognitivo fora da AD e, portanto, em outro ponto do plano (β), principalmente quando a perspectiva parte de epistemes relacionadas às neurociências e a estudos cognitivos e de aprendizagem, estes até podendo passar por, mas não se envolvendo de forma inerente à produção textual. Também é possível realizar uma análise social sem que se exija, necessariamente, uma análise textual ou cognitiva, com uma perspectiva voltada a outro ponto do plano γ que não seja atrelado aos

demais planos. Da mesma forma, pode-se cientificamente focar apenas em um ponto baseado na intersecção de dois planos, como na relação entre o texto e o cognitivo apenas, ou entre o cognitivo e o social ou entre o texto e o social, por meio de campos de conhecimento diversos.

Entretanto, a produção discursiva, objeto da AD, é, na imagem, o próprio ponto P: é justamente àquele ponto que o olhar da Análise de Discurso se constrói, ou seja, onde todos os planos convergem.

Quando se volta essa perspectiva aos valores-notícia, percebe-se que, no ponto P, existe a análise do texto jornalístico e suas estruturas (α), de como ele constrói um modelo mental no leitor pelo aspecto interpretativo e pelas construções de sentido (β) e como isso carrega e dissemina uma ou outra ideologia (γ). Ao mesmo tempo, na AD, isso é indissociável: o valor-notícia só existe quando materializado na produção textual (α), que é a culminância de todos os processos de noticiabilidade; quando é lido e compreendido (β), criando, desenvolvendo, acrescentando ou alterando uma perspectiva de realidade; e retratando daquela maneira um acontecimento social, seja ele qual for (γ).

Portanto, em inteiro teor, o valor-notícia é contido no ponto P, interseccionando todos os planos, de maneira indissociável. A análise de um discurso, mesmo que levadas em consideração as divergências interabordagens, não disseca ou fragmenta os planos. É claro, metodologicamente, pode-se voltar o foco a um plano ou outro, dado o *corpus* analisado. Contudo, o objeto será sempre observado no ponto P.

Portanto, visto que é, aqui, evidente a imanência do valor-notícia como produção discursiva, pode-se prosseguir à compreensão destes também como operadores discursivos, cada um à sua forma.

4.1 VALOR-NOTÍCIA COMO OBJETO DISCURSIVO

Antes de se prosseguir, é importante definir o que seria o valor-notícia como objeto discursivo. Quando esse conceito é observado a partir das perspectivas da Análise de Discurso, torna-se possível compreendê-lo como partícipe da organização e interpretação dos acontecimentos narrados pelas notícias na medida em que faz parte do processo de estruturação do sentido do acontecimento no interior do discurso jornalístico.

Para van Dijk (1988), o discurso das notícias apresenta uma organização estruturada por macroestruturas semânticas e por categorias esquemáticas que orientam a interpretação global do texto, como já esclarecido (van Dijk, 1988). Portanto, há valores-notícia como

conflito e **impacto** que funcionam como categorias interpretativas, orientando a seleção e a hierarquização dos elementos narrados e contribuindo para a construção da macroestrutura do discurso noticioso. Já a partir da perspectiva faircloughiana, essa dimensão categorial do valor-notícia pode ser compreendida também em relação à forma como o discurso representa e organiza aspectos da realidade social. Fairclough (2003) observa que os discursos participam ativamente da construção de representações sobre ele (Fairclough, 2003), como vimos na relação entre planos secantes de três dimensões ilustradas neste capítulo.

Essa interpretação torna-se ainda mais evidente quando se considera a perspectiva da Análise de Discurso francesa. Para Pêcheux, os discursos são produzidos no interior de formações discursivas que determinam aquilo que pode ou deve ser dito em determinadas condições ideológicas (Pêcheux, 1975). Nesse quadro teórico, objetos que orientam a produção do discurso participam da organização das regularidades discursivas que estruturam determinado campo de produção simbólica, e a abordagem de Maingueneau também permite aprofundar tal pensamento ao enfatizar que todo discurso se inscreve em uma determinada cena de enunciação que legitima sua produção e circulação (Maingueneau, 2008). No caso do discurso jornalístico, a construção narrativa dos acontecimentos depende da ativação de determinadas categorias interpretativas (ou objetos discursivos) que tornam os fatos inteligíveis para o público. Critérios como **impacto social**, **proximidade** ou **relevância** funcionam, nesse sentido, como objetos categóricos que participam da configuração da cena enunciativa da notícia, orientando a forma como os acontecimentos são narrados e apresentados como dignos de atenção pública.

Compreender o valor-notícia como objeto discursivo implica reconhecer que ele atua como uma macro-categoria que participa da organização do discurso jornalístico. Ao orientar a seleção, a hierarquização e a narrativização dos eventos, os valores-notícia contribuem para estruturar a forma como determinados acontecimentos são representados e interpretados no espaço público.

Esclarecida a forma que o valor-notícia pode tomar como objeto discursivo, segue-se adentrando o processo de noticiabilidade e da formação de seus critérios: este, então, pode ser compreendido como uma articulação entre três partes igualmente simultâneas: (1) a delimitação institucional do que pode ser narrado (realizada como instrumento selecionador); (2) a interpretação dos acontecimentos dentro de determinadas formações de sentido (instrumento interpretante); e (3) a organização narrativa desses acontecimentos em estruturas cognitivamente reconhecíveis (operacionalização narrativizadora). Em suma, seleção, interpretação e estruturação.

A primeira dessas dimensões diz respeito à própria raridade dos acontecimentos narráveis. O cotidiano social produz um número virtualmente infinito de eventos, mas apenas uma pequena parcela adquire visibilidade pública sob a forma de notícia, fenômeno este que não pode ser explicado apenas por limitações técnicas ou logísticas das redações. Ele envolve também mecanismos discursivos que regulam quais acontecimentos são reconhecidos como relevantes, natureza essencial esta de toda a questão aqui presente. Em termos foucaultianos, a produção de discursos socialmente autorizados depende de procedimentos que controlam e selecionam os enunciados possíveis, definindo quais discursos podem circular em determinado campo social (Foucault, 1996), e o jornalismo insere-se diretamente nesse regime de produção de verdade pública ao operar uma triagem contínua dos acontecimentos que podem ser reconhecidos como fatos relevantes, parte inerente ao campo.

Nesse contexto, a seleção dos acontecimentos não depende apenas de sua posição temporal (frequência, atualidade, novidade etc), mas também de sua compatibilidade com as formas narrativas predominantes no discurso jornalístico. A notícia é, naturalmente, narrativa. Não no sentido de função ou tipologia do gênero textual em específico, mas no sentido amplo de que informa acontecimentos e ações ao leitor, produz narrativas, fios lineares de criação de elementos e cenas específicas. O jornalismo opera dentro de um conjunto relativamente estável de gêneros e formatos discursivos (mesmo que apresentem alto grau de valência, permanecem estáveis, com estrutura própria) que definem como os acontecimentos devem ser apresentados, e esse “molde textual” já tem, imbricado em si, a narrativização. Vieira e Resende (2005) organizam a narrativização como uma das categorias discursivas pelas quais se pode analisar o discurso imbricado em um texto.

O valor-notícia **conflito** ilustra claramente esse processo. Eventos que envolvem disputas políticas, confrontos institucionais ou controvérsias públicas podem ser organizados em narrativas estruturadas em torno de posições opostas, permitindo que a notícia seja construída em termos de tensão ou debate. O valor-notícia não reside no conflito em si. É a possibilidade de organizar o acontecimento segundo uma estrutura narrativa que opõe atores, interesses e até interpretações, em alguns casos, que comporta o conflito como valor-notícia. Afinal, não é apenas o fato de ser uma interação atrituosa que torna isso ou aquilo noticiável: é necessário que esse conflito seja visto como discursivamente relevante em meio a tantas possibilidades discursivas.

As notícias aqui analisadas foram selecionadas devido à grande circulação dos portais que as publicam, bem como pela atualidade da publicação, em comparação com a produção

da presente dissertação. Sua relevância se dá pela exemplificação da produção teórica aqui realizada.

Pode-se atribuir como exemplo ilustrativo à ideia apresentada uma análise enunciativa da notícia da CNN, de 8/3/2026:

Exemplo 1

Trump diz que próximo líder do Irã não “durará muito” sem seu apoio

Em entrevista à ABC News, presidente americano afirmou que o próximo governante do país precisa ter a aprovação dos EUA

Riane Lumer, da CNN

08/03/26 às 14:15 | Atualizado 08/03/26 às 17:12

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou neste domingo (8) que o novo líder supremo “não vai durar muito” sem sua aprovação, enquanto o Irã se prepara para anunciar o sucessor de seu governante de longa data, o aiatolá Ali Khamenei.

“Ele terá que obter nossa aprovação”, disse Trump em entrevista à ABC News. “Se ele não obtiver nossa aprovação, não vai durar muito”, afirmou o presidente americano.

Trump tem repetidamente afirmado que deseja se envolver na escolha do próximo líder do Irã, dizendo ontem que não “quer voltar a cada 10 anos”.

No sábado (7), ele afirmou a repórteres a bordo do Air Force One que quer “escolher um presidente que não leve seu país para uma guerra”.

Trump já havia dito à CNN que estava aberto à possibilidade de ter um líder religioso no Irã.

“Quer dizer, depende de quem é a pessoa. Eu não tenho nada contra líderes religiosos. Lido com muitos líderes religiosos e eles são fantásticos”, disse ele na semana passada.

Sucessor de Khamenei

Na manhã deste domingo, o órgão encarregado de escolher o próximo líder supremo do Irã chegou a uma decisão, disseram vários membros linha-dura, sem revelar o nome do candidato escolhido.

Um clérigo de alto escalão da Assembleia de Peritos, composta por 88 membros, o aiatolá Ahmad Alam al-Hoda, foi citado pela agência de notícias semioficial Mehr dizendo: “As eleições para a liderança foram realizadas e o líder foi nomeado”.

Ele afirmou que os rumores que tentavam fazer parecer que a Assembleia de Peritos ainda não havia tomado uma decisão eram “pura mentira”.

Al-Hoda disse que agora caberia ao Secretariado da Assembleia, chefiado pelo aiatolá Hosseini Bushehri, anunciar a decisão.

A notícia analisada aborda como temática principal a declaração do presidente dos Estados Unidos de que o futuro líder supremo do Irã não permaneceria no poder sem aprovação de Washington, pronunciamento realizado no contexto da sucessão política após a morte do aiatolá Ali Khamenei durante um conflito militar envolvendo Estados Unidos e Israel contra o Irã. A organização narrativa (narrativização) da notícia pode ser compreendida a partir da articulação teórica entre cena enunciativa (Maingueneau, 2002) e valores-notícia, visto que o acontecimento noticiado não consiste ou foca propriamente na sucessão política iraniana em si, e sim na declaração pública de um ator político internacional sobre essa sucessão. O acontecimento discursivo (a fala de Trump) torna-se o eixo narrativo que estrutura a notícia.

Na perspectiva de Maingueneau (2002), a cena de enunciação envolve o conjunto de condições que tornam possível a produção e interpretação do discurso, articulando três níveis principais: (1) o quadro institucional do discurso informativo; (2) o gênero da notícia; e (3) a cenografia concreta construída no texto.

No caso analisado, a cena englobante corresponde ao discurso jornalístico internacional, no qual acontecimentos geopolíticos são narrados para um público amplo. Essa cena pressupõe uma expectativa interpretativa específica: eventos relacionados a disputas entre grandes potências e regimes políticos rivais são tratados como acontecimentos de alta relevância pública, enquadrados pelos valores-notícias. Afinal, essa expectativa explica por que a notícia se organiza em torno de uma declaração política, secundarizando o processo institucional de escolha do líder iraniano. A sucessão política em si é um processo interno ao sistema político iraniano, mas a fala de Trump desloca o acontecimento para o campo da política internacional. Assim, dentro dessa cena englobante, a narrativa jornalística constrói uma cenografia centrada na declaração do líder político. A manchete apresenta a fala de Trump como núcleo do acontecimento. O discurso direto [“não vai durar muito sem minha

aprovação”] produz um efeito dramático imediato, construído também pela rigidez da afirmação, e um acontecimento político complexo (a sucessão no Irã) é condensado em um enunciado curto, atribuído a um ator reconhecido globalmente. Essa cenografia organiza a notícia segundo dois movimentos narrativos principais:

1. introdução da declaração;
2. contextualização da sucessão iraniana.

A narrativa passa a ser estruturada menos pela sucessão institucional iraniana e mais pela relação de poder sugerida pela fala de Trump, demonstrada pela macroestrutura e materializada pela superestrutura (van Dijk, 1980) da notícia. Analisando ambos os conceitos, a macroestrutura indica que o tema é justamente a fala de Trump, materializada por parte analisável da superestrutura (manchete e lide). O foco, portanto, é a fala em si, integrando um contexto geopolítico maior de conflito entre Estados Unidos e Israel contra o Irã.

Quando se evoca os valores-notícia, o primeiro critério que estrutura a narrativização analisada é a **proeminência** (Galtung e Ruge, 2001). A relevância da notícia deriva, então, diretamente da posição institucional do locutor, visto que Donald J. Trump é, no momento da notícia, presidente dos Estados Unidos da América, considerada uma potência global e ator-chave nos conflitos internacionais, nos quais tem muito envolvimento. A presença desse ator permite que o acontecimento seja narrado como episódio de uma disputa geopolítica mais ampla. Nesse caso, o critério de proeminência reorganiza a própria narrativa: a sucessão iraniana torna-se relevante não por si mesma, mas porque é interpretada através da fala de um líder político estrangeiro. O acontecimento central da narrativa deixa de ser o processo político interno do Irã e passa a ser a declaração de um ator externo sobre esse processo.

Já o segundo valor-notícia central na construção da notícia é o **conflito**. A declaração de Trump é apresentada dentro de um quadro de antagonismo entre Estados Unidos e Irã. Esse antagonismo não é apenas contextual, sendo estruturante à narrativa da notícia. A fala presidencial sugere uma relação hierárquica implícita, na qual a legitimidade do líder iraniano dependeria da aprovação americana, formulação esta que transforma a sucessão política em um episódio de disputa internacional. O conflito entre regimes políticos funciona como eixo narrativo que organiza o acontecimento. A narrativa jornalística enfatiza essa tensão ao inserir a declaração em um cenário de guerra e sucessão política após a morte do líder supremo iraniano.

O terceiro valor-notícia que estrutura a narrativização é o **impacto**. A declaração de Trump é interpretada no texto como potencialmente relevante para a estabilidade política do Irã e para as relações internacionais na região, visto que tem função direta no contexto de guerra envolvendo a questão complexa da Ásia Ocidental. Essa projeção narrativa permite transformar uma fala política em evento geopolítico. A narrativa deixa de tratar a declaração como comentário isolado e passa a apresentá-la como parte de um cenário político mais amplo.

Outro aspecto importante da cenografia da notícia é a **personalização** do acontecimento. Processos políticos complexos, como sucessão institucional e disputas internas do regime iraniano, são condensados em um confronto discursivo entre dois atores políticos: Trump e o futuro líder iraniano. Essa simplificação narrativa é típica do discurso jornalístico (van Dijk, 1988), pois permite transformar processos estruturais em histórias centradas em personagens identificáveis. Nesse caso, a disputa geopolítica é narrada como confronto potencial entre indivíduos, o que facilita a compreensão do acontecimento pelo público.

A análise da cena enunciativa mostra que a notícia não apenas relata um evento político, mas organiza o acontecimento dentro de uma narrativa estruturada por critérios de noticiabilidade. O processo de narrativização envolve a centralização da narrativa em uma declaração política e na personalização do conflito geopolítico. Nesse processo, os valores-notícia operam como elementos estruturais da narrativa: **proeminência** define o ator central do acontecimento, como Trump; **conflito** organiza a narrativa em torno de antagonismos políticos, como o conflito EUA x Irã; e **impacto** amplia o significado do evento para além da declaração, contextualizando e estabelecendo relações diretas entre a diplomacia e o conflito.

A notícia, portanto, transforma uma fala política em acontecimento narrável ao inseri-la em uma cena discursiva na qual disputas geopolíticas, lideranças internacionais e consequências estratégicas aparecem como elementos centrais da narrativa.

Fora do texto, a mesma lógica pode ser observada em critérios como **impacto** ou **magnitude**. O impacto é apresentado como um atributo objetivo do acontecimento, por exemplo, quando se estabelece o número de pessoas afetadas ou as consequências econômicas de determinado evento. No entanto, acontecimentos semelhantes podem receber níveis de cobertura radicalmente distintos. Isso ocorre porque o impacto não depende apenas da magnitude factual do evento, mas da forma como ele pode ser enquadrado discursivamente, o que mostra a natureza discursiva do valor-notícia.

Ao enfatizar consequências amplas ou efeitos coletivos, a narrativa jornalística reorganiza o acontecimento dentro de uma estrutura macrodiscursiva que privilegia determinadas dimensões da realidade social.

Essa dimensão interpretativa aproxima a análise da noticiabilidade da noção de formação discursiva. A interpretação de um acontecimento não ocorre em um espaço neutro, visto que sequer o há, e sim dentro de configurações de sentido historicamente constituídas que orientam aquilo que pode ser dito sobre determinado objeto. Em diferentes contextos discursivos, acontecimentos semelhantes podem (e provavelmente irão) adquirir significados distintos, visto que as camadas de sentido são mediadas pelo contexto. A presença de determinados atores sociais, como autoridades e instituições, tende a produzir efeitos interpretativos específicos porque esses atores ocupam posições centrais nas formações discursivas dominantes. O critério de **proeminência** (ou notoriedade) é o que exemplifica esse mecanismo.

A presença de uma figura pública (como Donald Trump na notícia analisada) não altera necessariamente a natureza factual de um acontecimento, mas altera sua posição dentro das estruturas de interpretação social e, anexo a isso, a forma com que o acontecimento será apresentado. Quando um evento envolve atores reconhecidos institucionalmente, ele se torna mais facilmente integrável às narrativas públicas que organizam a vida política e social. Assim, o valor-notícia associado à proeminência decorre da forma como determinadas posições sociais já estão inscritas nas estruturas de interpretação do discurso público.

Essa dimensão interpretativa articula-se ainda à posição institucional do discurso jornalístico. O jornalismo não apenas relata acontecimentos, mas ocupa uma posição específica dentro da cena de produção discursiva da sociedade. Como instituição socialmente reconhecida na mediação de informações públicas, o jornalismo constrói suas narrativas dentro de um dispositivo enunciativo que envolve toda uma estrutura institucional em sua materialização, como jornalistas, instituições midiáticas e públicos leitores.

Alguns critérios de noticiabilidade contribuem diretamente para estabilizar justamente essa posição enunciativa. **Relevância pública** ou **impacto coletivo** reforçam a função do jornalismo como mediador de acontecimentos que dizem respeito ao interesse social. Esses critérios ajudam a construir uma cena discursiva na qual o jornalismo aparece simultaneamente como narrador e como intérprete autorizado dos acontecimentos.

Por fim, os valores-notícia também se articulam às estruturas cognitivas que organizam a compreensão das notícias. Notícias tendem a seguir esquemas narrativos relativamente estáveis, nos quais os acontecimentos são organizados em termos de

problemas, eventos principais, consequências e possíveis desdobramentos (van Dijk, 1988). Esses esquemas ajudam o público a interpretar rapidamente acontecimentos complexos.

Diversos critérios de noticiabilidade favorecem ocorridos que se encaixam nessas estruturas cognitivas. O **conflito** facilita a construção de narrativas baseadas em antagonismos; o **impacto** permite organizar a notícia em torno de consequências amplas; a **novidade** destaca a ruptura que justifica a própria existência da notícia; e a **continuidade** conecta o evento atual a narrativas previamente estabelecidas.

Considerados em conjunto, esses mecanismos mostram que os valores-notícia não operam apenas no momento inicial da seleção de acontecimentos. Eles intervêm simultaneamente na seleção, na interpretação e na organização narrativa dos eventos que compõem o discurso jornalístico. Assim, critérios como **proeminência**, **conflito**, **impacto** ou **novidade** vão além de descrever simplesmente propriedades do mundo social, correspondendo também a formas recorrentes de tornar os acontecimentos compatíveis com as estruturas narrativas e interpretativas que caracterizam o discurso da notícia.

Ilustrada pela análise discursiva dos valores-notícia da matéria jornalística apresentada e pelo restabelecimento dos valores-notícia como figuras essenciais à narrativização como categoria discursiva (Vieira e Resende, 2005), compreende-se que cada valor-notícia age, dentro da noticiabilidade, como categoria discursiva, ativadas de forma a reorganizar fatores superestruturais para atender a uma narrativização específica de questões macroestruturais (van Dijk, 1988).

4.2 VALOR-NOTÍCIA COMO ESSENCIAL AO GÊNERO DISCURSIVO JORNALÍSTICO

Compreender o valor-notícia como processo discursivo conduz, necessariamente, à sua relação com o gênero discursivo jornalístico. Se, como demonstrado na seção anterior, os valores-notícia operam como formas de seleção, interpretação e organização da relevância pública, então eles não atuam apenas “antes” da notícia: atuam na própria constituição do gênero que a materializa. Isso porque o gênero discursivo jornalístico é forma relativamente estável de enunciação socialmente situada, vinculada a finalidades específicas de circulação, inteligibilidade e mediação do mundo social. Nessa perspectiva, o valor-notícia comparece como aspecto inevitável do gênero jornalístico, uma vez que a notícia só pode existir enquanto gênero a partir de um primeiro gesto de seleção temática, isto é, a definição do que,

entre os infinitos acontecimentos possíveis, será convertido em matéria noticiável (Silva, 2005).

Para Pádua e Pacheco (2020), os gêneros também se distinguem pela relação entre escritor e leitor e pelas finalidades discursivas e sociais que delimitam o que pode e deve ser dito como significativo. Ao aplicar essa compreensão aos textos jornalísticos, as autoras observam que tais textos obedecem a parâmetros relativamente estáveis de composição, amplamente reconhecidos no campo, como *lide*, *sublide*, corpo do texto, título e subtítulo, frequentemente organizados segundo a lógica da pirâmide invertida (Pádua e Pacheco, 2020). Essa observação é decisiva para o argumento aqui proposto: se o gênero jornalístico se caracteriza por um plano composicional próprio e por um conteúdo temático socialmente orientado, então o valor-notícia é seu primeiro operador, pois é ele que recorta, dentre o contínuo caótico do real, aquilo que poderá ocupar esse plano como tema legítimo de discurso.

Antes de prosseguir, observa-se importante esclarecer o que a presente pesquisa se utiliza como conceituação de gênero e suas diferenciações na literatura utilizada. O jornalismo pode ser compreendido como uma prática social institucionalizada, isto é, como um conjunto historicamente organizado de ações, rotinas, valores, normas profissionais, dispositivos técnicos, relações institucionais e formas discursivas voltadas à produção e circulação pública de informações. Nessa perspectiva, o jornalismo não se reduz ao texto publicado, nem à notícia enquanto produto final, pois envolve processos anteriores e posteriores à materialização textual: a seleção de acontecimentos, a relação com fontes, os critérios de relevância pública, a apuração, a edição, a hierarquização, a publicação, a circulação e a recepção social dos enunciados jornalísticos. Trata-se, portanto, de uma prática que articula dimensões discursivas, profissionais, institucionais, éticas e sociais.

Essa compreensão encontra respaldo em Nilson Lage (2014), para quem o jornalismo é uma prática social marcada por um compromisso específico com a informação pública, com a veracidade factual e com a mediação entre acontecimentos e sociedade. Lage observa que o jornalista seleciona informações consideradas úteis ou relevantes ao público, organiza-as em formas comunicáveis e assume, ao menos normativamente, um compromisso com a verdade factual dos acontecimentos relatados (Lage, 2014). Desse modo, o jornalismo deve ser entendido como uma atividade socialmente situada, realizada por sujeitos e instituições que ocupam posições específicas no espaço público e que operam segundo determinados valores profissionais, entre os quais se destacam a relevância, a atualidade, a verificabilidade, a inteligibilidade e a responsabilidade pública.

Tal noção se aproxima da perspectiva de Norman Fairclough, segundo a qual o discurso é uma dimensão constitutiva das práticas sociais, mas não se confunde integralmente com elas. Para o autor, a linguagem é parte irreduzível da vida social, de modo que qualquer análise de textos deve considerar também as práticas sociais, as relações de poder, as instituições, os processos de produção e as condições históricas em que esses textos são produzidos e circulam (FAIRCLOUGH, 2003). Aplicada ao jornalismo, essa perspectiva permite afirmar que uma notícia é a materialização discursiva de uma prática social mais ampla, produto textual-discursivo que resulta de uma cadeia social de decisões, valores, normas e procedimentos jornalísticos.

Nesse ponto, torna-se necessário distinguir o jornalismo como prática social da notícia como gênero jornalístico. O jornalismo corresponde ao campo mais amplo da atividade: envolve instituições, sujeitos, rotinas, tecnologias, critérios de seleção, relações com fontes, formas de circulação e expectativas sociais. A notícia, por sua vez, é uma das formas relativamente estabilizadas por meio das quais essa prática se realiza discursivamente. Assim, enquanto o jornalismo é a prática social que organiza a produção pública de informações, a notícia é um gênero específico dessa prática, voltado predominantemente ao relato informativo de acontecimentos considerados relevantes.

Para compreender essa distinção, é útil recorrer à teoria dos gêneros do discurso de Mikhail Bakhtin (2011). Para o autor, cada esfera de uso da linguagem elabora seus próprios “tipos relativamente estáveis de enunciados”, chamados gêneros do discurso. Esses gêneros se caracterizam pela articulação entre conteúdo temático, construção composicional e estilo (Bakhtin, 2011). Isso significa que os gêneros se fincam como modos socialmente reconhecíveis de agir discursivamente em uma determinada esfera de atividade. Uma sentença judicial, uma aula, uma ata, uma conferência, uma propaganda, uma entrevista e uma notícia são gêneros porque respondem a finalidades sociais distintas, circulam em esferas específicas e obedecem a expectativas relativamente estabilizadas de composição, estilo e conteúdo.

Em Rojo (2005), a distinção entre gênero textual e gênero discursivo aparece mais como diferença de orientação teórico-metodológica, partindo da tradição bakhtiniana e observando que as abordagens voltadas aos gêneros do discurso tendem a privilegiar as condições de produção dos enunciados, a esfera de circulação, os interlocutores, a finalidade enunciativa, a apreciação valorativa e os aspectos sócio-históricos que constituem determinada forma de dizer. Já as abordagens centradas nos gêneros textuais tendem a enfatizar a descrição da materialidade textual, isto é, as regularidades composicionais,

linguísticas, formais e funcionais que permitem reconhecer um conjunto de textos como pertencente a uma mesma família. Essa diferenciação se apoia, de um lado, em Bakhtin, para quem os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados vinculados às esferas da atividade humana (Bakhtin, 2011), e, de outro, em autores como Marcuschi (2002), que, embora compreenda os gêneros textuais como formas históricas de ação social, desenvolve uma reflexão especialmente voltada à descrição dos textos em circulação, à distinção entre gênero e tipo textual e ao funcionamento sociocomunicativo das formas textuais (Marcuschi, 2002).

Quando se fala em gênero textual, tende-se a observar como o texto se organiza: sua composição, sua estrutura, seus elementos recorrentes, seus tipos textuais predominantes e suas marcas linguísticas. No caso da notícia, por exemplo, uma abordagem textual destacaria título, *lead*, corpo informativo, progressão temática, presença de fontes, marcas de objetividade, organização hierárquica das informações e predominância de sequências narrativas ou expositivo-informativas. Quando se fala em gênero discursivo, contudo, a análise não se limita a essas regularidades formais ou estruturais, pois busca compreender o texto como enunciado situado em uma prática social. (Rojo, 2005, *apud* Farias, 2014). Assim, a notícia deixa de ser apenas uma estrutura informativa reconhecível e passa a ser compreendida como forma de ação discursiva da esfera jornalística, produzida sob condições institucionais específicas, atravessada por posições de sujeito, relações com fontes, expectativas de público, critérios de relevância, valores profissionais e disputas pela definição pública dos acontecimentos.

Nesta pesquisa, essa distinção justifica tratar o gênero jornalístico - e, em especial, a notícia - principalmente como gênero discursivo, ainda que ele também possua materialidade textual própria. Isso ocorre porque o objeto investigado, o valor-notícia, não se restringe à forma composicional da notícia, mas atua como operador de seleção, hierarquização e legitimação de acontecimentos no interior da prática social do jornalismo. Se a notícia fosse observada apenas como gênero textual, a análise tenderia a se concentrar em sua organização formal, o que é igualmente importante, porém tangente para a presente análise; ao concebê-la como gênero discursivo jornalístico, torna-se possível investigar como os valores-notícia atravessam a produção do enunciado, orientam a escolha do acontecimento, estruturam sua relevância, influenciam a disposição das informações e participam da construção social do que será reconhecido como fato jornalístico. Desse modo, em consonância com Rojo (2005), a notícia pode ser entendida como gênero textual quando se consideram suas regularidades composicionais, mas deve ser privilegiada como gênero discursivo quando o foco recai sobre

sua inserção na esfera jornalística e sobre os processos discursivos que transformam acontecimentos em notícias, como na presente pesquisa.

A partir dessa base, pode-se definir o gênero jornalístico como uma forma relativamente estabilizada de enunciação produzida no interior da esfera jornalística. Um gênero jornalístico corresponde, portanto, a uma modalidade discursiva reconhecida socialmente como pertencente ao jornalismo e orientada por uma determinada finalidade comunicativa. A notícia, a reportagem, a entrevista, o editorial, o artigo de opinião, a crônica jornalística, o perfil, a nota e a análise são exemplos de gêneros jornalísticos, embora a classificação varie conforme a tradição teórica e os critérios adotados. O que os aproxima é o fato de pertencerem à esfera jornalística; o que os distingue são suas funções, suas formas composicionais, seus modos de relação com os fatos e seus contratos de leitura.

A literatura brasileira sobre gêneros jornalísticos chama atenção para a necessidade de não confundir gênero com suporte, seção, tema ou formato editorial. Pollyanna Silva (2007), ao discutir as classificações dos gêneros jornalísticos, observa que parte da tradição jornalística utiliza o termo “gênero” de maneira instável, ora para se referir a formas textuais, ora para designar espaços do jornal, ora para indicar modalidades de tratamento da informação (Silva, 2007). Essa observação é importante porque permite evitar uma definição simplista. O gênero jornalístico não é o jornal impresso, o portal digital, o telejornal ou a revista; esses são suportes, meios ou dispositivos de circulação. Mesmo que sejam de igual importância e possam inclusive ser utilizados para estruturar e sustentar a ideia de gênero, estes não o formam como gênero em si. Também não é o tema tratado, como política, economia, cultura ou esporte. O gênero discursivo, utilizado aqui, diz respeito à forma sociocomunicativa assumida pelo enunciado jornalístico em determinada situação de produção e circulação.

A notícia, nesse quadro, pode ser definida como um gênero jornalístico predominantemente informativo, cuja função sociocomunicativa é relatar um fato ou acontecimento a um público amplo, tornando-o inteligível como informação de relevância pública. Silva (2011) afirma que a notícia tem como função estabelecer comunicação entre a comunidade discursiva jornalística e seus leitores por meio da divulgação de fatos ou acontecimentos novos, ou eventualmente retomados, considerados dignos de informação pública (Silva, 2011). A autora também destaca que a notícia possui uma organização composicional própria, ainda que variável, e que se estrutura em torno de um evento principal, isto é, de um acontecimento que justifica a existência do texto noticioso (Silva, 2011).

Dessa maneira, a notícia deve ser compreendida como uma realização específica do jornalismo, e não como seu equivalente. O jornalismo é mais amplo que a notícia, pois inclui diferentes gêneros, diferentes práticas profissionais e diferentes modos de intervenção discursiva no espaço público. A notícia é uma de suas formas centrais, sobretudo porque historicamente se consolidou como gênero fundamental do jornalismo informativo. No entanto, o jornalismo também se realiza por meio de reportagens, entrevistas, editoriais, artigos de opinião, análises, perfis, checagens, coberturas ao vivo, textos de serviço e outros formatos que não se confundem com a notícia, embora pertençam à mesma esfera de prática social.

A relação entre jornalismo, gênero jornalístico e notícia pode ser formulada da seguinte maneira: o jornalismo constitui a prática social; os gêneros jornalísticos constituem formas discursivas relativamente estabilizadas dessa prática; e a notícia constitui um desses gêneros, caracterizado pela função de informar sobre acontecimentos considerados relevantes. Portanto, a notícia é parte da prática social do jornalismo porque materializa, em forma textual-discursiva, decisões e valores próprios dessa prática. Quando uma redação escolhe determinado acontecimento, define sua relevância, seleciona fontes, organiza informações, formula título e lead, hierarquiza dados e publica o texto, ela transforma uma ocorrência social em notícia. Esse processo não é puramente linguístico nem puramente técnico; é discursivo, institucional e social.

Essa articulação é decisiva para uma abordagem discursiva do jornalismo. Se a notícia é tomada apenas como texto, corre-se o risco de isolá-la das condições sociais de sua produção. Se o jornalismo é tomado apenas como instituição ou profissão aqui, corre-se o risco de negligenciar a materialidade discursiva por meio da qual ele atua socialmente. A perspectiva mais produtiva é compreender a notícia como gênero jornalístico inserido em uma prática social mais ampla. Dessarte, o texto noticioso passa a ser analisado como lugar em que se materializam critérios de noticiabilidade, valores profissionais, relações de poder, posições institucionais, escolhas lexicais, enquadramentos, apagamentos e hierarquizações.

Portanto, a diferença fundamental é que o jornalismo designa a prática social mais ampla, enquanto a notícia designa um gênero jornalístico específico produzido no interior dessa prática. O gênero jornalístico, por sua vez, é a categoria intermediária que permite compreender como a prática social do jornalismo se organiza discursivamente em formas relativamente estáveis.

Nesse sentido, o valor-notícia é essencial ao gênero discursivo jornalístico porque inaugura sua própria possibilidade de existência. Antes de haver lide, título, subtítulo, corpo

textual, enquadramento lexical ou cena enunciativa, é preciso que algo tenha sido reconhecido como passível de ser tematizado como notícia. O gênero jornalístico pressupõe uma operação de tematização, e essa tematização não ocorre aleatoriamente, mas a partir de critérios de noticiabilidade que definem o que será visto como relevante, urgente, excepcional, próximo, impactante ou digno de atenção pública. O valor-notícia funciona, assim, como base inevitável da seleção temática, convertendo o acontecimento em macrotema potencialmente circulável no espaço público (Galtung e Ruge, 1965; Silva, 2005; van Dijk, 1988).

Tal observação fica evidente quando Pádua e Pacheco (2020) trazem:

Ora, o jornalista, ao redigir o seu texto, faz escolhas; seleciona as palavras que irá utilizar, opta pela ordem direta ou indireta das orações, define o emprego da voz ativa ou da voz passiva etc. Escolhas pressupõem parcialidade, seja do profissional, seja do veículo de comunicação. Situação semelhante ocorre quando há um recorte das citações de fontes, que normalmente conferem maior veracidade e objetividade ao fato, de forma que o jornalista conduza o leitor ao ponto que deseja destacar (Pádua e Pacheco, 2020, p. 123).

Portanto, é evidente que o valor-notícia, como aspecto essencial ao gênero jornalístico, assume, além da função inicial de seletor de informações, um papel na parcialidade do gênero jornalístico, o que se relaciona diretamente com o já supracitado van Dijk (1988) ao afirmar que crenças e atitudes subjacentes podem aparecer em qualquer instância do texto, como seleção, elaboração, hierarquização de tópicos etc.

Essa centralidade da seleção, entretanto, não esgota o papel do valor-notícia no gênero jornalístico. Como já indicado no mapeamento teórico desta obra, a literatura sobre noticiabilidade mostra que os valores-notícia percorrem todo o processo jornalístico, da ocorrência ao leitor, atravessando não apenas a escolha do acontecimento, mas também sua elaboração, estruturação e apresentação (Wolf, 1985; van Dijk, 1988; Traquina, 2005). É precisamente por isso que eles devem ser compreendidos como categoria essencial ao gênero, e não apenas como critério preliminar de pauta. Uma vez selecionado o acontecimento, o valor-notícia continua a ser retomado na **produção** do texto, orientando o ângulo de abordagem, a escolha das fontes, a focalização dos elementos considerados centrais, o destaque dado a determinados aspectos e a própria construção do lide. O que foi selecionado por **relevância**, **conflito**, **proeminência** ou **impacto** tende a ser produzido textual e enunciativamente de modo a reforçar essa mesma relevância, conflito, proeminência ou impacto.

Nesse ponto, a formulação de Pádua e Pacheco (2020) relacionada aqui a van Dijk (1988) é especialmente elucidativa. Tal observação dialoga diretamente com o argumento aqui trazido, de que o valor-notícia não desaparece depois da seleção inicial, mas se reinscreve na elaboração e na composição do gênero. Aquilo que foi eleito como tema noticiável reaparece na distribuição das informações, na ordem do texto, no que se explicita ou se silencia, na montagem da macroestrutura semântica e na superestrutura esquemática da notícia. Em outros termos, a superestrutura jornalística atende à macroestrutura precisamente porque organiza, em forma relativamente estável, o macrotema previamente reconhecido como relevante (van Dijk, 1988). O valor-notícia, assim, atua como ponte entre a seleção temática e a organização textual do gênero.

É nesse sentido que se pode afirmar que o valor-notícia é essencial também à composição do gênero discursivo jornalístico. Pádua e Pacheco (2020) ressaltam que os textos jornalísticos seguem modelos composicionais relativamente estáveis, o que contribui para certa mecanização da produção. Tal estabilidade não elimina a discursividade; ao contrário, mostra como o gênero dispõe de esquemas reconhecíveis para organizar o acontecimento e torná-lo inteligível ao leitor.

O lide, por exemplo, não é apenas um recurso técnico: ele condensa, já no início do texto, aquilo que foi considerado mais relevante no acontecimento. Título e subtítulo, do mesmo modo, são instâncias de condensação temática e de hierarquização discursiva. Se a notícia possui uma composição relativamente estabilizada, é porque há também modos relativamente estabilizados de converter um acontecimento em tema público. O valor-notícia atravessa esse processo do início ao fim: é utilizado para selecionar o acontecimento e orientar sua produção, reaparecendo em sua composição.

Além disso, o gênero discursivo jornalístico não se define apenas por seleção, produção e composição, mas também por recepção, interação e relação. Pádua e Pacheco (2020) destacam, com base na discussão sobre gêneros, que estes envolvem também a relação entre escritor e leitor. No caso do jornalismo, essa relação é estruturada por uma cena de enunciação específica: o gênero notícia se apresenta socialmente como forma legítima de mediação do real, oferecendo ao leitor um recorte do mundo (sendo impossível oferecê-lo informacionalmente em sua totalidade), já selecionado e narrativizado.

O valor-notícia participa diretamente dessa relação porque também antecipa um leitor possível: seleciona-se aquilo que se presume digno de atenção, compatível com as expectativas de leitura, reconhecível como relevante e passível de circular como informação socialmente válida. A recepção, portanto, já está inscrita na seleção e na composição. A

notícia é escrita para ser recebida como notícia, e isso supõe a ativação de valores-notícia que tornam o texto reconhecível dentro do horizonte de expectativas do gênero.

Pode-se dizer, então, que o valor-notícia é essencial ao gênero discursivo jornalístico em quatro níveis articulados. Primeiro, no nível da **seleção**, pois é ele que transforma um acontecimento em tema possível do discurso jornalístico (Silva, 2005). Segundo, no nível da **produção**, porque continua orientando o recorte e a escolha dos elementos que serão desenvolvidos no texto. Terceiro, no nível da **composição**, uma vez que a superestrutura jornalística organiza e distribui a informação segundo hierarquias já definidas por esse mesmo processo seletivo (van Dijk, 1988). Quarto, no nível da **recepção**, pois a notícia só se realiza plenamente como gênero ao ser reconhecida pelo leitor como texto informativo relevante, o que depende da ativação de expectativas discursivas socialmente estabilizadas (Pádua e Pacheco, 2020). Em todos esses níveis, o valor-notícia é constitutivo basilar.

Desse modo, o gênero discursivo jornalístico deve ser reconhecido como prática discursiva cuja própria existência depende da noticiabilidade e, em sentido estrito, dos valores-notícia. A notícia organiza a visibilidade pública por meio de critérios de seleção, produção, composição e recepção que definem o que será inteligível como acontecimento socialmente relevante, em relação direta autor-leitor. Assim, o valor-notícia comparece como categoria essencial ao gênero jornalístico porque constitui sua base temática inevitável e porque continua sendo retomado ao longo de toda a cadeia discursiva da notícia, desde o primeiro recorte do acontecimento até sua formalização superestrutural e sua recepção no espaço público (Silva, 2005; van Dijk, 1988; Pádua e Pacheco, 2020).

4.3 VALOR-NOTÍCIA COMO INSTRUMENTO HIERARQUIZANTE

Se, nas seções anteriores, o valor-notícia pôde ser compreendido como categoria discursiva e como elemento essencial ao gênero discursivo jornalístico, torna-se agora necessário avançar um passo: compreendê-lo como **instrumento hierarquizante**. Em uma perspectiva discursiva, hierarquizar significa produzir relevo, dando forma à centralidade e, concomitantemente, à marginalidade no interior da circulação social dos sentidos. Toda seleção é, simultaneamente, uma exclusão relativa. Ao escolher um acontecimento, um ângulo, uma fonte, um título, um *lide* ou um encadeamento narrativo, o discurso jornalístico o distribui diferencialmente em planos de visibilidade. Por isso, o valor-notícia não é somente um critério de entrada do acontecimento na cena midiática; ele é também um mecanismo que define o que ocupará o centro da cena, o que permanecerá em sua periferia e o que sequer

chegará a ser reconhecido como digno de atenção pública. Um holofote metafórico. Nesse sentido, a hierarquização não é efeito secundário da notícia, mas uma de suas operações constitutivas, já inscrita na própria lógica da noticiabilidade (Galtung e Ruge, 1965; Silva, 2005; Traquina, 2005).

Compreendido assim, percebe-se que nem todos os acontecimentos que entram no circuito informacional recebem o mesmo tratamento, a mesma extensão, o mesmo destaque ou a mesma moldura interpretativa. A seleção de uma informação em detrimento de outra não é neutra (como já visto, não é possível sê-lo), e tampouco se encerra no gesto inicial de escolha, reaparecendo na forma pela qual o acontecimento é tematizado, narrado, enquadrado e distribuído textualmente. Hierarquizar, portanto, é estabelecer graus diferenciadores de presença discursiva. Um acontecimento pode ser centralizado por **proeminência**, **conflito**, **impacto** ou **proximidade**; outro pode ser atenuado por ausência de **personalização**, de **continuidade** ou de **consonância** com expectativas já estabilizadas. Em termos discursivos, isso significa que os valores-notícia operam como princípios de ordenação simbólica do real, decidindo o que será intensificado, o que será minimizado e o que será apagado. A notícia, assim, não apenas informa sobre um mundo já pronto, mas participa da constituição pública desse mundo ao distribuí-lo hierarquicamente.

Essa compreensão torna-se mais nítida quando se retoma a formulação de Fairclough (2001) acerca do discurso como prática social. Para o autor, o discurso se trata de um modo de ação sobre o mundo e sobre os outros, bem como de um modo de representação. Mais do que isso, Fairclough sustenta haver uma relação dialética entre discurso e estrutura social: a estrutura social molda e restringe o discurso, mas o discurso também contribui para constituir as relações, identidades, instituições e convenções que o sustentam (Fairclough, 2001). Aplicada ao jornalismo, tal formulação permite compreender que a notícia participa ativamente da organização do mundo social ao mesmo tempo em que é produzida dentro de ordens do discurso, hegemonias e relações de poder já existentes. Em outras palavras, a hierarquização noticiosa é dialética porque reflete correlações de força e, simultaneamente, as reforça, reestrutura ou desafia.

É precisamente por isso que a notícia, como prática discursiva, mantém relação dialética com o mundo também no plano da hierarquização. Quem já ocupa posições de poder político, econômico, institucional ou simbólico tende a ser mais facilmente convertido em centro de atenção noticiosa, em virtude de critérios como **proeminência**, **elite**, **impacto** ou **continuidade**. Contudo, essa centralidade reitera e amplia esse poder ao reinscrever reiteradamente certos atores, instituições e agendas no espaço de visibilidade pública (van

Dijk, 1988). A notícia, nesse quadro, também contribui ao oferecer densidade discursiva, recorrência e legitimidade à presença pública desses sujeitos e instâncias.

Fairclough (2008), ao trabalhar com a noção de ordem do discurso, mostra justamente como certos modos de dizer se tornam dominantes, legítimos ou marginais, e como essa estabilização se vincula a interesses e relações de poder. Quando transposta ao campo jornalístico, essa percepção evidencia que a hierarquização noticiosa participa da disputa pela definição legítima do que conta como realidade relevante. O valor-notícia, nesse sentido, é mecanismo de organização da visibilidade e, portanto, de distribuição de poder simbólico (van Dijk, 1988).

Essa distribuição atravessa, além de nível institucional amplo, também a constituição ideológica dos sujeitos. Na perspectiva pecheutiana de Análise de Discurso, o sujeito vai além da origem transparente de seu dizer e se torna efeito de formações ideológicas e discursivas que o interpelam e lhe oferecem posições possíveis de enunciação (Pêcheux, 2009; Orlandi, 2002). Quando se pensa o valor-notícia a partir dessa chave, percebe-se que a hierarquização jornalística não organiza apenas acontecimentos, mas também posições-sujeito.

Os sujeitos aparecem primeiramente como os jornalistas-autores da notícia, e, perpassando a produção e chegando à notícia em si, também aparecem reiteradamente como fontes autorizadas, porta-vozes legítimos, intérpretes credenciados do real, enquanto outros surgem como objeto de fala, como problema a ser administrado, como corpo estatístico ou como alteridade. Assim, a seleção jornalística é também uma seleção de lugares discursivos: quem fala, quem é falado, quem interpreta, quem aparece como racional, confiável, perigoso, vítima, desordeiro ou descartável. A hierarquização informacional, portanto, cruza-se com a hierarquização dos próprios sujeitos no interior do discurso. Essa percepção se articula fortemente com as formações discursivas em Foucault. Ao discutir os mecanismos de controle, seleção e distribuição do discurso, o autor mostra que o discurso nunca circula de modo indiferente: ele é regulado por procedimentos que definem quem pode falar, em que condições, sob quais critérios de verdade e com que efeitos de legitimidade (Foucault, 1996).

Em sua arqueologia dos saberes e, mais especificamente, em seus estudos sobre o discurso psiquiátrico, é possível observar como certos enunciadores são autorizados e outros desqualificados, como certas falas contam como razão e outras como delírio, como algumas posições ocupam o topo da inteligibilidade e outras são lançadas à margem do dizível. A correlação argumentativa com o jornalismo é fecunda, visto que, também no discurso noticioso, há procedimentos de seleção que distribuem diferencialmente a legitimidade dos

sujeitos e dos acontecimentos. Assim como o discurso psiquiátrico historicamente separa o são do não são, o jornalismo separa recorrentemente o relevante do irrelevante, o central do periférico, o falável do inaudível. O valor-notícia, nesse quadro, é um dos mecanismos pelos quais essa separação se materializa.

É nesse ponto que a contribuição de van Dijk se torna decisiva. Se a notícia organiza discursivamente a realidade por meio de hierarquias, isso não ocorre sem efeitos cognitivos. O discurso noticioso se estrutura por macroestruturas semânticas e superestruturas esquemáticas que orientam a interpretação global do texto e a disposição de seus elementos centrais, como título, lead, antecedentes e comentários (van Dijk, 1988). Essas estruturas não são neutras: ao selecionar tópicos e suprimir ou generalizar detalhes, elas orientam o leitor na construção de uma representação global coerente do acontecimento. Mais amplamente, van Dijk (1988) sustenta que o discurso participa da formação de modelos mentais e de modelos de contexto, isto é, de representações cognitivas por meio das quais os sujeitos compreendem eventos, atores, situações comunicativas e relações sociais. A notícia, portanto, não apenas transmite informação; ela oferece molduras para a construção mental do acontecimento.

Quando o valor-notícia é compreendido como instrumento hierarquizante, a relação com os modelos mentais torna-se particularmente clara. Hierarquizar informações significa, em larga medida, orientar a construção do modelo mental do leitor. Um acontecimento pode ser representado como crise institucional, como tragédia humana, como conflito geopolítico, como falha individual, como ameaça coletiva ou como episódio episódico, a depender de quais elementos forem priorizados na manchete, no lide, no desenvolvimento e na distribuição das fontes e comentários. A centralização de um ator de elite, por exemplo, pode reorganizar todo o sentido global de uma notícia, deslocando o foco de processos estruturais para declarações individuais; a ênfase em conflito pode moldar o evento como antagonismo; a personalização pode transformar um processo histórico complexo em drama entre personagens identificáveis.

Assim, a notícia favorece que um modelo mental seja construído de um jeito e não de outro. É justamente aí que a dimensão hierarquizante do valor-notícia revela sua força: ao ordenar o que vem primeiro, o que ganha corpo e o que permanece lateral, ele intervém diretamente na maneira pela qual o mundo será cognitivamente configurado pelo leitor (van Dijk, 1980; 1988; 2008).

Essa operação é ainda mais relevante porque o modelo mental não permanece apenas no plano da recepção individual. Ao se repetir socialmente, certos enquadramentos hierarquizados tendem a estabilizar percepções mais amplas sobre temas, grupos e

acontecimentos. A recorrência de determinados valores-notícia em torno de certos sujeitos - por exemplo, **elite**, **ameaça**, **negatividade**, **exotização**, **conflito** - contribui para sedimentar formas relativamente estáveis de imaginar esses sujeitos e seus lugares no mundo social.

A hierarquização discursiva, então, não apenas organiza uma notícia isolada, mas participa da construção de memórias, estereótipos, expectativas e disposições interpretativas duráveis. É nesse ponto que texto, cognição e ideologia, nos termos da própria dissertação, convergem: a escolha do que se torna central na notícia repercute na forma pela qual realidades inteiras são socialmente concebidas. A notícia hierarquiza; ao hierarquizar, orienta a interpretação; ao orientar a interpretação, contribui para estabilizar modelos mentais e, com eles, determinadas visões de mundo.

A fim de materializar as argumentações aqui propostas, faz-se importante analisar uma notícia para que se possa perceber a forma com que hierarquizações podem ocorrer a partir dos processos de noticiabilidade (seleção e produção).

A seguinte matéria foi publicada no portal de notícias UOL²²:

Exemplo 2

Com placar de 8 a 2, STF derruba prorrogação da CPMI do INSS

Mateus Coutinho

Do UOL, em Brasília

26/03/2026 - 17h59

Atualizada em 26/03/2026 - 18h52

Com duras críticas ao vazamento de informações, o STF decidiu hoje derrubar a decisão do ministro André Mendonça que determinou a prorrogação da CPMI do INSS. Os trabalhos da comissão devem se encerrar até sábado.

O que aconteceu

Apenas o ministro Luiz Fux seguiu o voto de Mendonça. Ele entendeu que o adiamento deveria ser concedido diante da perspectiva de encerrar os trabalhos da comissão já no

²²

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/03/26/julgamento-stf-cpmi-do-inss.htm> / Acesso em 29 de março de 2026.

próximo sábado —o que, para o ministro, representaria uma "clara violação do direito subjetivo dos parlamentares impetrantes".

Os outros oito ministros consideraram que as CPIs devem ter prazo determinado para acabar. Também entenderam que não cabe ao STF interferir na decisão de prorrogar ou não os trabalhos de comissões parlamentares.

Mendonça havia atendido a um pedido de representantes da CPMI do INSS. Eles haviam acusado de omissão o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Sessão foi marcada por críticas a vazamentos e pedidos de quebras de sigilo feitos nas duas comissões em andamento hoje no Congresso. Ministros lembraram que somente a CPMI do INSS aprovou mais de mil quebras de sigilo. Também criticaram pedidos de quebras de sigilo bancário sem embasamento necessário, além dos recentes vazamentos de mensagens íntimas do banqueiro Daniel Vercaro com sua namorada.

Gilmar Mendes, decano do tribunal, foi o ministro que mais se exaltou. Ele pediu a palavra durante o voto de Flávio Dino e chegou a se dirigir aos parlamentares presentes no plenário para afirmar que eles sabiam que é ilegal pedir quebras de sigilo sem embasamento necessário e atribuiu às comissões os vazamentos de informações sigilosas, o que classificou de "abecedário de abusos".

Flávio Dino foi o primeiro a discordar de Mendonça. Ele foi seguido pelos ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Kassio Nunes Marques, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Luiz Edson Fachin.

Dino afirmou a função do Poder Legislativo (sic) de realizar investigações é "atípica" e está limitada ao que prevê a Constituição. Ele afirmou que as comissões parlamentares devem ter prazo definido, por isso, como nos inquéritos policiais, não há prorrogação automática das investigações, que precisam de autorização da Justiça.

Alexandre de Moraes afirmou que comissão chegou a criar link para vaziar documentos à imprensa. Ele disse que a comissão se desvirtuou e que estaria querendo uma "prorrogação automática do desvirtuamento absolutamente inconstitucional". Ministro ainda apontou que Mendonça teria interpretado regimentos da Câmara, do Senado e do Congresso em sua

decisão e que o STF já tem precedente no sentido de que não cabe à corte interpretar regimentos internos de outros poderes.

"A CPMI fez, presidente, um link com dados sigilosos de todos, toda a prova da Polícia Federal de contatos, agendas, telefonemas, e distribuiu para os jornalistas. A CPMI fez um quadradinho com imagens e fotos, inclusive de colegas parlamentares, e foi necessário o ministro André determinar imediatamente o retorno disso, pelo total desrespeito, ou seja, se desvirtuou e quer uma prorrogação automática do desvirtuamento absolutamente inconstitucional." - Alexandre de Moraes, ao votar contra prorrogação da CPMI do INSS.

Parlamentares acompanharam a sessão de julgamento no plenário do tribunal. Além do presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG) e o relator, deputado Alfredo Gaspar (PL-AL), estiveram no plenário os deputados Marcel Van Hatten (NOVO-RS), Helio Lopes (PL-RJ), Bia Kicis (PL-DF), Luiz Lima (NOVO-RJ), Efraim Filho (PL-PB) e Adriana Ventura (NOVO-SP). Eles deixaram o STF após o voto da ministra Cármen Lúcia, antes do fim da sessão.

Mendonça concordou com parlamentares. Ministro havia entendido (sic) ser necessário garantir o direito da minoria do Congresso de seguir com as investigações e reconheceu que presidente da Casa teria se omitido ao não ler o requerimento de prorrogação dos trabalhos protocolado no fim do ano passado.

É necessária a leitura do requerimento pelo presidente do Senado para ocorrer a prorrogação. Em sua decisão, tomada na segunda-feira, Mendonça havia estabelecido 48 horas para Alcolumbre ler o requerimento e determinou que os trabalhos fossem prorrogados automaticamente, caso isso não ocorresse.

Julgamento ocorre em meio a crise sem precedentes no tribunal. A corte tem vivido um racha desde que as investigações expuseram relações dos ministro Dias Toffoli e Alexandre de Moraes com o banqueiro Daniel Vorcaro e sua teia de negócios sob suspeita. O nome de Kassio Nunes Marques também apareceu na lista de contatos do banqueiro.

O que disseram os ministros

"Reconhecer a possibilidade de prorrogação automática da CPI significaria admitir que o Parlamento, no exercício atípico da função investigativa, dispõe de um poder mais amplo do que o próprio Poder Judiciário quando atua no exercício da função típica." "A Constituição e o Supremo tutelam a criação, mas não tutelam o destino da CPI, porque este é um tema adstrito à dimensão política dos poderes do Estado. Quem vai ser o presidente, quem vai ser o relator, se vai ter relatório, se não vai, isto não é matéria submetida à sindicância jurisdicional. Finalizo esse penúltimo tópico dizendo, essa distinção é decisiva para a solução do presente caso. Se o direito constitucional da minoria se realiza com a criação da CPI e o destino da comissão fica a cargo do próprio Parlamento, não é possível daí um suposto direito à prorrogação automática do seu funcionamento a não ser pelos critérios próprios da luta política." - Flávio Dino, ao votar contra a prorrogação da CPMI do INSS.

"Esse é o primeiro precedente sobre uma eventual automaticidade de prorrogação não autorizada pela Constituição, quando se diz prazo certo e no caso concreto, não autorizado também pelo fato determinado porque o que se pretende, se demonstrou nas últimas semanas, é simplesmente burlar o fato determinado." - Alexandre de Moraes, ao votar contra prorrogação automática da CPMI do INSS.

"Em que pese elogiar a tentativa de solucionar um problema, porque nós temos realmente omissão e essa matéria nunca foi debatida pelo Supremo Tribunal Federal, me coloco numa postura mais autocontida e aguardo que o próprio Parlamento reorganize as suas disciplinas normativas." - Kassio Nunes Marques, ao votar contra prorrogação automática da CPMI do INSS

"No meu modo de ver, da mesma maneira que a jurisdição intervém em permitir a prorrogação, ela também intervém no momento em que ela não acolhe uma oposição à prorrogação." - Luiz Fux, ao votar a favor da prorrogação da CPMI do INSS.

"Apenas para mim não há possibilidade de eu votar pelo êxito do que pleiteado neste caso, ministro André, ministro Fux, exatamente porque na minha compreensão não há o atendimento aos requisitos constitucionais especificamente portanto, a duração certa do prazo sem a prorrogabilidade, mas como prorrogação automática." - Cármen Lúcia, ao votar contra prorrogação da CPMI do INSS.

A matéria da UOL sobre o julgamento da prorrogação da CPMI do INSS constitui um exemplo bastante produtivo de como o valor-notícia opera como instrumento hierarquizante no interior do discurso jornalístico. O acontecimento de base é, em princípio, simples: o STF, por maioria, derruba a prorrogação da comissão. No entanto, o texto não se limita a registrar esse fato como dado bruto. Ao contrário, ele organiza o acontecimento segundo uma distribuição desigual de centralidade, na qual determinados elementos são elevados ao primeiro plano e outros permanecem subordinados. Essa hierarquização começa já no título (“Com placar de 8 a 2, STF derruba prorrogação da CPMI do INSS”), que ativa de imediato os valores-notícia de **conflito** e **proeminência**, uma vez que o destaque recai sobre a divisão do julgamento e sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal, instância máxima do Poder Judiciário brasileiro. O placar “8 a 2” enfatiza a correlação de forças internas e reforça o caráter agonístico do evento, convertendo o julgamento em cena de enfrentamento institucional.

Entretanto, a hierarquização principal da matéria não se esgota aí. Logo no primeiro período, o texto desloca o centro da notícia ao afirmar: “Com duras críticas ao vazamento de informações, o STF decidiu hoje derrubar a decisão do ministro André Mendonça [...]”. Com isso, o acontecimento deixa de ser apenas uma decisão jurídico-institucional e passa a ser organizado por outro eixo de relevo, o do **escândalo institucional**. Isso é hierarquização discursiva: entre vários componentes possíveis do evento, o texto define qual deles ocupará o primeiro plano de inteligibilidade.

Essa operação se intensifica no corpo da notícia, sobretudo quando a matéria informa que a sessão foi marcada por “críticas a vazamentos e pedidos de quebras de sigilo” e destaca que “somente a CPMI do INSS aprovou mais de mil quebras de sigilo”. Aqui, a matéria aciona com força os valores-notícia de **amplitude**, **negatividade** e **impacto**. A cifra “mais de mil” produz efeito de grandeza e desproporção, reforçando cognitivamente a ideia de excesso. O que está em jogo, portanto, não é apenas a existência de pedidos de quebra de sigilo, mas a sua quantificação em escala capaz de produzir alarme e ampliar a percepção de abuso. Em termos de valor-notícia, a matéria transforma número em gravidade. Em termos discursivos, transforma procedimento em sintoma de descontrole institucional.

Essa mesma lógica aparece na seleção das vozes citadas. A matéria destaca particularmente falas que intensificam o enquadramento negativo da CPMI. Gilmar Mendes é citado ao classificar a situação como “abecedário de abusos”, enquanto Alexandre de Moraes afirma que a comissão “se desvirtuou e quer uma prorrogação automática do desvirtuamento absolutamente inconstitucional”. Não se trata de citações neutras ou meramente

representativas do debate: são enunciados fortemente avaliativos, dotados de grande densidade semântica e efeito dramatizador. Ao escolhê-los como falas centrais da notícia, o texto reforça os valores-notícia de **conflito**, **negatividade**, **dramatização** e **desvio**. Além disso, a escolha dessas falas demonstra como a notícia, ao produzir hierarquias internas, também hierarquiza posições-sujeito: ganham destaque justamente os ministros que verbalizam com maior intensidade o juízo de reprovação. O texto, assim, seleciona não apenas fatos, mas também a tonalidade legítima com que esses fatos devem ser interpretados.

Essa observação permite aproximar a análise do referencial de Fairclough. Se o discurso é prática social e mantém relação dialética com a estrutura social, então a notícia participa de sua constituição pública ao organizá-lo por determinadas categorias de relevância e avaliação (Fairclough, 2001). No caso da matéria da UOL, a relação dialética entre notícia e mundo se manifesta na forma como a reportagem transforma uma disputa regimental e constitucional em episódio mais amplo de censura institucional, abuso investigativo e crise política.

O texto é moldado por relações de poder já existentes (STF, Senado, parlamentares, banqueiros, comissão parlamentar), mas também atua sobre essas relações ao reforçar determinada distribuição de legitimidade. O Supremo é posicionado como instância de contenção do excesso; a CPMI, como foco do desvio; os parlamentares presentes no plenário, como agentes implicados numa cena de tensão e censura. O mundo institucional, assim, é reorganizado discursivamente segundo uma hierarquia de centralidades e legitimidades.

Essa organização hierárquica pode ser aprofundada em diálogo com Pêcheux. Se o sujeito é efeito da interpelação ideológica e ocupa posições possíveis no interior de formações discursivas (Pêcheux, 2009), então a notícia da UOL distribui posições-sujeito bastante claras no interior do acontecimento. Os ministros do STF, sobretudo aqueles cujas falas são destacadas, ocupam a posição de sujeitos autorizados da razão institucional, da contenção, da crítica legítima e da defesa da ordem constitucional. A CPMI, por sua vez, é construída como sujeito coletivo do excesso, do abuso, da quebra indevida de sigilos e do desvirtuamento.

O texto, ainda, produz discursivamente ao selecionar quais falas entram, com que força entram e em que ordem entram. A notícia, então, interpela o leitor a reconhecer certos polos de legitimidade e ilegitimidade. É justamente nesse sentido que a hierarquização informacional também é ideológica, organizando posições de sujeito.

A correlação com Foucault também é fecunda aqui. Ao mostrar que o discurso é regulado por procedimentos de seleção, exclusão e controle, Foucault evidencia que o dizível

nunca circula em estado puro; ele já vem atravessado por instâncias que definem o que será reconhecido como racional, verdadeiro, legítimo ou marginal (Foucault, 1996). Na matéria da UOL, há uma clara operação discursiva desse tipo. Certas práticas da CPMI são elevadas à condição de signo de abuso; certas vozes do STF são elevadas à condição de fala legítima sobre o caso; certas informações - como a menção à “crise sem precedentes no tribunal” e às relações entre ministros e Daniel Vorcaro - ampliam o campo de leitura e reinscrevem o julgamento numa rede mais vasta de tensão institucional.

Assim como em outros campos discursivos há processos que separam o autorizado do desautorizado, aqui a notícia opera distinções entre o constitucional e o “absolutamente inconstitucional”, entre a investigação legítima e a “pescaria probatória”, entre o procedimento aceitável e o “abecedário de abusos”. O texto, assim, atua como prática de seleção discursiva que distribui racionalidade, suspeição e visibilidade de forma desigual.

Tudo isso converge para a contribuição de van Dijk, que talvez seja a chave mais precisa para entender a força dessa hierarquização. A notícia organiza seu conteúdo por meio de macroestruturas semânticas e de uma superestrutura esquemática que orienta o leitor na construção do sentido global do acontecimento (van Dijk, 1988). No caso da UOL, embora o fato-base seja a derrubada da prorrogação da CPMI, a macroestrutura efetivamente favorecida pelo texto não é simplesmente “STF decide sobre a CPMI”, mas algo mais próximo de “STF reage, em meio a fortes críticas, a abusos e vazamentos associados à CPMI”.

Isso se constrói pela ordem de apresentação: primeiro, o placar e as “duras críticas”; depois, a lembrança dos vazamentos e das quebras de sigilo; em seguida, as falas mais contundentes dos ministros; por fim, a contextualização da crise interna do tribunal. A superestrutura do texto, portanto, atende a essa macroestrutura: cada bloco reforça a leitura do caso como crise e abuso, não apenas como decisão procedimental.

É justamente aí que entram os modelos mentais. A hierarquização produzida pela UOL favorece que o leitor construa o acontecimento segundo um modelo mental específico: não o de uma simples disputa sobre a duração de uma comissão parlamentar, mas o de uma reação institucional do STF diante de um cenário de excesso, vazamento, desvirtuamento e crise. Se a matéria abrisse por princípios regimentais, pela discussão sobre a minoria parlamentar ou pela técnica constitucional da prorrogação, outro modelo mental seria favorecido. Mas ela não o faz.

Ao abrir com “duras críticas ao vazamento de informações”, ao destacar “mais de mil quebras de sigilo”, ao reproduzir expressões como “abecedário de abusos” e “desvirtuamento

absolutamente inconstitucional”, e ao inserir o julgamento em “crise sem precedentes no tribunal”, o texto orienta a recepção para um modelo cognitivo em que o eixo interpretativo central é o abuso institucional. Em termos vandijkianos, a notícia não apenas informa: ela seleciona, ordena e salienta elementos que conduzem a construção mental do evento em uma direção bastante específica (van Dijk, 1988; 2008).

Assim, a matéria da UOL comprova de maneira bastante clara o argumento de que o valor-notícia funciona como instrumento hierarquizante. Os valores-notícia mobilizados, sobretudo **conflito**, **proeminência**, **negatividade**, **escândalo**, **amplitude** e **crise**, organizam internamente a notícia em graus de centralidade. O acontecimento é estruturado de modo a fazer certas informações parecerem decisivas e outras subsidiárias. Com isso, o texto orienta posições de sujeito, distribui legitimidade discursiva, reforça determinadas relações de poder e favorece a construção de um modelo mental específico do caso. É precisamente nessa passagem da seleção para a ordenação interna do visível e do inteligível que se revela a força hierarquizante do valor-notícia.

Desse modo, compreender o valor-notícia como instrumento hierarquizante significa reconhecê-lo como operador discursivo que age em múltiplos planos ao mesmo tempo. Ele não apenas seleciona acontecimentos, mas distribui níveis de relevância, modela a estrutura do texto, condiciona posições de sujeito, reforça ou desloca relações de poder e orienta a construção de modelos mentais socialmente compartilháveis. Noticiar é uma prática discursiva que mantém relação dialética com o mundo, o valor-notícia é uma das engrenagens pelas quais essa prática organiza o que merece ser visto, pensado e lembrado.

Em síntese, ele é hierarquizante porque toda noticiabilidade é, em alguma medida, política da visibilidade: ao elevar algo, rebaixa outra coisa; ao centralizar um sujeito, marginaliza outro; ao favorecer um enquadramento, dificulta outros possíveis. É justamente nessa operação de distribuição desigual do visível e do inteligível que reside sua força discursiva.

4.4 SÍNTESE CONCLUSIVA: O VALOR-NOTÍCIA COMO PROCESSO DISCURSIVO

Ao longo deste capítulo, tornou-se possível sustentar que o valor-notícia deve ser compreendido como elemento constitutivo do próprio funcionamento discursivo da notícia. O deslocamento aqui proposto não elimina as contribuições clássicas dos estudos de jornalismo,

que foram fundamentais para a identificação, sistematização e historicização dos critérios de noticiabilidade, visto que o que se propõe, antes, é uma reinterpretação teórica desses critérios a partir da Análise de Discurso, de modo a compreendê-los para além de sua aparência funcional, isto é, como operadores implicados na produção de sentidos, na estruturação do texto, na construção de perspectivas de realidade e na circulação ideológica do que se torna visível como acontecimento público (Galtung e Ruge, 1965; Silva, 2005; Fairclough, 2003; van Dijk, 1988).

A primeira conclusão decisiva, desenvolvida na seção 4.1, foi a de que o valor-notícia pode ser compreendido como objeto discursivo precisamente porque participa da organização e da interpretação dos acontecimentos narrados pelas notícias. Isso significa que o valor-notícia faz parte do processo de estruturação do sentido do acontecimento no interior do discurso jornalístico. Na perspectiva sociocognitiva, isso se manifesta na medida em que certos valores-notícia, como **conflito**, **impacto**, **proeminência** ou **negatividade**, orientam a seleção e a hierarquização dos elementos narrados, contribuindo para a constituição da macroestrutura semântica do texto noticioso (van Dijk, 1988). Já em uma perspectiva crítica, trata-se de reconhecer que esse mesmo processo representa discursivamente a realidade social, produzindo certos enquadramentos como mais legítimos, relevantes ou inteligíveis do que outros (Fairclough, 2003).

Nesse ponto, a formulação do capítulo é particularmente importante porque evita uma leitura fragmentária do fenômeno. O valor-notícia, conforme argumentado, não existe apenas em um plano isolado. Ele comparece quando materializado na produção textual, quando é lido e compreendido pelo leitor e quando, nesse movimento, carrega e dissemina determinada ideologia. Em outras palavras, o valor-notícia aparece na intersecção entre a estrutura do texto jornalístico, a construção interpretativa do leitor e a inscrição social e ideológica do acontecimento narrado. É justamente por isso que o capítulo sustenta sua localização no ponto de convergência entre esses planos secantes, e não em apenas um deles. Assim, compreendê-lo como objeto discursivo significa reconhecer sua imanência à produção de discurso: ele se realiza no texto, nos efeitos de sentido e na perspectiva de mundo que o texto ajuda a estabilizar (van Dijk, 1988; Fairclough, 2003).

Dessa primeira conclusão decorre a segunda, desenvolvida na seção 4.2: se o valor-notícia faz parte da organização discursiva do acontecimento, então ele não atua apenas antes da notícia, permanecendo como essencial na própria constituição do gênero discursivo jornalístico. O ponto central aqui é que a notícia, enquanto gênero relativamente estável de enunciação socialmente situada, depende de uma operação inicial de tematização (Pádua e

Pacheco, 2020). Antes de haver lide, título, subtítulo, corpo textual, enquadramento lexical ou cena enunciativa, é preciso que algo tenha sido reconhecido como passível de ser tematizado como notícia, processo este que, por sua vez, não é aleatório, e sim orientado precisamente pelos critérios de noticiabilidade.

Por isso, o valor-notícia é construído como base inevitável do gênero jornalístico: ele converte o acontecimento em macrotema potencialmente circulável no espaço público (Silva, 2005; van Dijk, 1988).

Entretanto, a seção 4.2 vai além desse primeiro nível. O argumento construído ali é que o valor-notícia é essencial ao gênero jornalístico em quatro níveis articulados: seleção, produção, composição e recepção. No nível da seleção, ele transforma um acontecimento em tema possível do discurso jornalístico; no nível da produção, continua orientando o recorte do ângulo de abordagem, a escolha das fontes e o desenvolvimento dos elementos considerados centrais; no nível da composição, reaparece na distribuição das informações e na organização da superestrutura do texto; e, no nível da recepção, participa da própria reconhecibilidade da notícia como texto informativo socialmente relevante, isto é, como gênero passível de ser recebido como notícia por um leitor inscrito em determinado horizonte de expectativas (Silva, 2005; van Dijk, 1988; Pádua e Pacheco, 2020). Trata-se de um ponto crucial, porque impede reduzir o valor-notícia a mero critério preliminar de pauta. Uma vez selecionado o acontecimento, ele continua sendo reinscrito ao longo de toda a cadeia discursiva da notícia, sustentando ainda mais que o valor-notícia é visto discursivamente como processo.

Essa permanência do valor-notícia no interior do gênero também tem outra implicação importante, explicitada pela articulação com Pádua e Pacheco (2020): a notícia não é neutra nem transparente apenas porque se organiza sob formas relativamente estáveis de composição. Ao contrário, as escolhas de recorte, focalização e citação de fontes pressupõem parcialidade, seja do jornalista, seja do veículo, e essa parcialidade se liga diretamente ao fato de que crenças e atitudes subjacentes podem aparecer em qualquer instância do texto, inclusive na seleção, na elaboração e na hierarquização dos tópicos (van Dijk, 1988).

O valor-notícia, destarte, como aspecto essencial ao gênero jornalístico, também participa da parcialidade constitutiva desse gênero, no sentido discursivo de que toda construção noticiosa implica recorte, perspectiva e ordenação de sentidos (Pádua e Pacheco, 2020; van Dijk, 1988).

A terceira conclusão, desenvolvida na seção 4.3, aprofunda ainda mais essa interpretação ao demonstrar que o valor-notícia deve ser compreendido como instrumento hierarquizante. Não só essa hierarquização ocorre no momento da seleção (enquanto um tema

é escolhido como mais relevante em detrimento de outro que, no universo infinito de acontecimentos, será ou não noticiado), como o valor-notícia também estabelece relações internas de centralidade e periferia, definindo o que será enfatizado, o que se secundarizará (ou será secundarizado), o que aparecerá como núcleo do acontecimento e o que permanecerá na margem da construção narrativa. Assim, o valor-notícia hierarquiza, além dos acontecimentos, temas, enfoques, informações, vozes e perspectivas. Sua atuação, portanto, não se esgota na seleção; ela prossegue na ordenação do discurso e na distribuição diferencial da relevância ao longo do texto e no interior do espaço público.

É aqui, nesse ponto, que a ideia de holofote jornalístico ganha maior densidade teórica. O processo de iluminar significa lançar foco, estabelecer centralidade, orientar o olhar e, simultaneamente, deixar outras zonas em menor evidência. A hierarquização é, assim, uma dimensão inevitável de sua operação discursiva. O que se destaca em um lide, o que se antecipa em um título, o que se desenvolve no corpo do texto, que fonte aparece como mais autorizada, que aspecto do acontecimento é alçado à condição de macrotema: tudo isso se relaciona com a atuação do valor-notícia enquanto objeto discursivo distribuidor de importância e visibilidade (van Dijk, 1988; Silva, 2005). Nessa chave, o valor-notícia participa ativamente da produção de uma ordem de relevâncias.

Esse entendimento permite recolher, em forma sintética, o argumento central da análise teórica: o valor-notícia:

(1) é objeto discursivo porque atua na estruturação do sentido do acontecimento no interior do discurso jornalístico;

(2) é aspecto essencial ao gênero discursivo jornalístico porque constitui sua base temática e continua atravessando sua produção, sua composição e sua recepção; e

(3) é instrumento hierarquizante porque organiza diferentes graus de centralidade na visibilidade pública (externamente) e no texto (internamente).

Esses três aspectos não são independentes entre si, pelo contrário, eles se articulam e se reforçam mutuamente. O valor-notícia só pode funcionar como operador do gênero porque já participa da estruturação discursiva do acontecimento; e só pode atuar como instrumento hierarquizante porque já está inscrito, desde o início, na constituição temática, textual e enunciativa da notícia.

É por essa razão que se pode concluir que o valor-notícia é um processo discursivo. Trata-se de um processo porque se realiza em movimento, ao longo de operações sucessivas e

articuladas de tematização, seleção, elaboração, composição, interpretação e hierarquização, e é um processo discursivo porque essas operações não são externas à linguagem, materializando-se no discurso, em sua organização textual, em seus efeitos de sentido e em sua inserção social e ideológica. O conceito-objeto da pesquisa, então, transcende-se como instrumento do fazer jornalístico, sendo construído como parte constituinte da maneira pela qual o jornalismo transforma acontecimentos em fenômenos noticiáveis, inteligíveis e publicamente relevantes (Silva, 2005; van Dijk, 1988; Fairclough, 2003).

Afirmar que o valor-notícia é processo discursivo implica, ainda, reconhecer que sua atuação não se restringe ao plano textual estrito. Ele envolve, simultaneamente, a materialidade do texto, a modelização cognitiva do acontecimento pelo leitor e a inscrição ideológica do que se apresenta como realidade social (Fairclough, 2001; van Dijk, 1988). Essa tripla implicação é precisamente o que impede reduzi-lo a mero operador técnico. O valor-notícia produz efeitos de sentido; orienta o olhar sobre o acontecimento; contribui para a construção de modelos mentais socialmente compartilháveis; e participa da disseminação de perspectivas ideológicas por meio da forma como o real é recortado, narrado e hierarquizado. Em tal perspectiva, o jornalismo não aparece como instância neutra de transmissão, mas como prática discursiva de produção simbólica da realidade, e o valor-notícia figura como uma de suas engrenagens centrais.

Em síntese, o percurso deste capítulo permite afirmar que o valor-notícia deve ser compreendido como processo discursivo porque: (1) integra a produção de sentido do acontecimento; (2) constitui a própria possibilidade de existência do gênero jornalístico enquanto forma de mediação do real e estrutura parte de seu processo contínuo; (3) e atua como instrumento hierarquizante na organização textual e pública da relevância. Sua função não é apenas selecionar o que será notícia, mas estruturar discursivamente como isso será tornado notícia, com que foco, sob que perspectiva, com que centralidade e com quais efeitos de visibilidade. Assim, o valor-notícia também passa a ser compreendido como processo discursivo fundamental da produção jornalística, implicado na seleção, na organização, na interpretação e na hierarquização do mundo social transformável em notícia (Galtung e Ruge, 1965; Silva, 2005; van Dijk, 1988; Pádua e Pacheco, 2020; Fairclough, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação partiu de uma inquietação central situada na fronteira transdisciplinar entre os estudos do jornalismo e a Análise de Discurso: **Como o conceito de valor-notícia pode ser construído teoricamente como processo discursivo?** A formulação dessa questão visou recolocar o acúmulo já consolidado da literatura do jornalismo sob nova perspectiva, buscando compreender o valor-notícia como processo constitutivo da produção de sentidos e da organização da visibilidade pública.

Em consonância com essa pergunta, o objetivo geral da pesquisa foi investigar a construção do conceito de valor-notícia como processo discursivo implicado na produção de sentidos e na organização da visibilidade pública. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se definiu como qualitativa, bibliográfica e teórico-conceitual. Essa escolha decorreu diretamente da natureza do problema: tratava-se de compreender como um conceito historicamente consolidado poderia ser construído em outro horizonte epistemológico.

O desenvolvimento do trabalho permitiu, no Capítulo II, demonstrar que os valores-notícia possuem longa trajetória acadêmico-conceitual. Esse mapeamento foi indispensável porque mostrou, de um lado, a solidez do conceito no campo do jornalismo e, de outro, os limites de abordagens que, embora fundamentais, nem sempre avançaram sobre as condições discursivas e ideológicas de sua eficácia. Já o Capítulo III, ao reunir e articular tradições distintas da Análise de Discurso, forneceu o lastro teórico necessário para o gesto principal da dissertação: pensar o valor-notícia não mais apenas como técnica de escolha, mas como categoria de produção de sentido, implicada em práticas sociais, em regimes de visibilidade e em relações de poder. Esse deslocamento, que é o centro da proposta defendida, só se tornou possível porque o percurso metodológico foi concebido justamente como articulação entre campos.

É, contudo, no Capítulo IV que a contribuição central da dissertação se explicita. A análise final permitiu sustentar, em primeiro lugar, que o valor-notícia deve ser compreendido como objeto discursivo. Isso significa que ele integra o próprio funcionamento discursivo da notícia, participando da produção de relevância, da organização do macrotema e da estruturação dos sentidos do acontecimento. Em vez de permanecer fora do discurso, o valor-notícia atua em seu interior: naquilo que o texto destaca, no modo como o acontecimento é inteligibilizado e na forma como determinadas perspectivas de realidade ganham circulação e legitimidade.

Em segundo lugar, a pesquisa demonstrou que o valor-notícia é aspecto essencial ao gênero discursivo jornalístico. A notícia, enquanto gênero, não existe sem uma operação anterior e simultânea de tematização, *i.e.*, sem que algo seja reconhecido como digno de entrar em circulação pública sob a forma de notícia. Mais do que isso, o trabalho evidenciou que tal atuação não se restringe ao momento inicial da pauta. O valor-notícia atravessa a seleção, a produção, a composição e a recepção do gênero jornalístico. Ele participa da constituição temática do texto, da organização de sua superestrutura, da distribuição interna das informações e da própria possibilidade de reconhecimento social da notícia como notícia. Desse modo, sua relação com o gênero é constitutiva, e não periférica.

Em terceiro lugar, a análise final mostrou que o valor-notícia é instrumento hierarquizante. Esse ponto aprofunda decisivamente os anteriores, porque evidencia que sua atuação não se resume a decidir o que entra ou não entra no texto jornalístico. O valor-notícia também distribui graus de centralidade, estabelece relevâncias diferenciais, ordena vozes, define focos e margens e condiciona a visibilidade de sujeitos, temas e enquadramentos. Nessa operação, ele participa daquilo que a dissertação formula como política da visibilidade: ao destacar algo, a visibilidade de outro tópico é reduzida; ao centralizar determinado sujeito, outro se torna periférico; ao favorecer certo enquadramento, outros se tornam menos acessíveis ou menos legítimos. O valor-notícia, portanto, estrutura desigualmente sua distribuição. É exatamente nessa dimensão que seu caráter discursivo e ideológico ganha maior densidade.

Diante da pesquisa realizada, a principal conclusão a que se chega é que o valor-notícia deve ser compreendido como **processo discursivo** porque articula, ao mesmo tempo, produção de sentido, constituição genérica e hierarquização da visibilidade. Trata-se de um processo porque se realiza ao longo de operações sucessivas e imbricadas, tematizando, selecionando, organizando, textualizando, hierarquizando e orientando a recepção. E esse processo é discursivo porque tudo isso se materializa no discurso jornalístico, em sua forma, em sua lógica interna, em seus efeitos de sentido e em sua inserção social e ideológica. Dizer que o valor-notícia é processo discursivo ideológico significa, em última instância, reconhecer que a noticiabilidade não apenas espelha o mundo, mas participa ativamente da construção simbólica da realidade.

Pode-se sintetizar as contribuições da presente pesquisa da seguinte maneira:

Quadro 11 - Quadro-síntese da pesquisa

Eixo analítico	Formulação central	Esclarecimento	Efeito teórico
Valor-notícia como objeto discursivo	O valor-notícia é, além de critério técnico de seleção, objeto participante da produção discursiva do acontecimento.	Ele participa da construção do macrotema, da organização do sentido e da forma como o acontecimento é tornado inteligível no discurso jornalístico.	Desloca o conceito de uma leitura funcional para uma leitura discursiva.
Valor-notícia como elemento essencial ao gênero jornalístico	A notícia, enquanto parte do gênero discursivo jornalístico, depende de operações de tematização e relevância para existir como tal.	O valor-notícia constitui o gênero em sua base, pois atua em suas etapas: seleção, produção, composição e recepção da notícia.	Mostra que o valor-notícia é constitutivo essencial ao gênero discursivo jornalístico.
Valor-notícia como instrumento hierarquizante	O valor-notícia define graus de centralidade e periferia.	Distribui relevância entre temas, fontes, sujeitos, enquadramentos e informações no interior do texto e do espaço público.	Evidencia que toda noticiabilidade envolve política da visibilidade.
Valor-notícia como processo discursivo	O valor-notícia atua em movimento, ao longo de várias operações discursivo-ideológicas articuladas.	Vai além da seleção de pauta e tematiza, seleciona, organiza, textualiza, hierarquiza e orienta a recepção.	Permite compreender a noticiabilidade como prática de produção de sentido.
Contribuição metodológica da dissertação	Articulação conceitual entre estudos do jornalismo e Análise de Discurso	A pesquisa reconstrói o debate clássico dos critérios de noticiabilidade e o reinterpreta criticamente com base na AD.	Produz uma perspectiva inter e transdisciplinar nova para o valor-notícia.
Conclusão da dissertação	O valor-notícia deve ser compreendido como processo discursivo ideológico	Ele é simultaneamente objeto discursivo, elemento essencial ao processo do fazer notícia e instrumento hierarquizante.	Reorienta criticamente a compreensão da noticiabilidade no campo do jornalismo.

Fonte: Autoria própria.

Nesse sentido, a contribuição desta dissertação reside menos em encerrar o debate do que em reorientá-lo. Ao aproximar os estudos do jornalismo e a Análise de Discurso, o trabalho oferece uma base teórico-metodológica para que futuras pesquisas possam avançar em diferentes direções, seja por meio de análises empíricas de *corpora* jornalísticos específicos, seja por meio do aprofundamento de categorias discursivas aqui mobilizadas, ou até pela ampliação do diálogo entre a Comunicação e campos discursivos afins. O próprio percurso metodológico reconhece seus limites, sobretudo por se tratar de uma investigação bibliográfica e por operar necessariamente com recortes no interior de um campo heterogêneo como o da AD. A dissertação de forma alguma pretendeu oferecer uma teoria totalizante da noticiabilidade, o que talvez sequer seja possível, e sim construir um enquadramento crítico capaz de reposicionar o valor-notícia como parte processual do discurso.

Por fim, o gesto teórico realizado ao longo deste trabalho permite compreender de forma mais precisa a metáfora que o atravessa desde o título: se o valor-notícia funciona como holofote jornalístico, é porque ele, além de iluminar o que será visto, define também sob quais condições será reconhecido como relevante. O holofote nunca ilumina tudo, tampouco é seu papel; ele recorta, focaliza, distribui luz e produz sombra. Do mesmo modo, o valor-notícia, enquanto processo discursivo ideológico, organiza o campo do que pode ganhar estatuto de notícia e, com isso, participa da construção social da realidade pública. É nessa capacidade de iluminar seletivamente a realidade social, estruturando sua inteligibilidade e sua visibilidade, que reside sua força analítica mais profunda e a contribuição principal desta dissertação para os estudos do jornalismo e para a Análise de Discurso.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BEDNAREK, Monika; CAPLE, Helen. **News discourse**. London: Bloomsbury Academic, 2012.
- BEDNAREK, Monika; CAPLE, Helen. **The discourse of news values: how news organizations create newsworthiness**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Tradução de Maria da Glória Novak; Luiza Neri. Campinas: Pontes, 2005.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 22-43, jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100002>.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRUNEL MATIAS, Richard; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; LOUSADA, Eliane Gouvêa (org.). **Gêneros textuais/discursivos y enseñanza/aprendizaje de lenguas en múltiples contextos**. 1. ed. Córdoba: FL Copias, 2020.
- CRAIG, Robert T. Communication theory as a field. **Communication Theory**, v. 9, n. 2, p. 119-161, 1999.
- COUTINHO, Mateus. Com placar de 8 a 2, STF derruba prorrogação da CPMI do INSS. **UOL Notícias**, Brasília, 26 mar. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/03/26/julgamento-stf-cpmi-do-inss.htm>. Acesso em: 29 mar. 2026.
- DIAS, Eliana et al. Gêneros textuais e(ou) gêneros discursivos: uma questão de nomenclatura? **Interacções**, n. 19, p. 142-155, 2011.
- EMEDIATO, Wander. **A construção da opinião na mídia**. [S. l.: s. n.], [s. d.].
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. 2. ed. London: Longman, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Media discourse**. London: Edward Arnold, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. 2. ed. Harlow: Pearson Education, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FARIAS, Sandra Aparecida Lima Silveira. Gênero textual e/ou discursivo no livro didático de língua portuguesa: uma análise de atividades de produção textual e análise linguística. **Anais do SIELP**, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/11/1311.pdf>. Acesso em: 25 maio 2026.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOWLER, Roger et al. **Language and control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979.

FREITAS, C. S. et al. Governança tecnopolítica: biopoder e democracia em tempos de pandemia. **NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 191-201, 2020.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. **Journal of Peace Research**, v. 2, n. 1, p. 64-91, 1965.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. New York: Pantheon Books, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Renata de Oliveira Miranda; VON BEHR, Johan; MIRANDA, Luciana de Oliveira. **Biopolítica em plataforma digital: análise do discurso das lives do Presidente Jair Bolsonaro nos primeiros seis meses da pandemia da Covid-19**. In: **ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, 9., 2022, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2022. p. 1-15. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/501/223>.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007.

HALL, Stuart. **A ideologia e a teoria da comunicação**. Matrizes, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 33-46, 2016.

HALL, Stuart et al. **Policing the crisis: mugging, the state, and law and order**. London: Macmillan, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978.

HARCUP, Tony; O'NEILL, Deirdre. What is news? Galtung and Ruge revisited. **Journalism Studies**, v. 2, n. 2, p. 261-280, 2001.

HARCUP, Tony; O'NEILL, Deirdre. What is news? News values revisited (again). **Journalism Studies**, v. 18, n. 12, p. 1470-1488, 2017.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

INDURSKY, Freda. **Uma questão de lugar-fronteira**. 2002.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

LASSWELL, Harold D. The structure and function of communication in society. In: BRYSON, L. (ed.). **The communication of ideas**. New York: Harper, 1948.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. New York: Harcourt, Brace, 1922.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. **D.E.L.T.A.**, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MEYER, Michael. Between theory, method, and politics: positioning of the approaches to CDA. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÁDUA, Letícia Mouhamad de; PACHECO, Cíntia da Silva. **Hibridização dos gêneros textuais: o processo criativo de textos jornalísticos**. In: BRUNEL MATIAS, Richard; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; LOUSADA, Eliane Gouvêa (org.). *Géneros textuales/discursivos y enseñanza/aprendizaje de lenguas en múltiples contextos*. 1. ed. Córdoba: FL Copias, 2020. p. 120-130.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

POSSENTI, Sírio. Notas sobre condições de possibilidade da subjetividade, especialmente na linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 35, p. 95-107, 1998.

RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Constituição da análise de discurso crítica: um percurso teórico-metodológico. **Signótica**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 275-298, 2005.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, n. 1, p. 185-207, 2004.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane Vieira Sebba. Análise de discurso crítica: uma reflexão acerca dos desdobramentos recentes da teoria social do discurso. **RALED**, 2021.

RESENDE, Viviane de Melo (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes, 2019.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 184-207.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VAN DIJK, Teun A. **News as discourse**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1988.

VAN DIJK, Teun A. **Racism and the press**. London: Routledge, 1991.

VAN DIJK, Teun A. Discourse semantics and ideology. **Discourse & Society**, v. 6, n. 2, p. 243-289, 1995.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology: a multidisciplinary approach**. London: Sage, 1998.

VAN DIJK, Teun A. **Discourse and context: a sociocognitive approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VAN DIJK, Teun A. **Discourse and power**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

VIEIRA, V. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. In: RESENDE, V. de M. (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes, 2019.

VIEIRA, Viviane Cristina; VON BEHR, Johan Gabriel Capucho; NUNES, Fernando Fidelix; YAMANAKA, Juliana Harumi Chinatti. **Cota não é Esmola: uma análise de discurso antirracista**. *Revista Ágora Filosófica*, Recife, PE, Brasil, v. 22, n. 1, p. 46-62, 2022. DOI: 10.25247/P1982-999X.2022.v22n1. p. 46-62. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/agora/article/view/2106>.

VIEIRA, V. Estudos críticos do discurso na agenda decolonial latino-americana. In: **Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político-social**. Buenos Aires: CLACSO, 2024.

VON BEHR, Johan; GONÇALVES COSTA XAVIER, Gabriel; GOMES DE OLIVEIRA MIRANDA, Renata. **São Paulo e a Maré Cinza: o apagamento do grafite urbano como recurso do Discurso Autoritário**. *Revista Saridh – Linguagem e Discurso*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 133-154, 2022. DOI: 10.21680/2674-6131.2022v4n2ID30001. Disponível em: <https://periodicos.ufrr.br/RevSaridh/article/view/30001>.

VON BEHR, Johan Gabriel Capucho. **“A gente já nasce sabendo”: a visão de Paulo Freire e os espaços como instrumentos discursivos em “Que horas ela volta?”** *Discurso &*

Sociedad, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 677-694, 2023. DOI: 10.14198/dissoc.17.4.2. Disponível em: <https://revistes.ua.es/dissoc/article/view/27797>.

VON BEHR, Johan. **Ideology in Brazilian cinema: a decolonial analysis of the violence discourse in ‘Elite Squad’ and ‘Bacurau’**. *CADAAD Journal*, v. 17, n. 2, p. 43–61, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21827/cadaad.17.2.42195>. Disponível em: <https://ugp.rug.nl/cadaad/article/view/42195>.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (org.). **Methods of critical discourse analysis**. 2. ed. London: Sage, 2009.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1987.